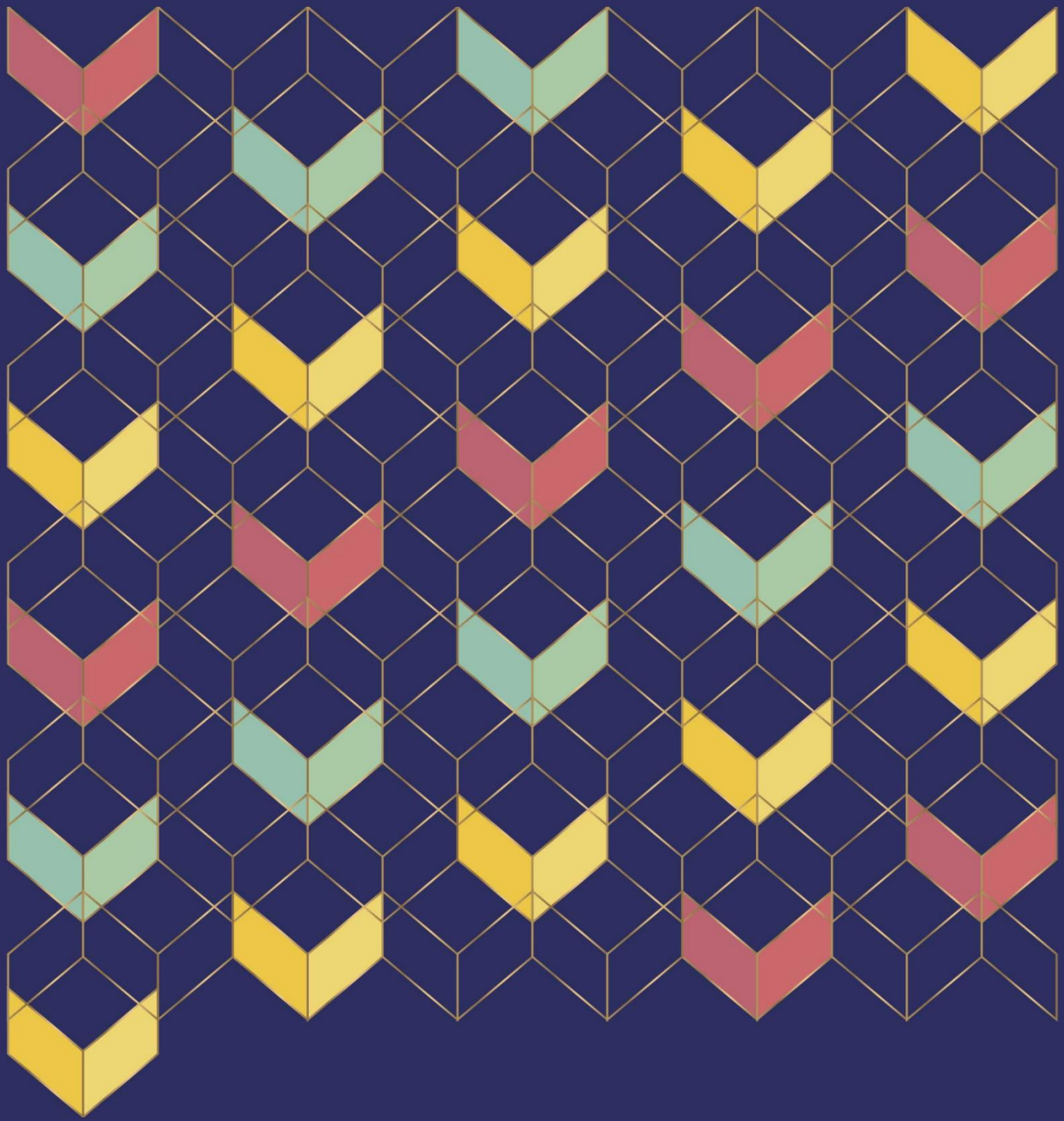
Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais

Cultivando conhecimento

2025
Volume 8, Número 2
ISSN Online: 2184-3058



ponteditora
Travessia para o Conhecimento

Ficha Técnica

- **ISSN Online:** 2184-3058
- **Frequência:** Semestral
- **Propriedade:** Ponteditora, Sociedade Unipessoal, Lda.
- **NIPC:** 514 111 054
- **Composição do capital do proprietário:** 10 000€, 100% detido por Ana Leite, doutoranda
- **Gestão (não remunerada):** Eduardo Leite, Ph.D.
- **Localização:** Startup Madeira — Campus da Penteada, 9020-105, Funchal, Madeira, Portugal
- **Contacto principal:**
  - Eduardo Leite
  - Universidade da Madeira
  - +351 291 705 180
  - eduardo.leite@staff.uma.pt
- **Contacto de apoio:**
  - Ponteditora
  - +351 291 723 010
  - geral@ponteditora.org

Equipa Editorial

Editoras-Chefe

Isabel Lousada — Ph.D. pela Universidade Nova de Lisboa. Investigadora Auxiliar de nomeação definitiva da NOVA FCSH, Portugal.

Luísa Paolinelli — Ph.D. em Literaturas Comparadas e Agregação em Estudos Culturais. Professora Associada com Agregação da Universidade da Madeira, Portugal.

Editoras Adjuntas

Vanda de Sousa — Ph.D. em Estudos de Cultura. Professora Adjunta Convidada da ESCS — IPL, Portugal.

Vanessa Cavalcanti — Ph.D. em Humanidades. Professora Titular da Universidade Federal da Bahia, Brasil.

Conselho Científico

- Carlos Fiolhais — Ph.D. em Física Teórica. Professor Catedrático da Universidade de Coimbra (Aposentado), Portugal.
- Cláudia Fernandes — Ph.D. em Estudos Românicos. Leitora nas Universidades de Viena e Salzburgo, Áustria.
- Cristian Góes — Ph.D. em Comunicação e Sociabilidade. Membro do Museu Virtual da Lusofonia e do Coletivo Carolina Maria de Jesus de Pesquisa em Jornalismo e Cultura, Brasil.
- Cristiano Santos — Ph.D. em Comunicação e Cultura. Professor Adjunto na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
- Eliete Solano — Ph.D. em Linguística. Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará, Brasil.
- Fernando Moreira — Ph.D. em Cultura Portuguesa. Professor Catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.
- Inês Aroso — Ph.D. em Ciências da Comunicação. Professora Auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.
- José Eduardo Franco — Ph.D. em História e Civilizações. Investigador Coordenador com Equiparação a Professor Catedrático e Diretor do Centro de Estudos Globais e da Cátedra UNESCO de Estudos Globais da Universidade Aberta, Portugal.
- Karin Noemi Rühle Indart — Ph.D. em Educação (com 2 Pós-Doutorados em Linguística). Professora Convidada da Universidade Nacional de Timor-Leste, Timor-Leste.
- Kátia Abreu Chulata — Ph.D. em Estudos Linguísticos. Professora Associada da Università degli Studi G. "d'Annunzio" Chieti Pescara, Itália.
- Leonor Martins Coelho — Ph.D. em Estudos Interculturais. Professora Auxiliar da Universidade da Madeira, Portugal.
- Maria Manuel Baptista — Ph.D. em Cultura com Agregação em Estudos Culturais. Professora Catedrática da Universidade de Aveiro, Portugal.
- Moisés Lemos Martins — Ph.D. em Ciências Sociais. Professor Catedrático e Diretor da Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação (FCAATI) do Centro Universitário do Porto da Universidade Lusófona, Portugal.
- Raquel Varela — Professora Auxiliar com Agregação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Regina Brito — Ph.D. em Linguística. Investigadora em Letras. Coordenadora da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil.

- Ria Lemaire-Mertens — Ph.D. em Letras. Professora Emérita da Universidade de Poitiers, França.
- Roberto della Santa — Ph.D. em Ciências Sociais. Investigador Integrado do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta (CeG-UAb), Portugal.
- Roberval Teixeira e Silva — Ph.D. em Linguística Aplicada. Professor e Pesquisador do Departamento de Português da Universidade de Macau, China.
- Rute Costa — Ph.D. em Linguística. Professora Associada com Agregação da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Sandrina Teixeira — Ph.D. em Comunicação, Publicidade e Relações Públicas. Professora Adjunta do Instituto Politécnico do Porto, Portugal.
- Sara Jona Laisse — Ph.D. em Estudos Portugueses. Professora Auxiliar da Universidade Católica de Moçambique, Moçambique.
- Tahir Albayrak — Ph.D. em Gestão de Negócios. Professor na Faculdade de Turismo de Akdeniz Universitesi, Turquia.
- Teodora Popescu — Ph.D. em Educação. Professora no Departamento de Filologia da Universidade Alba Iulia, Roménia.
- Vanessa Castagna — Ph.D. em Estudos Ibéricos e Anglo-Americanos. Professora Associada da Universidade de Veneza, Itália.
- Virgínia Camillotti — Ph.D. (com Estágio e Pós-Doutorado) em História. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista, Brasil.
- William Cantú — Ph.D. em Estudos de Cultura. Professor Auxiliar do Instituto Politécnico de Leiria, Portugal.
- Zsuzsanna Varga — Ph.D. em Literatura Inglesa. Professora da Universidade de Glasgow, Escócia.

Conselho Editorial

- Ana Leite — Doutoranda em Políticas Económicas. Investigadora, FEUC/ISCTE/ISEG, Portugal.

Estatuto Editorial

NAUS: Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais é uma revista científica semestral, com revisão por pares, publicada em formato digital e de acesso aberto pela Ponteditora. A NAUS assume o compromisso de produzir, divulgar e promover trabalhos científicos originais que explorem expressões, práticas e representações culturais e comunicacionais no espaço lusófono.

Missão e Âmbito

A NAUS visa reforçar a sua missão de longo prazo de reunir e disseminar conhecimento, promovendo comunidades científicas dedicadas aos estudos culturais e comunicacionais lusófonos. A revista incentiva uma abordagem convergente, interdisciplinar, transdisciplinar, pluridisciplinar e multidisciplinar em torno dos conceitos de cultura e comunicação.

Publica artigos académicos e científicos originais, entrevistas e recensões críticas, privilegiando trabalhos centrados na comunicação e cultura lusófonas. A linha editorial organiza-se em três grandes abordagens:

- **Comunicação Social** (jornalismo, informação)
- **Comunicação Estratégica para a Inclusão** (publicidade, marketing, relações-públicas, administração, ciência política, direitos humanos)
- **Comunicação Cultural** (filosofia, antropologia, sociologia, história, artes e design, cinema, literatura)

A missão da NAUS é promover o estudo das culturas lusófonas e estimular a produção de investigação, ensaios e debate em escala global.

Língua e Formato de Publicação

A NAUS publica preferencialmente em português e inglês, podendo aceitar outras línguas quando justificadas pelo contexto editorial. Aceita submissões em português anterior e posterior ao Acordo Ortográfico, desde que acompanhadas de nota de intenção por parte dos/as autores/as. Cada artigo deve incluir título, resumo e palavras-chave.

A revista é publicada duas vezes por ano, em formato digital, com cada edição contendo aproximadamente entre 80 e 180 páginas A4.

Estrutura Editorial e Revisão por Pares

A NAUS é apoiada por um conselho editorial técnico composto por académicos, investigadores/as, profissionais e executivos/as de diversas instituições e organizações dedicadas às práticas culturais e comunicacionais lusófonas. Assume-se como uma plataforma internacional, inclusiva e global.

A revista publica Números Regulares e Números Especiais, estes últimos coordenados por editores/as convidados/as com reconhecida experiência nas respetivas áreas. Todas as submissões estão sujeitas a um processo rigoroso de seleção e revisão, realizado por revisão anónima dupla (modelo padrão) ou revisão aberta por pares, sob supervisão da Equipa Editorial.

A aprovação para publicação baseia-se na relevância, qualidade científica e respeito pela pluralidade de perspectivas. A NAUS mantém total independência face a poderes políticos, ideológicos ou económicos, regendo-se por critérios de rigor, isenção e inclusão.

Padrões Éticos

A NAUS respeita os mais elevados padrões de ética na publicação, inspirando-se em referências internacionais, nomeadamente:

- Committee on Publication Ethics (COPE)
- Declaração de Helsínquia da World Medical Association (WMA)
- International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE)

- Animal Research: Reporting of In Vivo Experiments (ARRIVE)

Estes princípios definem as responsabilidades de todas as partes envolvidas no processo editorial da revista.

Interação com Autores/as e Leitores/as

A NAUS promove o diálogo e a troca de ideias, experiências e projetos entre autores/as e editores/as, contribuindo para a reflexão editorial em contexto global.

As Diretrizes para Autores/as estão disponíveis para apoiar a preparação e submissão de manuscritos.

Independência Editorial e Cumprimento da Lei de Imprensa

A Equipa Editorial da NAUS está empenhada em garantir o cumprimento dos princípios éticos e da deontologia profissional dos/as jornalistas, bem como da boa-fé dos/as leitores/as, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º da Lei da Imprensa portuguesa.

Índice

Página	Título	Autor(es)
01	Editorial — Mapas de escritas: De errantes a reflexivos	Vanda de Sousa et al.
03	Faces da fé e do destino: Aleixo, modelo de abnegação ao serviço da experiência humana	José Vicente Tiago Ferreira
16	Fero amor, coroa furtiva: Inês de Castro no épico camoniano	Leandro Almeida Valéria Andrade
27	Cérebro e tecnologia: A odisseia da evolução humana em um mundo digital	Roberta Bocchi
33	Inusitados ou habituais na História? "Agoras" como elementos permanentes de tempos de guerras	Antônio da Silva
43	Produção de sentidos sobre o ensino remoto emergencial: um olhar discursivo sobre os documentos norteadores das políticas educacionais no Brasil e em Portugal no período pandêmico	Rejane Santos et al.
58	Resgate e pós-resgate: Escritoras brasileiras do passado	Rossana dos Santos
65	A institucionalização dos estudos feministas: Representação, reconhecimento e resistência	Adriana Bebiano
74	*Primeira biografia do marquês de Pombal*, de José de Mendonça (2025)	Luiz Oliveira
81	*Diário de Luzia: Caminhos da Vida, Um Jornal*, coordenação de Luísa Antunes Paolinelli e Ana Cristina Trindade (2023)	Isabel Drumond Braga

Editorial — Mapas de escritas: De errantes a reflexivos

10.29073/naus.v8i2.1035

Vanda de Sousa, ESCS-IPL, Portugal, vsousa@escs.ipl.pt.
Isabel Lousada, NOVA FCSH, Portugal, isabel.lousada@fcsh.unl.pt.
Luísa Paolinelli, Universidade da Madeira, Portugal, marinho@staff.uma.pt.
Vanessa Cavalcanti, Universidade Federal da Bahia, Brasil, vanessa.cavalcanti@ufba.br.

Todas as revistas — ou quase todas — são, em certa medida, mapas. Mas há números que se oferecem menos como cartografia e mais como viagem: não indicam rotas seguras, antes convidam à deriva atenta entre textos, tempos, ideias e inquietações. Este volume da NAUS nasce desse impulso errante e reflexivo, reunindo contributos que interrogam a cultura como lugar de tensão — entre o que se herda e o que se contesta, entre o que se narra e o que se silencia.

O ponto de partida é uma figura que viveu à margem da visibilidade: Santo Aleixo. Em "Faces da fé e do destino", a hagiografia medieval deixa de ser um resíduo devocional para se revelar como máquina simbólica, produtora de sentido, reguladora dos afectos, pedagoga da renúncia. A abnegação surge aqui não apenas como virtude moral, mas como linguagem e tecnologia cultural. Ao seguir o seu rasto até à literatura moderna e contemporânea, o texto desnaturaliza o sacrifício e devolve ao leitor uma interrogação incómoda, mas necessária: quem beneficia quando o sujeito aprende a desaparecer?

Essa mesma pergunta ressoa, sob outra tonalidade, na leitura de Inês de Castro proposta em "Fero amor, coroa furtiva". No interior do épico camoniano, o amor apresenta-se como excesso que o poder procura conter, e a morte como gesto fundador de memória. Inês não é apenas personagem: é figura-limite, onde se cruzam desejo, violência e construção simbólica da nação. Ao regressar a Os Lusíadas, o artigo mostra como a literatura, mesmo quando celebra, conserva sempre uma fractura — um lugar onde a glória se contamina de perda e o heroísmo de luto.

Do passado mítico e literário, o número desloca-se para um presente saturado de dispositivos. "Cérebro e tecnologia" propõe uma reflexão que atravessa séculos de pensamento para regressar a uma pergunta elementar: o que significa evoluir? Entre filosofia e neurociência, o texto recorda que a tecnologia, por mais sofisticada que seja, permanece ferramenta — e que o humano não se mede pela velocidade das máquinas, mas pela capacidade de habitar as suas próprias contradições. Num mundo crescentemente automatizado, pensar torna-se, paradoxalmente, um gesto de resistência.

A guerra irrompe depois como ruído persistente da história. Em "Inusitados ou habituais na História?", os "agoras" do conflito surgem como camadas temporais que se repetem, se sobrepõem e nos assombram. A guerra, transformada em imagem, em notícia, em consumo quotidiano, ameaça perder a sua densidade ética. O ensaio recusa essa anestesia e insiste na memória, na inquietação, no desconforto do olhar. Porque há violências que apenas persistem enquanto nos habituamos a elas.

O tempo recente da pandemia surge, neste percurso, como experiência-limite. "Produção de sentidos sobre o ensino remoto emergencial" lê os documentos oficiais do Brasil e de Portugal como textos que fazem mais do que regulamentar: dizem o que é ensinar, quem deve adaptar-se, quem fica para trás. A linguagem institucional revela-se aqui como campo de disputa simbólica, onde se jogam ideias de continuidade, equidade e exclusão. Mesmo em tempos de urgência — talvez sobretudo neles — as palavras nunca são inocentes.

O artigo *"Resgate e pós-resgate: escritoras brasileiras do passado"* propõe uma reflexão decisiva sobre o próprio gesto de recuperar a memória literária. Mais do que reinscrever nomes esquecidos no cânone, o texto interroga criticamente a linguagem do "resgate", recusando a ideia implícita de passividade que o termo pode convocar. Ao acompanhar o percurso das investigações sobre autoria feminina no Brasil, desde os anos 1980 até ao

presente, o ensaio afirma a urgência de um tempo seguinte — o do pós-resgate — em que não basta reencontrar textos: é preciso lê-los, contextualizá-los, ensiná-los e permitir que circulem de forma viva. O que aqui se desenha é uma ética da memória literária que não se satisfaz com a restituição arqueológica, mas exige continuidade crítica, responsabilidade historiográfica e uma reconfiguração efetiva dos modos de ensinar e pensar a literatura.

A transcrição *"A institucionalização dos estudos feministas: representação, reconhecimento e resistência"* introduz no volume uma voz deliberadamente inquieta, que recusa consensos fáceis e convoca o desconforto como método crítico. Partindo de uma reflexão situada entre Portugal e o Brasil, o texto problematiza a universidade contemporânea enquanto espaço paradoxal: simultaneamente lugar de legitimação do saber e de captura pela lógica produtivista. Ao questionar a institucionalização dos Estudos Feministas, a autora não propõe um recuo, mas uma vigilância ética permanente — sobre quem fala, para quem se escreve e a quem serve o conhecimento produzido. Entre memória dos feminismos, crítica ao capitalismo académico e reconfiguração da ideia de sororidade, esta intervenção lembra que a resistência, quando se transforma em rotina discursiva, corre o risco de se esvaziar. Pensar, aqui, é resistir à pressa, ao número e à obediência silenciosa.

O volume encerra com duas resenhas, que funcionam como gestos de leitura atenta e de restituição crítica. A leitura da Primeira biografia do marquês de Pombal recorda a importância do arquivo, da paciência editorial, da reaproximação crítica ao passado, consciente das suas ambiguidades e tensões. Já a resenha de Diário de Luzia: Caminhos da Vida, Um Jornal abre espaço à escrita íntima feminina, onde a vida quotidiana, a dor e o pensamento se entrelaçam num registo que resiste ao esquecimento e desafia os cânones da história literária.

Este número da NAUS não oferece um fio único nem uma conclusão apaziguadora. Propõe, antes, um exercício de atenção: às palavras que moldam valores, às narrativas que legitimam gestos, às tecnologias que prometem futuro, às guerras que insistem em repetir-se, às vozes que durante tanto tempo escreveram em silêncio. Ler estes textos é aceitar a travessia — e reconhecer que, na cultura, como no mar, não há verdadeira navegação sem risco.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar.

Todo o conteúdo da ***NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais*** é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.

Faces da fé e do destino: Aleixo, modelo de abnegação ao serviço da experiência humana

Faces of faith and destiny: Alexius, a model of abnegation in the service of human experience

10.29073/naus.v8i2.1023

Recebido: 15 de novembro de 2025.
Aprovado: 19 de dezembro de 2025.
Publicado: 20 de dezembro de 2025.

Autor/a 1 (Autor/a Correspondente): José Vicente, Universidade Lusófona, Portugal, p3807@ulusofona.pt.
Autor/a 2: Tiago Ferreira, Universidade Aberta, Portugal, tiago.peixinho.ferreira@outlook.pt.

Resumo

A figura de Santo Aleixo, frequentemente remetida para um segundo plano no panteão hagiográfico, tornou-se um operador cultural de rara eficácia na normalização da abnegação como virtude. Neste estudo, cruzo sistematicamente a análise crítica com a revisão de literatura para demonstrar que a noção de destino, tantas vezes invocada para legitimar renúncias, é uma construção simbólica histórica. Recuperamos a genealogia medieval do sacrifício — em particular a economia sacramental e a pedagogia hagiográfica — e seguimos as suas metamorfoses modernas, quando o romance e o teatro substituem a promessa de glória pela crítica dos dispositivos de conformidade. O itinerário vai de Aleixo a Tolstói (2010), Ibsen (1879), Camus (1942) e Woolf (1925), e, no contexto português, de Camilo e Eça a Florbela, Sophia e Saramago (1991). O argumento central, sustentado por literatura especializada, é que a abnegação opera como tecnologia afetiva de coesão social, convertendo dor em sentido e serviço em mérito, mas a literatura preserva a capacidade de desnaturalizar esse dispositivo, devolvendo-o ao escrutínio ético.

Palavras-Chave: Abnegação; Destino; Dispositivos de Conformidade; Economia Sacramental; Hagiografia Medieval.

Abstract

This article explores the intricate relationship between technological advancement and human evolution, Saint Alexius—often sidelined within the hagiographic canon—emerges here as a potent cultural operator in normalising abnegation as virtue. Combining close reading with a critical review, the article argues that "destiny," frequently invoked to legitimise renunciation, is a historical, symbolic construction. It reconstructs the medieval genealogy of sacrifice (particularly the sacramental economy and hagiographic pedagogy—and tracks its modern metamorphoses, when novel and stage replace the promise of glory with a critique of compliance devices. The itinerary runs from Alexius to Tolstoy, Ibsen (1879), Camus (1942) and Woolf (1925) and, in Portuguese literature, from Camilo and Eça to Florbela, Sophia and Saramago (1991). The central claim, grounded in specialist scholarship, is that abnegation operates as an affective technology of social cohesion—converting pain into meaning and service into merit—yet literature preserves the power to denaturalise that device and return it to ethical scrutiny. In short, the essay reframes abnegation from timeless virtue to a historically produced technique, testing its moral validity today.

Keywords: Abnegation; Destiny; Medieval Hagiography; Sacramental Economy; Compliance Devices.

1. Introdução

Há vidas que se contam pela intensidade do gesto visível e há outras que trabalham na sombra: a de Aleixo pertence a este segundo regime e é por isso que a sua fortuna crítica é um bom laboratório para pensar como se produz, legitima e herda a abnegação. Quando a tradição o faz regressar à casa paterna para viver sob as

escadas, não está apenas a propor um episódio edificante: está a apresentar uma gramática de reconhecimento onde o desaparecer pode valer mais do que o brilhar. A pergunta que orienta este artigo é, pois, dupla. Primeiro, como foi possível que a renúncia se tornasse plausível e até desejável no Ocidente cristão? Segundo, o que faz a literatura, de matriz religiosa e depois secular, com essa herança: reprodu-la ou desarma-a? A travessia que aqui se propõe, da lenda hagiográfica medieval à modernidade romanesca e dramática, é uma tentativa de resposta sustentada por leitura próxima e revisão de literatura.

No horizonte medieval, a abnegação é sustentada por uma economia sacramental e por uma pedagogia do exemplo que convertem perda em glória. O «destino», nessa gramática, não é fatalismo cego, mas inscrição simbólica de um vínculo com o divino que ordena os afetos e autoriza a renúncia. A lenda de Santo Aleixo, na sua morfologia tripartida — promessa, função, consumação —, é exemplar: fuga no dia de núpcias, exílio voluntário, retorno anónimo e reconhecimento póstumo. O corpo torna-se escritura e a invisibilidade, excelência. Esta inteligibilidade não nasce de um capricho narrativo; apoia-se numa cultura de rituais, calendários e homilias que interiorizam uma teologia do corpo. É por isso que a história pode ser lida como argumento, não como simples enredo: a repetição ritual cria hábito de ver no sofrer um sinal de autenticidade espiritual.

Com a modernidade, a promessa de glória recua, mas a forma permanece. Onde antes havia mérito sacramental, encontram-se agora respeitabilidade, decência, polimento; onde havia altar, há secretária; onde se celebrava o martírio, vigia-se a conformidade. Ler Tolstói (2010), Ibsen (1879), Camus (1942) e Woolf (1925) em sequência permite observar esta metamorfose: a abnegação sobrevive como expectativa social, mas perde crédito metafísico. A literatura torna visível o custo desse dispositivo e devolve a pergunta que a teologia, por vezes, suspendeu: a quem aproveita a minha renúncia? No eixo português, de Camilo a Eça, de Florbela a Sophia e Saramago (1991), assistimos a reescritas que deslocam a equação entre doação e virtude, ora desvelando a pedagogia da dor, ora reconduzindo a entrega à responsabilidade pelo justo.

O objetivo desta Introdução é situar o problema, explicitar a contribuição e orientar a leitura. O problema: compreender a abnegação como tecnologia cultural que produz coesão e sentido, e medir quando essa tecnologia se transforma em violência silenciosa. A contribuição: articular, num quadro comparatista, a genealogia medieval da renúncia com a sua receção e crítica modernas, usando instrumentos da história cultural, da teoria social e da crítica literária. A orientação: seguir um percurso em que a secção de revisão de literatura estabelece o estado da arte e os conceitos operatórios; a metodologia descreve corpus e procedimentos; as secções analíticas cruzam *close reading* e bibliografia; a discussão recolhe implicações éticas e críticas; a conclusão, enfim, devolve uma ética da responsabilidade em que proteger nunca implique apagar.

Não se trata, portanto, de desacreditar a virtude do serviço, mas de a subtrair às capturas que exigem desaparecimentos em nome da forma. Se o medievo fornece a gramática teológica que naturaliza a renúncia, a modernidade testa os seus limites sob critérios de justiça e responsabilidade. Ao devolver «Aleixo» à crítica, propomos que a literatura, sagrada e profana, não apenas espelhe as expetativas de cada época: é oficina onde se pode reaprender a nomear o valor sem pedir, como preço de entrada, a erosão do sujeito. A pergunta que guiará as páginas seguintes é simples e exigente: quando é legítimo pedir abnegação? A resposta, necessariamente situada, nasce do encontro entre leitura rigorosa dos textos e atenção às formas sociais que os tornam verosímeis.

A originalidade do presente trabalho reside, assim, menos na novidade absoluta dos exemplos do que na maneira como os faz dialogar sobre um problema comum e operacional: como se configura, legitima e contesta a abnegação quando muda a fonte de autoridade? A atenção à forma — ao modo como a narrativa cria crença, como organiza o tempo e distribui os lugares de visibilidade — permite escapar tanto à hagiografia ingénua como ao ceticismo simplista. O que se procura é uma crítica com memória: reconhecer a plausibilidade histórica de uma ética de serviço, ao mesmo tempo que se identificam as capturas que pedem silêncio e desaparecimento como preço de pertença. O leitor encontrará, por isso, uma escrita assumidamente ensaística, que prefere a

precisão à exuberância e a nuance à sentença fácil. Se o fio condutor é a pergunta sobre o destino e a renúncia, o horizonte é ético: proteger sem apagar, servir sem se perder.

2. Revisão de Literatura

A lenda de Santo Aleixo ocupa, na constelação hagiográfica ocidental, um lugar paradoxal: discreta no aparato teológico, mas poderosa na eficácia pedagógica. O enredo em três tempos (a fuga do contrato nupcial, o longo exílio em pobreza voluntária, o retorno anónimo com reconhecimento *post mortem*) condensa motivos recorrentes da santidade tardo-antiga e medieval: rutura com o laço social em nome de um vínculo superior, domesticação do corpo como escritura do sagrado e catequese por *exempla*. Na esteira da história cultural do cristianismo antigo, foi sublinhado como o corpo, em regime ascético, funciona simultaneamente como prova, sinal e instrumento de autoridade espiritual (Brown, 1991). A eficácia do texto nasce deste tríplice estatuto: o gesto individual é elevado à gramática comum através da repetição ritual na liturgia, na homilia e na leitura pública, e é nesse tecido que a abnegação se torna não só compreensível como desejável.

A circulação das versões de «Aleixo» pela Europa medieval — com variações locais na ênfase e no detalhe — confirma a maleabilidade do arquétipo: a forma permanece, os acentos deslocam-se. Interessa aqui menos o estabelecimento filológico de variantes e mais a constatação de que a morfologia do exemplo autoriza usos pedagógicos diversos: o silêncio como linguagem, a invisibilidade como excelência, a carta como garantia de verdade. Esta morfologia, descrita por estudos de hagiografia e de história medieval (Le Goff, 1983), serve de matriz para uma pedagogia da perceção: aprende-se a ver valor no que não brilha, a preferir o baixo ao alto, o escondido ao evidente.

O quadro teológico que sustenta a abnegação, no medievo latino, pode ser leitura como economia sacramental: a graça opera mediante sinais materiais que inscrevem o corpo numa ordem de sentido. A pobreza, a castidade e a obediência não são meras virtudes negativas; compõem uma técnica do tempo e do desejo que converte a vida numa oferta. Sob esta gramática, a renúncia não é mera perda, mas troca com dividendos escatológicos. A «topologia da humildade» (a geografia simbólica que valoriza o baixo e relativiza o alto) organiza-se como catequese espacial: viver sob as escadas não é degradação, é sacramento de presença. A cena do reconhecimento póstumo, com a carta que «prova» o anónimo, inscreve uma lógica pedagógica transparente: a verdade pode permanecer oculta à moeda corrente da fama porque a banca decisiva é a da eternidade. A eficácia deste dispositivo explica a resiliência do arquétipo e antecipa o desafio moderno: desarmar a equivalência automática entre perda e glória sem ceder à indiferença moral.

Se a teologia fornece vocabulário e horizonte, a teoria social ajuda a descrever os mecanismos de incorporação. Pensar a abnegação como tecnologia social exige nomear operações discretas que alinham os afetos com expectativas institucionais. A linguagem das disposições e dos capitais simbólicos (Bourdieu, 1979, 1998) clarifica como gestos de doação se convertem em crédito num campo social particular. A recompensa pode ser invisível, mas é reconhecível pelos pares: honra, decência, respeitabilidade. A repetição de enredos e rituais instala um *habitus* em que «ficar», «calar» e «servir» parecem naturais. Esta naturalização não é ontologia; é efeito de forma, sedimentado pela pedagogia hagiográfica e, depois, por formas seculares de polimento social (Elias, 2000). A transição do sacramento para a etiqueta mantém a técnica de si, o controlo do impulso, a contenção do desejo, alterando a fonte de legitimidade: do altar para a sala, do mosteiro para a casa burguesa, da liturgia para o protocolo.

A crítica feminista mostrou como as gramáticas de abnegação incidem de modo desigual sobre corpos e papéis. O «destino» feminino, narrado como cuidado, disponibilidade e doçura, converte a entrega em virtude e a recusa em falha de carácter (Beauvoir, 1949). O dispositivo hagiográfico, ao celebrar a paciência e o silêncio, pôde servir, em determinados contextos, como matriz da agradabilidade compulsória. A teoria da performatividade (Butler, 2004) ilumina a forma como tais expetativas se encenam e se reproduzem: não são leis explícitas, mas gestos repetidos que configuram o aceitável. A literatura moderna, quando desloca estes elementos para o lar e para a cidade, torna visíveis as pedagogias da obediência que a gramática medieval havia tornado plausíveis. A pergunta

ética — quem ganha com a minha renúncia? — torna-se, aqui, instrumento de redistribuição do valor e das cargas afetivas.

A persistência de narrativas de sacrifício para lá da teologia interroga-se à luz do trágico. A estrutura do dilema, que opõe deveres legítimos e inconciliáveis, sobrevive quando os deuses recuam: permanece a necessidade, desloca-se a sua morada, do céu para as instituições. Leitura do trágico como gramática da inevitabilidade (Steiner, 1961) e reflexão sobre o «temor e tremor» do crente (Kierkegaard, 2001) ajudam a medir o salto entre obediência e consciência. A mística da atenção (Weil, 1947) acrescenta uma ética da presença que pode resgatar o serviço do automatismo do desaparecer. O que a literatura moderna realiza, em muitos casos, é um trabalho de laicização do trágico: as antigas promessas são substituídas por um regime de vigilância moral onde a responsabilidade humana é inderrogável. O mérito deixa de ser moeda escatológica para se tornar teste de justiça.

No realismo tolstoiano, o dispositivo de abnegação é reescrito como técnica do tempo que impede a experiência de si. Em *A Morte de Ivan Ilitch*, a doença suspende a negociação com a aparência e expõe a gramática do erro: chamar vida ao que foi conformidade, bondade ao que foi medo, decência ao que não passava de cálculo. O que no medieval era liturgia, no oitocentos é agenda; o altar cede à secretária e a renúncia reaparece como passivo existencial. Em Ibsen (1879), a casa torna-se laboratório de pedagogias da obediência: a «bondade» de Nora alimenta o dispositivo que a mantém menor de idade. O gesto final reconfigura o pronome do dever — de outrem para si — e funda uma cidadania íntima reconhecida pela crítica feminista. Em Camus (1942) e Woolf (1925), a erosão do crédito metafísico é completa: o tribunal secular exige narrativa integradora e a administração do quotidiano revela a contabilidade dos afetos; resta a responsabilidade humana. Em todos, a forma antiga sobrevive como esqueleto que sustém o enredo, mas a promessa que o animava foi revogada.

No eixo português, a revisão de literatura permite desenhar uma cartografia que vai do moralismo romântico à ética da responsabilidade. Em Camilo, a pedagogia do amor impossível organiza os afetos em torno de uma estética da dor, onde a doação feminina aparece como prova de nobreza; a crítica recente lê, contudo, nessa intensificação do *pathos*, um prenúncio de denúncia das estruturas que exigem desaparecimentos. Eça (1888) desloca o problema para o diagnóstico social: a abnegação expõe-se como convenção que encobre o vazio de projeto; o romance desmonta a maquinaria da respeitabilidade e pede que a moral passe pelo teste da cidade. Florbela (1931) recicla a entrega sem docilidade: o soneto, vaso de excesso, recusa a equivalência automática entre grandeza e apagamento. Sophia (2011) reconfigura o sacrifício como responsabilidade civil: fidelidade à justiça e à verdade das coisas, coragem sem rubrica religiosa. Em Saramago (1991), a pergunta torna-se método: «quem ganha com a minha renúncia?»; o núcleo político do sacrifício é exposto, e a tradição é obrigada a prestar contas. Esta sequência, sustentada por estudos de literatura comparada e crítica portuguesa, confirma a tese: a doação pode sobreviver, mas não como automatismo.

A literatura sobre formas narrativas ajuda a nomear a operação pela qual a morfologia cria crença: a constância do protagonista em Aleixo instala uma temporalidade em que a perseverança vale mais do que a viragem; a recompensa é diferida e a prova, silenciosa. Quando romances e peças modernas reaproveitam esta forma, mas trocam a «glória» por lucidez amarga ou por rutura emancipatória, realizam um gesto duplo: conservam expectativas e revogam a sua legitimidade. A teoria social explica o mecanismo de transmissão — disposições, capitais, *habitus* —; a história cultural descreve a infraestrutura ritual; a crítica feminista e a teoria do trágico medem o custo humano de cada solução. Este enquadramento permite ler textos díspares sob problemas paralelos, evitando tanto a hagiografia acrítica como o anacronismo punitivo.

Apesar da riqueza do quadro, subsistem lacunas que a bibliografia assinala e que esta revisão consolida. Em primeiro lugar, a receção de «Aleixo» fora dos circuitos eruditos — sermões locais, teatro sacro, devoções populares — permanece pouco cartografada; sem ela, a nossa compreensão da pedagogia da abnegação mantém-se excessivamente livresca. Em segundo lugar, a transição entre a economia sacramental e as novas liturgias seculares — da civilidade burguesa ao culto da produtividade — merece estudos de caso que testem a hipótese da continuidade formal com deslocação de legitimidade (Elias, 2000). Em terceiro lugar, o mapeamento

das gramáticas de género na literatura portuguesa, para lá dos cânones estabilizados, pode corrigir vieses de arquivo e trazer à luz zonas onde a doação foi repensada sem aparato solene. Por fim, o diálogo entre crítica ética e estudos de receção permitiria medir como leitores reais hoje negociam o valor do «desaparecer» nos textos que amam.

Desta revisão resulta um conjunto de instrumentos que orienta as análises subsequentes. (i) A abnegação pode ser lida como tecnologia cultural cuja legitimidade depende de uma economia simbólica (teológica ou secular) e de dispositivos pedagógicos (exempla, rituais, protocolos). (ii) O «destino» funciona como nome afetivo da necessidade — divina, social ou institucional — e, por isso, como operador de conformidade. (iii) A literatura tem uma dupla função: reproduz expetativas (quando confere crédito ao desaparecer) e desnaturaliza o dispositivo (quando mostra o custo e devolve o juízo ao leitor). (iv) A questão de género é constitutiva, não adenda: sem ela, naturaliza-se a distribuição desigual dos custos da ordem. (v) A leitura do trágico fornece gramática para lidar com conflitos de deveres sem recurso a transcendências automáticas. Com estes instrumentos, as secções seguintes articulam genealogia e crítica: do regime sacramental que fez da invisibilidade uma excelência às reescritas modernas que protegem sem apagar.

A revisão de literatura ganha profundidade quando a colocamos em diálogo com figuras limítrofes da renúncia. *Bartleby*, de Melville (2006), apresenta uma recusa quase litúrgica («preferiria não o fazer») que torna visível a pressão normativa dos dispositivos burocráticos. Não estamos perante abnegação edificante, mas perante uma subtração que desmonta a economia da utilidade: a virtude aqui não é servir, é negar a captura. Em *Antígona*, o conflito de deveres expõe o núcleo do trágico: nem a lei da cidade nem a lei não-escrita do sangue podem reivindicar exclusividade sem resto. A persistência do conflito, que não se resolve por técnica, mas por perda, revela por que narrativas de sacrifício subsistem quando o horizonte religioso se atenua: permanece a estrutura do dilema. Em *The Remains of the Day*, de Ishiguro (1989), a forma da abnegação profissionalizada — o serviço impecável — denuncia, no fim, a erosão da vida própria: o cuidado sem juízo reduz-se a máquina de manutenção do *status quo*. Este pequeno conjunto intertextual alarga a compreensão do dispositivo: a mesma morfologia da renúncia pode ser celebrada, criticada ou desmontada, consoante o regime de valor em causa.

A reflexão de Simone Weil (1947) sobre atenção e justiça oferece uma ponte entre o regime sacramental da presença e a exigência moderna de responsabilidade. A atenção, como suspensão do eu para que o outro exista, poderia ser confundida com a antiga apologia do desaparecer; mas a autora insiste numa distinção decisiva: a atenção não apaga o sujeito, antes o treina para que o outro não se torne pretexto de auto-salvação. Esta chave é útil para reler as gramáticas de abnegação: quando a renúncia é tomada como moeda de glória ou de respeitabilidade, o outro é instrumentalizado; quando nasce de uma justiça que nomeia as assimetrias e redistribui os custos, o serviço deixa de ser violência simbólica e torna-se bem comum. A bibliografia contemporânea sobre ética do cuidado converge neste ponto prático, ainda que por vias diversas: cuidar implica ver e nomear as estruturas que pedem desaparecimento, e recusar essas capturas.

A presente revisão articula fontes de diferentes disciplinas num mesmo problema crítico. O critério de inclusão não foi a exaustividade, mas a capacidade heurística de cada obra para iluminar a operação da abnegação em regimes distintos de legitimação. A leitura de história cultural (Brown, 1991; Le Goff, 1983) estabiliza o pano de fundo no qual a lenda de Aleixo se torna inteligível; a teoria social (Bourdieu,1979, 1998), Elias (2000) explica como se inculcam disposições e se convertem gestos em crédito; a crítica feminista (Beauvoir, 1949; Butler,2004) identifica a distribuição desigual da carga sacrificial; a teoria do trágico (Steiner, 1961) e a ética existencial (Kierkegaard, 2001; Weil, 1947) fornecem gramáticas para conflitos de deveres e para o discernimento do sentido. Reconhecem-se, no entanto, limites e vieses: a centralidade europeia do *corpus*, a dependência de traduções em alguns casos, a possível sobre-representação de vozes canónicas em detrimento de arquivos subalternos. Estes limites são assumidos como programa para investigação ulterior, não como desculpa para a inércia.

Da revisão resulta, por fim, uma grelha operatória que orienta as leituras de caso. (a) Qual a fonte de legitimidade do pedido de renúncia (teológica, jurídica, social, afetiva)? (b) Que técnicas de forma viabilizam a adesão

(temporalidade diferida, elipse de interioridade, cenografia do baixo, retórica do dever)? (c) Que distribuição de género e de classe determinam quem é chamado a desaparecer e com que recompensas? (d) Que sinais de crítica interna o texto oferece (ironia, falhas do dispositivo, personagens que resistem)? (e) Como é que a receção histórica reconfigura a leitura — o que foi lido como virtude pode hoje aparecer como violência — e com que consequências para a ética? Esta grelha não pretende mecanizar a leitura, mas disciplinar a atenção para que a crítica não confunda herança com destino.

Uma linha consistente da bibliografia sobre hagiografia e sobre prosa moderna converge na atenção aos efeitos de forma. No caso de Aleixo, a elipse de interioridade — a parcimónia de auto-explicação — impede a psicologização e orienta o leitor para o gesto: não interessa o que sente, interessa o que faz e, sobretudo, o que deixa de fazer. O silêncio, longe de ser vazio, torna-se argumento; a carta *post mortem*, longe de mero artifício, funciona como selo sacramental de verdade. É significativo que muitas reescritas modernas invertem este dispositivo: a «escolástica ao contrário» das personagens que se explicam até à exaustão (no romance moderno) tem a função de tornar visível o contrato simbólico que recusam. Quando a literatura restitui voz àquele que a hagiografia mantinha calado, não está necessariamente a negar a virtude da entrega; está a exigir que qualquer pedido de renúncia seja acompanhado de razões públicas e de uma contabilidade justa dos seus custos. A crítica literária, ao medir estes efeitos de forma, oferece instrumentos finos para distinguir serviço de servilismo, cuidado de apagamento, promessa de chantagem moral.

3. Metodologia

Adota-se, neste estudo, uma abordagem hermenêutica e comparatista. O corpus articula a lenda hagiográfica de Santo Aleixo, tal como estabilizada na tradição latina e vernácula medieval, com um conjunto de textos da modernidade romanesca e dramática (Tolstói, 2010; Ibsen, 1879; Camus,1942; Woolf, 1925) e, no âmbito português, com narrativas e poemas que recodificam a abnegação em chave ética e política (Camilo Castelo Branco, 1862; Eça de Queirós, 1888; Espanca, 1931; Andresen, 2011; Saramago, 1991). O propósito não é traçar uma história exaustiva das representações da renúncia, mas reconstruir uma morfologia de motivos e gestos que permita observar como a abnegação é legitimada, naturalizada ou contestada em regimes distintos de autoridade.

A caracterização de Santo Aleixo assenta, de forma específica, em dois tipos de fonte. Por um lado, no estudo de Yury Zaretsky (s.d.) sobre a *Personality of St Alexius, the Man of God*, que lê o conjunto das versões da *legenda* como um "mega-texto" da cultura europeia e descreve a sua estrutura narrativa e a sua circulação diacrónica (Zaretsky, s.d.). Por outro lado, Brown (1991) e Le Goff (1983) apresentam uma síntese factual de base, sempre cruzada com a bibliografia de história cultural do cristianismo antigo e medieval. Estes materiais permitem reconstruir o regime de inteligibilidade em que uma vida como a de Aleixo se torna exemplar: economia sacramental, pedagogia do exemplo, liturgia como dispositivo de difusão.

A seleção dos textos portugueses não pretende construir um cânone fechado, mas identificar uma linha suficientemente sólida para mostrar o movimento que vai do moralismo sacrificial para uma ética da responsabilidade. A leitura de *Amor de Perdição* e *Os Maias* é realizada em diálogo com a bibliografia crítica sobre a construção da honra e da decência na prosa oitocentista; Florbela Espanca (1931) e Sophia de Mello Breyner Andresen (2011) são lidas como momentos de reconfiguração da entrega, recusando a docilidade como destino; Saramago (1991) é convocado como laboratório de problematização explícita do sacrifício em chave política e teológica. O método é cumulativo: cada leitura particular é verificada por confronto com a bibliografia especializada e reinscrita num quadro teórico mais geral, de forma que a proposta final — pensar a abnegação como técnica historicamente produzida e passível de escrutínio ético — resulte de um encadeamento argumentativo e não de uma simples intuição.

Metodologicamente, presta-se especial atenção a dois riscos: o anacronismo e a moralização precipitada. Para mitigar o primeiro, a lenda de Aleixo é lida, em primeiro lugar, a partir do seu próprio regime de sentido, reconstruído com base na história cultural e na hagiografia (Brown, 1991; Le Goff, 1983; Zaretsky, s.d.), e só

depois colocada em diálogo com sensibilidades modernas. Para mitigar o segundo, evita-se julgar personagens e dispositivos com categorias puramente contemporâneas; em vez disso, pergunta-se o que torna plausível, em cada contexto, a equivalência entre renúncia e virtude e em que momento histórico essa equivalência começa a ser posta em causa. A comparação diacrónica permite perceber como uma mesma morfologia narrativa pode, num contexto, legitimar a abnegação e, noutro, denunciá-la como instrumento de violência simbólica (Bourdieu, 1979, 1998).

A matriz filosófica do trabalho apoia-se, ainda, na reflexão sobre o trágico e sobre a responsabilidade ética. A leitura de Steiner (1961) e Kierkegaard (2001) ajuda a descrever a estrutura de situações em que a perda é inevitável e em que a escolha entre deveres incompatíveis produz figuras de sacrifício que excedem a lógica da mera obediência. A filosofia de Simone Weil (1947) oferece uma distinção decisiva entre desaparecimento como busca de glória e atenção como suspensão do eu em favor do outro, distinção que permite separar o serviço do servilismo. Estes textos são mobilizados sempre que as narrativas analisadas põem em cena conflitos entre fidelidade a uma forma (religiosa, social, familiar) e fidelidade à justiça.

A grelha de leitura que organiza o confronto entre estes textos é construída em diálogo com a teoria social de Bourdieu (1979, 1998) e Elias (2000) e com a crítica feminista de Beauvoir (1949) e Butler (2004). A partir de Bourdieu (1979, 1998), a abnegação é descrita como uma tecnologia social que produz disposições de docilidade e transforma gestos de doação em capital simbólico num campo específico; a partir de Elias (2000), a renúncia é lida como efeito de longos processos de polimento e contenção dos afetos. A crítica feminista (Beauvoir, 1949; Butler, 2004) fornece instrumentos para cartografar a distribuição desigual das cargas sacrificiais entre géneros, permitindo perguntar, em cada texto, quem é chamado a desaparecer e com que justificação. Estas ferramentas conceptuais não são aplicadas mecanicamente; funcionam como dispositivos de atenção que orientam perguntas reiteradas a cada obra: qual a fonte de legitimidade do pedido de renúncia? que recompensas são prometidas? que formas de resistência emergem, mesmo que à margem?

A análise textual assenta em procedimentos de *close reading*, atentos à distribuição de cenas, à gestão do silêncio, ao modo como o texto concede ou retira voz à personagem que se sacrifica e às formas de recompensa simbólica que lhe são atribuídas. Na lenda de Aleixo, a atenção recai sobre a estrutura tripartida promessa–função–consumação, sobre a cenografia da «topologia do baixo» (a vida sob as escadas) e sobre a função da carta *post mortem* como selo sacramental de autenticidade (Zaretsky, s.d.; Brown, 1991). Nos textos modernos, observam-se reescritas dessa morfologia em contextos já sem horizonte escatológico explícito: o quarto burguês, o tribunal, o salão londrino, a casa oitocentista, a praça pública moderna (Tolstói, 2010; Ibsen, 1879; Camus, 1942; Woolf, 1925; Camilo Castelo Branco, 1862; Eça de Queirós, 1888; Espanca, 1931; Andresen, 2011; Saramago, 1991).

4. A Idade Média e a Gramática da Abnegação

A lenda de Aleixo é exemplar porque ilustra, com nitidez, a transmutação da perda em glória. A fuga no dia de núpcias, o longo exílio na pobreza, o regresso clandestino, a morte sem nome e o reconhecimento póstumo obedecem a uma lógica sacramental: o corpo torna-se escrita do sagrado. A pedagogia do texto — lido em público, pregado, copiado — converte o gesto em norma, tornando plausível o silêncio como linguagem e a invisibilidade como excelência. A literatura especializada sustenta que é precisamente esta repetição ritual que cria o hábito de ver no sofrer um sinal de autenticidade espiritual.

O dispositivo só funciona porque é bidirecional: a letra educa o fiel e a instituição ratifica a letra. Entre ambos, instala-se um horizonte de verosimilhança: sofrer torna-se desejável, desde que a dor possa ser narrada como prova. A abnegação, assim codificada, é uma economia do mérito. Esta leitura, fundamentada por historiadores e teóricos da cultura, evita caricaturas: não há aqui louvor fácil do masoquismo, mas a reconstrução de um regime de sentido onde a doação era, de facto, plausível e admirável.

Este quadro explica a persistência de Aleixo como arquétipo. A cena do santo que habita as escadas do palácio paterno cifra o paradoxo de uma presença que se cumpre na ausência: dá-se mais quando se desaparece. A

metáfora nupcial (o antinoivo que consagra a vida a um outro vínculo) revela a força da teologia do corpo nesse período. É contra este pano de fundo que a modernidade fará a sua crítica.

A eficácia didática da lenda de Aleixo advém da sua capacidade para orquestrar sinais de santidade numa coreografia reconhecível: pobreza voluntária, castidade, anonimato, paciência. Cada um destes elementos tem relevância textual e teológica, e é por isso que a narrativa adquire a força de um argumento: o texto não apenas narra uma vida excecional; demonstra, por repetição, que a renúncia é racional à luz de um regime sacramental. A leitura próxima de episódios como a fuga no dia de núpcias revela que a tensão não está entre amor e fé, mas entre dois contratos: o social e o sagrado. A dissolução do primeiro a favor do segundo reencena a prioridade ontológica do vínculo com o divino, ensinada pela tradição homilética e pelo calendário litúrgico.

A permanência sob as escadas do palácio paterno intensifica o que poderíamos chamar de topologia da humildade: trata-se de uma geografia moral na qual o baixo é valorizado como lugar do oculto fecundo, enquanto o alto — a sala do banquete, a visibilidade social — é relativizado como vaidade. Este investimento simbólico nos lugares é coerente com a imaginação medieval do corpo como sacramento do mundo: a posição física converte-se em disposição espiritual. Estudos de hagiografia mostram que estas cenografias não são escolhas inocentes de um narrador engenhoso; são pedagogias da perceção que treinam o leitor para ver o valor, onde a sociedade não o veria espontaneamente.

A cena do reconhecimento póstumo, com a carta que identifica o anónimo, desempenha uma função catequética decisiva: a verdade permanece oculta até que a morte a revele. A lógica é escatológica e o seu alcance pedagógico é transparente: não esperes a confirmação do valor na moeda corrente da fama, porque a banca que conta é a da eternidade. Esta eficácia a normalizar a invisibilidade como excelência ajuda a entender porque a modernidade terá de desarmar a equivalência automática entre perda e glória.

5. Aleixo como Arquétipo: Estrutura, Função, Variações

O valor hermenêutico de Aleixo reside na economia do gesto. O que importa não é a abundância da psicologia, mas a coreografia da renúncia: permanecer, calar, abdicar. Ao suspender a agência, o texto expõe as forças que movem o indivíduo — a família, a Igreja, a honra — e torna visível a engenharia da coesão. A revisão de literatura em sociologia ajuda a nomear este efeito: disposições inculcadas, capitais simbólicos, expectativas que premiam a obediência.

A estrutura narrativa, lida como vida em três atos, confirma a centralidade da constância em detrimento da peripécia. A juventude aprende a gramática do dever; a maturidade converte a promessa em função; a velhice vê a função consumir o nome. Esta morfologia, frequente em textos edificantes, mostra por que razão certas vidas parecem «naturais»: foram, de facto, ensinadas a sê-lo. A literatura crítica contemporânea sublinha os riscos desta naturalização para a autonomia do sujeito.

A função simbólica do arquétipo revela a distribuição desigual dos custos da ordem. Alguém desaparece para que outros existam. A literatura, quando comparece como crítica, devolve a pergunta que a hagiografia não formula: a quem aproveita a minha renúncia? Esta interrogação ganhará centralidade nos textos modernos aqui analisados.

O arquétipo de Aleixo permite observar como as formas narrativas produzem crença. A morfologia tripartida — promessa, função, consumação — funciona como molde que viabiliza a adesão afetiva à abnegação. O leitor, acompanhando a constância do protagonista, incorpora uma temporalidade onde a perseverança vale mais do que a viragem; a grandeza mede-se pela resistência ao apelo do instante. Este regime temporal, familiar às espiritualidades monásticas, inscreve-se na literatura como estilo e técnica de formação. É esta inscrição estética que explica a resiliência cultural da abnegação para lá dos contextos religiosos que a originaram.

Do ponto de vista sociológico, a forma é tanto conteúdo quanto o conteúdo: aquilo que parece natural — a inevitabilidade de ficar, a nobreza de não reclamar — são efeitos da repetição de enredos em que ficar e não reclamar conduzem à santidade, à admiração ou, pelo menos, à restauração da ordem. Quando romances e

peças modernas reaproveitam estas formas, mas substituem a promessa de glória por resultados trágicos ou irónicos, realizam um gesto duplo: conservam-se expectativas, revoga-se a sua legitimidade. Este jogo de continuidade e revogação estrutura a transição da *devotio* para a crítica.

A economia da elipse — a escassez programática de interioridade discursiva em Aleixo — cumpre função própria: opaciza a tentação do autoexame e desincentiva a linguagem da justificação. O santo não explica; oferece. A modernidade invertida de certas personagens é uma escolástica ao contrário: explicam-se até à exaustão, mas para recusar o contrato simbólico que lhes é proposto.

6. Modernidade: A Crítica do Sacrifício

O romance de Tolstói (2010) desmonta a conversão do sofrimento em mérito ao revelar a troca da autenticidade pela respeitabilidade. A doença funciona como dispositivo de verdade: obriga o protagonista a encarar a vida sem o véu da convenção. A renúncia, que fora prudência, revela-se medo. Nesta leitura, sustentada por estudos tolstoianos e pela crítica do realismo, não há promessa de redenção; há lucidez sobre o custo da conformidade.

Em Ibsen (1879), a casa torna-se laboratório de pedagogias da obediência. A *bondade* de Nora é o nome social da disciplina afetiva que a desfaz. O gesto final reconfigura o pronome do dever — de outrem para si — e funda uma gramática de cidadania íntima que a crítica feminista reconheceu como ponto de inflexão. A rutura não é um capricho; é o desfecho lógico de uma educação para a heteronomia.

Camus (1942) e Woolf (1925) completam o quadro. O primeiro encena um tribunal que exige narrativa edificante; o segundo mede a erosão do eu na administração da sociabilidade. Em ambos, o crédito metafísico do martírio caducou: só resta a responsabilidade humana. É aqui que Aleixo, como conceito, é reaproveitado criticamente: aquilo que era glória torna-se sintoma; o que era exemplaridade converte-se em alerta.

Ler *A Morte de Ivan Ilitch* como clínica da respeitabilidade permite ver como a doença suprime a negociação com a aparência e expõe a gramática do erro: chamar vida ao que foi conformidade, chamar bondade ao que foi medo da fricção, chamar decência ao que não passava de cálculo social. O leito obriga a um tipo de consciência que a pressa funcional do quotidiano impede. A dor torna-se máquina de verdade antiescatológica: não culmina em promessa de glória, apenas em lucidez amarga sobre a má distribuição do tempo e do cuidado.

O aparelho simbólico que sustentava a abnegação como glória é exposto como engenharia de manutenção da fachada. A visitação de colegas, protocolos da cortesia, administração das aparências — tudo se revela, na hora decisiva, matéria pobre. A abnegação de Ivan é burocrática porque encontra a sua razão na agenda, no calendário da carreira, na coreografia do gabinete. O que no medieval era liturgia, no oitocentos é agenda; o que era altar é secretária.

A crítica do realismo sugere que o romance não acusa a vida civil em bloco, mas uma técnica do tempo que impossibilita a experiência de si. Ao colocar a morte como contraponto, Tolstói (2010) não pede retorno ao sagrado; pede correção da gramática da atenção. A consequência para o nosso tema é inequívoca: a abnegação, que antes era capital de salvação, reaparece como passivo existencial.

A cena final de *Casa de Bonecas* reconfigura a topologia do dever. O lar romântico, lugar de ternura, é redescrito como máquina de pedagogia da obediência. A *bondade* de Nora alimenta o dispositivo que a mantém menor de idade. A crítica feminista reconheceu a peça como gramática inaugural de uma cidadania íntima: o dever mais antigo é o da construção do próprio sujeito.

O reaproveitamento de elementos hagiográficos é deliberado: o segredo, a renúncia e a espera são recodificados. O segredo de Nora acusa estruturas; a renúncia abre a rua, não o céu; a espera corrói em vez de purificar. A peça retira o crédito escatológico do sofrimento e converte-o em argumento político para redistribuir poder no espaço doméstico.

A teoria da performatividade clarifica a operação: Nora recusa performar a mulher agradável. Ao recusar a gramática da agradabilidade, recusa a teologia laica que sobrevive na capilaridade burguesa. A porta que se fecha é gesto linguístico que reforma a sintaxe do pronome.

O Estrangeiro oferece um tribunal que exige narrativas salvadoras; Meursault recusa a ficção integradora e é punido por um crime linguístico. Onde a economia sacramental converteria dor em mérito, a moral sem transcendência exige retórica convincente para reintegrar o desvio. A sua recusa torna-se heresia civil.

Em Woolf (1925), a administração do quotidiano torna visível a corrosão do íntimo. Clarissa sustém a forma social com elegância; o preço é a erosão silenciosa do eu. O fluxo de consciência funciona como auditoria ética que mede a distância entre a aparência de harmonia e a contabilidade dos afetos.

O par Camus (1942) e Woolf (1925) completa a transição: esgotado o crédito metafísico, a abnegação sobrevive como expetativa social, mas perde lastro de verdade. A crítica diz-nos o que a renúncia já não pode significar para que volte a significar com justiça.

Em *Amor de Perdição*, a doação feminina é moldada para caber no princípio de conservação do nome. O *pathos* convive com a denúncia implícita das estruturas que exigem desaparecimentos como prova de nobreza. Mariana salva o amado apagando-se, invertendo o projeto moderno de uma ética do cuidado que não exige desaparecimentos.

Em *Os Maias*, a abnegação é convenção, polimento que encobre vazio de projeto. A cidade torna-se protagonista do desastre, deslocando o eixo moral para o plano público. O romance pede que se desconfie da decência que não passa no teste da responsabilidade.

Camilo mobiliza o *pathos*; Eça, a ironia. Convergem na necessidade de reescrever a equivalência entre doação e virtude para poupar o sujeito do desaparecimento, preparando Florbela (1931), Sophia (2011) e Saramago (1991).

7. Literatura Portuguesa: do Moralismo à Responsabilidade

Em Camilo (1862), a pedagogia do amor impossível organiza os afetos em torno de uma estética da dor. A personagem feminina que se sacrifica ilumina a persistência de um regime simbólico em que o desaparecimento é apresentado como prova de nobreza. A crítica recente sublinha que o *pathos* convive com uma denúncia implícita das estruturas que exigem tal desaparecimento. A genealogia aqui proposta ajuda a ler essa ambivalência sem anacronismo.

Eça (1888) desloca o problema para o diagnóstico social: a abnegação torna-se convenção hipócrita, polimento que encobre o vazio de projeto. Ao desmontar a maquinaria da respeitabilidade, o romance reconfigura a virtude: já não se trata de sofrer com elegância, mas de responder pela cidade que produz destinos como se fossem naturais. A literatura comparada mostra que esta viragem é típica de um realismo que traz a moral para o terreno da responsabilidade pública.

Florbela (1931) e Sophia (2011), cada uma a seu modo, reescrevem a entrega: a primeira como intensidade que recusa papéis prescritos; a segunda como fidelidade ao justo que endireita o real. Em Saramago (1991), a pergunta torna-se inescapável: quem ganha com a minha renúncia? A crítica saramaguiana expõe o núcleo político do sacrifício, obrigando a tradição a prestar contas. Esta travessia culmina numa ética da responsabilidade que preserva o cuidado e recusa o apagamento.

Florbela (1931) reencena a entrega sem docilidade: o soneto disciplinado torna-se vaso de excesso, onde o «ser maior» não legitima o apagamento, mas exige grandeza. A abnegação deixa de ser invisibilidade consentida e passa a ser testemunho que rasga a convenção.

Sophia (2011) converte o sacrifício em responsabilidade: fidelidade à justiça, lealdade à verdade das coisas, coragem cívica sem rubrica religiosa. A renúncia reaparece como escolha, não fatalidade; custo do justo, não taxa do costume.

Saramago (1991) expõe os jogos de poder que fazem da dor instrumento. «Quem ganha com a minha renúncia?» é pergunta higiénica que desinfeta a linguagem do sagrado quando se compromete com a violência.

8. Discussão

A integração contínua da revisão de literatura com a análise textual permite evitar dualismos fáceis entre devoção e crítica. O que emerge é uma história de formas: a abnegação conserva a sua eficácia porque encontra, em cada época, uma gramática de legitimação. A Idade Média ancorou-a no sacramento; a modernidade, na decência; a literatura portuguesa, na honra e na justiça. Ao trazer à tona esta plasticidade, a crítica impede que o «destino» funcione como álibi.

As leituras aqui propostas mostram que a distinção entre serviço e servilismo depende de instituições, linguagens e expetativas. A teoria social explica como se incorporam disposições, a crítica literária mede como elas se narram, e a ética indaga se são defensáveis. Não se trata de desacreditar a doação, mas de a subtrair às capturas que exigem desaparecimentos em nome da forma.

Uma agenda de investigação consequente passa por mapear os circuitos contemporâneos de revalorização do sacrifício em regimes seculares — trabalho afetivo, cultura de desempenho, devoções cívicas — e testar a capacidade da literatura para os desnaturalizar. O contributo deste artigo é oferecer um modelo comparatista que guie essa leitura.

A robustez desta investigação assenta num princípio de teimosia metódica: cada interpretação nasce do encontro entre leitura atenta do texto e verificação crítica em fontes secundárias consolidadas. Ao discutir a lenda de Aleixo, não projetamos categorias contemporâneas sobre um passado conveniente; reconstruímos o regime de sentido que torne verosímil aquilo que o texto propõe — a economia sacramental, a pedagogia do exemplo, a circulação ritual. Na modernidade, quando lemos Tolstói (2010), Ibsen (1879), Camus (1942) ou Woolf (1925), descrevemos como a forma medieval sobrevive como esqueleto narrativo, agora preenchido por afetos e expetativas seculares. Este duplo movimento — reconstrução histórica e desmontagem crítica — permite escapar ao anacronismo e à moralização fácil.

Reconhecemos limites e escolhemos assumi-los com clareza. O *corpus* não pretende ser exaustivo: foi desenhado para maximizar contraste e evidenciar linhas de continuidade, não para abarcar tudo o que a tradição legou. A comparação entre épocas distintas exige prudência: semelhanças de enredo não garantem equivalências de sentido e é por isso que, a cada passo, a análise é calibrada pela bibliografia especializada. Também não ignoramos a pluralidade interna de cada autor: Tolstói (2010) de Ivan Ilitch não explica toda a sua obra, nem a Nora de Ibsen (1879) resolve, sozinha, a longa discussão sobre papéis de género. Onde a afirmação poderia aligeirar a complexidade, preferimos a nuance e a nota de fim.

Daqui resulta um programa de trabalho que não termina no presente artigo. Propomos três frentes de continuidade. Primeiro, seguir a revalorização contemporânea do sacrifício em domínios sem teologia explícita — do trabalho de cuidado ao culto da produtividade — e cartografar as novas liturgias que pedem silêncio e entrega. Segundo, ampliar o eixo português, incluindo tradições menos canónicas e vozes que deslocam o centro — do barroco devocional à ficção pós-colonial, da poesia de autoria feminina às escritas da diáspora. Terceiro, ensaiar, com estudos de receção, como leitores reais hoje negociam as gramáticas de abnegação nos textos que amam. A ambição não é desautorizar a virtude do serviço; é devolvê-la a uma ética da responsabilidade onde proteger nunca implique apagar.

9. Conclusão

Ao devolver «Aleixo» à crítica, recusamos tanto a hagiografia acrítica como o anacronismo punitivo. O que propusemos foi um percurso de longa duração em que a abnegação se lê como tecnologia cultural que a literatura simultaneamente reproduz e desarma. A ética que daqui advém é simples e exigente: proteger sem apagar; obedecer sem abdicar da consciência; sofrer apenas quando for o preço do justo.

Esta ética, mais do que um programa, é um método de leitura: diante de cada narrativa de renúncia, perguntar quem a pede, quem a celebra e quem beneficia. Quando a resposta não for «todos», estaremos perante um caso de violência simbólica. A literatura continua a ser o laboratório onde aprendemos a fazer estas perguntas com cuidado e rigor.

Reconstituído o arco que vai da pedagogia hagiográfica medieval à crítica moderna das liturgias seculares, podemos agora consolidar a tese central: a abnegação não é um dado intemporal da moral, mas uma técnica historicamente produzida que converte dor em sentido e serviço em mérito, variando a sua fonte de legitimidade conforme se deslocam as instituições do sagrado para o social. Ler «Aleixo» como operador cultural — e não apenas como figura devocional — permitiu mostrar como uma morfologia narrativa (promessa-função-consumação) instala, pela repetição, uma gramática dos afetos em que o desaparecer se torna plausível e até desejável. Este gesto hermenêutico sustenta a passagem do "exemplo".

A crítica diacrónica revelou também que a sobrevivência do arquétipo depende da sua capacidade de metamorfose. Onde a economia sacramental legitimava a renúncia com dividendos escatológicos, a modernidade reescreveu a mesma forma sob o signo da respeitabilidade, da decência e do polimento — novos nomes para a velha pedagogia da contenção. Ao alinhar Tolstói (2010), Ibsen (1879), Camus (1942) e Woolf (1925), demonstrou-se que o esqueleto formal da abnegação pode ser mantido enquanto se revoga o seu crédito metafísico: o resultado é um inventário de custos humanos (erosão de si, heteronomia doméstica, punição da recusa, administração dos afetos) que devolve ao leitor a responsabilidade do juízo. Assim, a literatura, longe de mera vitrina de valores, opera como laboratório de desnaturalização.

No eixo português, a deslocação crítica ganha contornos próprios: do moralismo romântico e do pathos da doação (Camilo, 1862) ao diagnóstico irónico da convenção (Eça, 1888), da reconfiguração lírica da entrega sem docilidade (Florbela, 1931) à ética civil da responsabilidade (Sophia, 2011) e ao escrutínio político do sacrifício (Saramago,1991). Esta sequência torna visível uma correção progressiva da equivalência automática entre "dar-se" e "valer": o cuidado passa a exigir contabilidade justa, e a virtude, a ser provada por critérios públicos. O quadro comparatista mostrou, portanto, que "servir" não precisa implicar "apagar-se", e que proteger alguém pode ser incompatível com a exigência do seu desaparecimento.

É neste ponto que a dimensão normativa do argumento se condensa numa grelha prática, útil para leitura e para discernimento ético: (i) identificar a fonte de legitimidade do pedido de renúncia (teológica, jurídica, social, afetiva); (ii) rastrear as técnicas de forma que viabilizam adesão (temporalidade diferida, elipse de interioridade, retórica do dever, topologia do "baixo"); (iii) mapear a distribuição de género e classe dos custos do dispositivo; (iv) recolher sinais de crítica interna (ironia, fracasso da promessa, personagens dissidentes); (v) testar a moralidade do resultado por um princípio simples: quando o benefício da renúncia é assimétrico, há violência simbólica, não virtude. Esta grelha não demoniza o sacrifício; discrimina usos legítimos de capturas naturalizadas.

Reconhecem-se, contudo, limites que abrem programa: cartografar receções populares de «Aleixo» para lá do circuito erudito; seguir as novas liturgias seculares do desaparecimento (trabalho afetivo, cultura de desempenho); ampliar o corpus português a vozes subalternas e arquivos periféricos; e, sobretudo, articular a crítica com estudos de receção que meçam como leitores reais hoje negociam o valor do "servir". A proposta de fundo permanece a mesma: recuperar, contra a chantagem moral da forma, uma ética da responsabilidade em que obedecer não signifique abdicar da consciência e em que sofrer só se admita quando for, de facto, o preço do justo. A literatura — sagrada e profana — continua a ser a nossa melhor oficina para aprender a fazer estas perguntas com rigor, memória e cuidado.

Referências

Andresen, S. de M. B. (2011). *Obra poética*. Caminho.

Barthes, R. (1972). *Mythologies*. Éditions du Seuil.

Beauvoir, S. de. (1949). *Le deuxième sexe*. Gallimard.

Bourdieu, P. (1979/1998). *La distinction: Critique sociale du jugement*. Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, P. (1979/1998). *La domination masculine*. Seuil.

Brown, P. (1991). *O corpo e a sociedade: Homens, mulheres e renúncia sexual nos primitivos cristãos* (Trad.). Teorema.

Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Routledge.

Camilo Castelo Branco. (1862). *Amor de perdição*. Lello & Irmão.

Camus, A. (1942). *L'Étranger*. Gallimard.

Eça de Queirós. (1888). *Os Maias: Episódios da vida romântica*. Livraria Chardron.

Elias, N. (2000). *The civilizing process* (E. Jephcott, Trad.). Blackwell.

Espanca, F. (1931). *Sonetos*. Bertrand.

Ibsen, H. (1879). *Et dukkehjem*. Gyldendal.

Ishiguro, K. (1989). *The remains of the day*. Faber & Faber.

Kierkegaard, S. (2001). *Temor e tremor* (Trad.). Relógio d'Água.

Le Goff, J. (1983). *A civilização do Ocidente medieval*. Estampa.

Melville, H. (2006). *Bartleby, o escriturário* (Trad.). Relógio d'Água.

Saramago, J. (1991). *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. Caminho.

Sófocles. (2005). *Antígona* (F. Lourenço, Trad.). Cotovia.

Steiner, G. (1961). *The death of tragedy*. Faber & Faber.

Tolstói, L. (2010). *A morte de Ivan Ilitch* (Trad.). Relógio d'Água.

Weil, S. (1947). *La pesanteur et la grâce*. Plon.

Woolf, V. (1925). *Mrs Dalloway*. Hogarth Press.

Zaretsky, Y. (s.d.). *Personality of St Alexius, the Man of God*.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar. **Revisão por Pares:** Aberta.

Todo o conteúdo da ***NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais*** é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.

Fero amor, coroa furtiva: Inês de Castro no épico camoniano

Ferocious love, stealthy crown: Inês de Castro in the Camonian epic

10.29073/naus.v8i2.1008

Recebido: 29 de agosto de 2025.
Aprovado: 24 de novembro de 2025.
Publicado: 20 de dezembro de 2025.

Autor/a 1 (Autor/a Correspondente): Leandro Almeida Universidade Estadual da Paraíba/PPGLI e Prefeitura Municipal de Sumé-PB, Brasil, leandro.sousa@aluno.uepb.edu.br.

Autor/a 2: Valéria Andrade, Universidade Federal de Campina Grande e Universidade Estadual da Paraíba/PPGLI, Brasil, val.andradepb@gmail.com.

Resumo

No ano em que se comemoram 500 anos de Luís Vaz de Camões, revisita-se o poema *Os Lusíadas* a fim de ler e contar uma vez mais e *até ao fim do mundo* a história que "aconteceu da mísera e mesquinha / que depois de morta foi Rainha", consagrada no Canto III como a Linda Inês. Se em sua obra Camões convergia aos intentos do período moderno na elevação de nomes de heróis nacionais a fim de fazer vir à lume Portugal como um país cintilante na Europa, então D. Inês de Castro tem lugar de destaque em sua obra, não apenas por ser a razão do amor e da saudade de D. Pedro, mas por ser a figura mais emblemática na construção de uma identidade nacional portuguesa.

Palavras-Chave: Camões; Inês de Castro; Os Lusíadas.

Abstract

In the year in which Luís Vaz de Camões' 500th birthday is celebrated, we visit the poem *Os Lusíadas* in order to read and tell once again and *until the end of the world* the story that "happened to the wretched and petty woman / who after her death was Queen", enshrined in Canto III as Linda Inês. If in his work Camões converged with the attempts of the modern period in elevating the names of national heroes in order to bring Portugal to light as a shining country in Europe, then D. Inês de Castro has a prominent place in his work, not only because he is the reason for the love and longing for D. Pedro, but because he is the most emblematic figure in the construction of a Portuguese national identity.

Keywords: Camões; Inês de Castro; Os Lusíadas.

Camões: entre ondas e versos

O poeta Luís Vaz de Camões (1524–1580) ocupa lugar central na história literária portuguesa, não apenas pela autoria de *Os Lusíadas*, mas também pela amplitude e densidade da sua produção lírica. Sua vida, embora envolta em lacunas documentais, delineia-se como a trajetória de um escritor que viveu entre os extremos da experiência renascentista: formação humanista sólida, participação militar, vivência colonial e marginalidade social. Nascido provavelmente em Lisboa, Camões recebeu educação marcada pelo estudo dos clássicos, das letras latinas e da tradição poético-cortesã, o que se reflete na versatilidade formal de sua obra.

Expulso da corte e posteriormente engajado como soldado, integrou campanhas militares no Norte da África, onde perdeu o olho direito, episódio que a tradição tende a interpretar como símbolo de seu destino trágico. O poeta conheceu ainda o Oriente português, vivendo em Goa e Macau, experiência que lhe forneceu o horizonte geográfico, político e simbólico de *Os Lusíadas*. Nesses territórios coloniais, Camões cruzou conflitos administrativos, tensões culturais e longos períodos de precariedade econômica, condições que informam o tom crítico, desencantado e por vezes satírico de parte de sua obra.

O retorno a Lisboa em 1570 marca o fim de uma vida de errância, mas não de dificuldades. Camões publicou *Os Lusíadas* em 1572, obra que celebra os feitos expansionistas portugueses ao mesmo tempo em que oferece uma visão complexa e ambivalente do ideal imperial. Apesar do reconhecimento literário, o poeta viveu seus últimos anos na pobreza, assistido por amigos e patronos, até morrer em 1580, coincidindo simbolicamente com o declínio da autonomia política portuguesa naquele mesmo ano.

A vida de Camões, marcada por deslocamentos, contradições e experiências limítrofes, constitui um ponto de partida essencial para compreender a multiplicidade de sua obra. Entre a lírica que explora afetos, instabilidade existencial e formas clássicas, e a epopeia que dialoga com política, navegação e identidade nacional, a biografia camoniana oferece o tecido histórico e emocional que sustenta sua permanência no cânone literário lusófono.

A figura de Camões também é marcada pela insígnia do "poeta náufrago", a qual nasce da célebre tradição que o coloca sobrevivendo a um naufrágio na foz do rio Mekong, episódio em que teria escapado com vida apenas porque, nadando com uma das mãos, manteve fora d'água o precioso manuscrito de *Os Lusíadas* com a outra. Embora envolto em lendas e incertezas documentais, esse relato tornou-se parte essencial do imaginário camoniano, pois traduz em gesto heroico a relação do poeta com sua própria obra, pois mesmo diante da ruína e do perigo, a poesia permanece como aquilo que merece ser salvo. Assim, o naufrágio, real ou mítico, converte-se em metáfora da resiliência artística e da força épica que molda tanto a vida quanto a criação literária de Camões.

Do naufrágio, surge uma estética, em razão de que transforma a experiência do desastre, da perda e da adversidade em matéria poética, tanto na sua vida quanto na sua obra. O naufrágio, literal ou simbólico, torna-se um modo de olhar o mundo e de construir poesia. Em *Os Lusíadas*, por exemplo, a travessia perigosa, os riscos do mar, a instabilidade da sorte e a sensação de estar sempre à beira do abismo são temas centrais. A épica camoniana é movida por tempestades, perigos, tormentas, quedas, enganos, despedidas. Mesmo os heróis enfrentam o fracasso, e mesmo os grandes navegadores são vulneráveis ao mar. Em muitos de seus sonetos, Camões também explora a ideia de "naufragar" no amor, no exílio, no tempo ou no destino, ou seja, a vida como barco levado por ondas imprevisíveis. Assim, o naufrágio deixa de ser apenas um acontecimento biográfico e se torna um princípio estético, uma forma de transformar ruínas em poesia, de fazer da perda um gesto criativo, e de construir uma visão de mundo onde a grandeza e a fragilidade caminham juntas.

Camões foi objeto de estudo de autores cujas investigações fornecem dados basilares para as incursões realizadas sobre a obra camoniana na atualidade. Hernâni Cidade, por exemplo, através do seu estudo *Camões: O Lírico* (1936), tornou-se um dos pilares do camonismo moderno. Este estudo examina o poeta lírico, menos o autor épico e mais o escritor dos sonetos, canções e elegias. Cidade investiga, com rigor filológico e sensibilidade estética, a arquitetura do verso camoniano, o seu uso da tradição trovadoresca, a influência italiana e a marca existencial do exílio e da errância. A obra é central porque ajudou a desvincular a imagem de Camões de uma leitura exclusivamente nacionalista, destacando a densidade emocional, filosófica e psicológica da sua lírica. É também um marco metodológico, por articular crítica histórica, formalista e estilística.

Jorge de Sena, em *Uma Canção de Camões e seu Destino* (1954), renovou profundamente os estudos camonianos no século XX. Seus trabalhos, especialmente os reunidos em *Trinta Anos de Camões*, introduzem uma leitura crítica inovadora, desmistificadora e intelectualizada. Sena questiona interpretações patrióticas que antagonizavam com a historicidade real do poeta e reavalia tecnicamente *Os Lusíadas*, a lírica e os problemas textuais. Um dos momentos mais emblemáticos é o estudo sobre "Uma Canção de Camões e seu Destino", no qual Sena demonstra rigor analítico e atenção ao processo de transmissão textual. Sena procura um Camões menos monumentalizado e mais humano, contraditório, crítico e politicamente lúcido. Sua obra tornou-se indispensável para qualquer análise séria do poeta.

António José Saraiva, em *Para a História da Cultura em Portugal* (1946) e estudos camonianos associados, embora não seja um livro exclusivamente dedicado a Camões, produz um crucial estudo porque desloca a análise do poeta para o contexto social, político e cultural do século XVI. O autor interpreta Camões como um intelectual

português dentro de uma engrenagem imperial marcada por tensões ideológicas, crises econômicas, decadência colonial e contradições morais. A leitura saraiviana rompe com a tradição puramente estética, integrando Camões numa história da cultura que envolve estruturas de poder, ideologias e práticas sociais. Seu enquadramento histórico-materialista influenciou gerações de críticos, especialmente ao iluminar o caráter político de *Os Lusíadas* e as ambiguidades do humanismo camoniano.

Sabe-se que Camões contribuiu para a consagração de inúmeras figuras históricas da tradição lusitana, sendo que nos propomos a revisitar o caso da sua "Linda Inês", protagonista do fero amor e da coroa furtiva. A composição dessa expressão ilumina com precisão simbólica o drama de D. Inês de Castro no imaginário camoniano. O "fero amor" é o sentimento absoluto e transgressor que une D. Pedro e D. Inês de Castro, isto é, um amor tão intenso que ultrapassa a razão de Estado e se torna ameaça política, paixão que fere porque é demasiado grande para caber no mundo. Já a "coroa furtiva" simboliza aquilo que D. Inês de Castro jamais alcança em vida, ou seja, a legitimidade régia, o lugar de rainha, que lhe é concedido apenas tardiamente, quando sua cabeça já não podia portar coroa alguma. Assim, o título sugere que a história de Inês se constrói na intersecção entre uma paixão feroz, que desafia reinos, e uma coroa impedida, escondida, atrasada, furtada pela violência do destino e devolvida apenas como gesto fantasmático. Em Camões, o amor de Pedro por Inês é simultaneamente ferida e coroação tardia, prova de que a intensidade dos afetos e a instabilidade do poder caminham lado a lado.

Inês e(m) Camões

Os estudos sobre figuras míticas representativas de culturas e tradições vêm se tornando uma tônica na área dos estudos literários contemporâneos que dialogam com a interculturalidade e a temporalidade, dado que essas narrativas míticas ancestrais, se lidas através de uma hermenêutica utópica, podem nos ajudar a lidar com os desafios da atualidade.

De um olhar retrospectivo, pode-se conjecturar que nunca a nossa sociedade foi tão carente dos ideais da ancestralidade quanto nos dias atuais, isto é, de um retorno ao passado, da retomada das figuras históricas, lendárias, míticas e heroicas cujos enfrentamentos, vitórias e derrotas dos seus tempos nos parecem passíveis de projetar imagens de alento para que possamos catalisar as forças para viver o mundo contemporâneo. Vivemos, pois, dias de esquecimento do passado e avanço desenfreado para um futuro questionável, razão que esse estudo assevera a imprescindibilidade de desenterrar princípios do passado para guiar, por um caminho seguro, rumo ao futuro.

É nessa perspectiva que vínhamos postulando que prezar pela presença das(os) mortas(os) e dar ouvidos às reverberações múltiplas de suas vozes é, sobremaneira, um achado, um ganho, uma vez que ainda podem ser atuais, inovadoras(es) e até parceiras(os) de interlocução, porquanto, o diálogo simbólico com as(os) mortas(os) engendra possibilidades de inventar o futuro. Em se tratando de uma mulher mítica em particular, encontramos D. Inês de Castro, para além de sua condição histórica e memorável de rainha *post mortem* de Portugal do século XIV, fazendo a passagem para a esfera de além-vida, permanecida na condição de mito imorredouro, que a eleva da tumba à retumbância (Almeida, 2021).

Inês de Castro é consagrada na literatura sobretudo por obra do escritor português Luís Vaz de Camões (1524-1580), no Canto III de *Os Lusíadas*, a qual expressa as aspirações do seu tempo, isto é, a Renascença. Inspirada na herança das civilizações greco-romana e cristã, a epopeia camoniana é também uma demonstração apaixonante de civismo amoroso pela terra natal, universalidade e de criatividade artística de um fidalgo que entra para a história como o maior poeta épico e lírico de Portugal. Nos dias atuais, portanto, celebram-se os 500 anos do nascimento de Luís de Camões, razão da importância de revisitar essa figura central na literatura portuguesa, influenciando múltiplas gerações de escritores e pensadores. O presente ensaio é, pois, uma oportunidade única para revisitar sua obra e continuar a dar visibilidade à sua "Linda Inês".

A obra *Os Lusíadas* organiza-se proverbialmente em cinco partes: (1) *Proposição* (Canto I, Estrofes 1 a 3) — Apresentação da matéria a ser cantada: os efeitos dos navegadores portugueses, em especial os da esquadra de

Vasco da Gama e a história do povo português. (2) *Invocação* (Canto I, Estrofes 4 e 5) — O poeta invoca o auxílio das musas do rio Tejo, as Tágides, que irão inspirá-lo na composição da obra. (3) *Dedicatória* (Canto I, Estrofes 6 a 18) — O poema é dedicado ao rei Dom Sebastião, visto como a esperança de propagação da fé católica e continuação das grandes conquistas portuguesas por todo o mundo. (4) *Narração* (Canto I, Estrofe 19 a Canto X, Estrofe 144) — A matéria do poema em si. A viagem de Vasco da Gama e as glórias da história heroica portuguesa. (5) *Epílogo* (Canto X, Estrofes 145 a 156) — Grande lamento do poeta, que reclama o fato de sua "voz rouca" não ser ouvida com mais atenção (Beletti e Barbosa, 2001).

Como se observa na estrutura temática de *Os Lusíadas*, como também na vida e na obra de seu autor, há mostras de uma concepção de pátria como objeto de devoção, pois, como se supõe, intuía-se que essa seria uma obra única e exemplar, a primeira em que se celebrava com tanto empenho e vigor a glória de Portugal, então senhor dos mares, sede da Península Ibérica. Por outro lado, *Os Lusíadas* exala uma ideia universal de ser humano comum à grande parte da civilização europeia, isto é, tem-se a epopeia como produção estética para enaltecer o avanço civilizatório geral empreendido especialmente pelos modernos.

Se diante deste início de período moderno se elevavam nomes de heróis nacionais a fim de fazer vir à lume Portugal como um país cintilante na Europa, então D. Inês de Castro tem lugar de destaque em sua obra, sendo uma figura importante para a construção de uma identidade nacional portuguesa. História e mito constituem-se como contribuição estruturante na consolidação de uma cultura nacional, a ponto de consagrar o final da Idade Média na história portuguesa.

Ainda, é possível inferir que, por mais luminoso que fosse o antigo Portugal em meados do século XIV, no conjunto dos países que compõem a Europa, pode-se perceber certo ofuscamento do país relativamente às outras nações europeias em termos de cultura, tradição, arte etc. É neste sentido que, pensando a figura mítica de Inês de Castro como rainha *post mortem*, Osakabe (1998, p. 110) considera que "consagrá-la rainha corresponde à unção (e criação) definitiva de Portugal como reino do amor e do sentimento que permite eternizá-lo: a saudade".

Inês e(m) seu (En)Canto

Fundado em 1152, o Mosteiro de Alcobaça, conhecido como Real Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, é um complexo religioso situado na cidade de Alcobaça, no distrito de Leiria na região do Centro, em Portugal. No transepto de sua igreja estão dois luxuosos túmulos de pedra postos frente a frente, pés contra pés. São os túmulos de D. Pedro I, rei de Portugal, e de D. Inês de Castro, os mais conhecidos amantes portugueses do século XIV.

Como consta na tradição da narrativa mito-histórica inesiana, ou seja, a partir da leitura de uma porção significativa da fortuna histórica e literária que tematiza o caso desse célebre par amoroso, D. Pedro, herdeiro do reino, apaixonou-se por uma dama de companhia da sua esposa D. Constança Manuel, a galega D. Inês de Castro. Constança era filha de D. João Manuel de Castela — príncipe de Vilhena e Escalona, duque de Penafiel e tutor de Afonso XI de Castela. Inês, por sua vez, era uma mulher lindíssima, pelo que tinha olhos de esmeralda e cabelos dourados. Não era exagero quando a chamavam de "Colo de Garça", por assemelhar-se a tal ave de beleza deslumbrante, de postura elegante e pescoço esguio.

Esses atributos todos despertaram no príncipe uma arrebatadora paixão. Pedro passou, então, a manter com ela um romance, que perdurou por dez anos após a morte de D. Constança (Toledo, 2008). A fim de ilustrar a evidência da exaltação à beleza da galega por parte de Luís Vaz de Camões, em seu Canto III, na estrofe 120, destacamos a expressão do poeta, que a consagra literariamente como "Linda Inês".

A partir dos estudos realizados por historiadores interessados na temática inesiana, a exemplo do célebre cronista Fernão Lopes (1380-1460), autor da *Chronica de El-rei Dom Pedro I (1440 e 1450)*, ou mesmo um historiador mais atual como o português A. Pedro Gil, *Os grandes julgamentos da história: o processo de D. Inês*

de Castro (Gil, 1975), ficamos sabendo de diversos conflitos protagonizados pela família real portuguesa da época, cujas intrigas não puderam ficar confidenciadas entre o séquito real.

Tomamos nota de que a bela Inês era filha de D. Pedro Fernandes de Castro, mordomo-mor do rei D. Afonso XI de Castela, com a dama portuguesa Aldonça Lourenço de Valadares. No entanto, tal mancebia era mal concebida pela corte portuguesa, em seus receios de que o futuro rei de Portugal ascendesse à família castelhana de Inês, visto que seu pai era um dos fidalgos mais poderosos do reino de Castela, e seus irmãos, D. Fernando de Castro e D. Álvaro Perez de Castro, muito influentes na corte castelhana, além de terem a prestigiosa amizade do príncipe D. Pedro.

Desse modo, a "Castro" representava, para o então rei D. Afonso IV — antepenúltimo da dinastia de Borgonha —, ameaça à corte portuguesa, sendo sua presença e, sobretudo seu relacionamento amoroso com o herdeiro da coroa, interpretados como um estratagema arquitetado por Castela para tomada do reino. Os amores de Pedro e Inês, a essa altura, transcendiam, portanto, de escândalo familiar a um iminente perigo para a estabilidade do Reino. Temia o rei pela sorte de seu neto legítimo D. Fernando, herdeiro do trono, por morte de D. Pedro, temor que advinha do crescente domínio dos Castros sobre o ânimo do príncipe. Intriguistas e megalômanos poderiam induzir o Infante a um mau reinado e, sem escrúpulos, se desfariam do frágil Fernando, para que um de seus sobrinhos, filhos de Inês, assumisse o trono português (Toledo, 2008).

Ciente da manifesta atração dos amantes que já se fazia notícia entre o séquito real e clerezia, estrategicamente D. Constança Manuel convida D. Inês de Castro para ser madrinha do infante D. Luís, fruto de seu casamento com o príncipe, pois era sabedora de que esse vínculo sagrado os tornaria imprudentes diante da lei de Deus reproduzida pela tradição da igreja. No entanto, o infante morre com poucos dias de nascido, cortando, portanto, os laços de parentesco religioso entre D. Pedro e D. Inês de Castro, o que enfraquece os esforços da legítima esposa, inclusive, deixando-a debilitada em saúde.

Intervindo contra o perigoso romance, em 1344 o rei exila D. Inês de Castro no castelo de Albuquerque, na fronteira castelhana, lugar onde ela fora criada por uma tia sua, D. Teresa, esposa de D. Afonso Sanches, irmão bastardo de D. Afonso IV e preferido do pai de ambos, D. Dinis, cuja morte acionaria a disputa pela coroa. Diante do que se sabe, os amores de Pedro e Inês puderam vencer a distância, não sendo esse o impedimento da poderosa ligação amorosa entre eles. Na sequência dos eventos, D. Constança morre por razões de complicações de pós-parto, em 1345, embora alguns historiadores evidenciem sua enfermidade como sendo decorrente do camarço pela traição do seu marido com sua melhor amiga. Sua morte coadjuvaria para que D. Pedro assumisse plenamente o envolvimento conjugal com D. Inês de Castro, instalando-a no Convento de Santa Clara, em Coimbra, reconstruído por sua avó, D. Isabel, a Rainha Santa.

Estando o infante de Portugal livre de seus múnus matrimoniais e votos religiosos frente às delegações do casamento com a falecida esposa castelhana, os amantes se veem absolvidos do sentimento de culpa decorrente do romance proibido, de que resultaria o nascimento de quatro infantes: Afonso, que morreu em 1346 ulteriormente ao nascer, João em 1349, Dinis em 1354 e Beatriz em 1347, causando demasiada consternação ao monarca D. Afonso IV.

Com toda sua cólera canalizada em torno da "Castro", em 7 de janeiro de 1355, valendo-se da ausência do príncipe D. Pedro, o monarca D. Afonso IV, sob a persuasão de seus três fidalgos conselheiros, ordena a execução de D. Inês de Castro, sob a alegação de alta traição à nação e à corte portuguesa. No entanto, segundo Camões, quando os carrascos trouxeram Inês perante o rei, este estava compadecido e arrependido, mas o povo o exortava, incitando-o a matá-la. Leiamos a Estrofe 124:

> Traziam-na os horríficos algozes
> Ante o rei, já movido a piedade;
> Mas o povo, com falsas e ferozes
> Razões, à morte crua o persuade.

> Ela, com tristes e piedosas vozes,
> Saídas só da mágoa e saudade
> Do seu príncipe e filhos, que deixava,
> Que mais que a própria morte a magoava, (Camões, 2002, p. 47).

Na ocasião, tal como interpretada pelos olhos do poeta, Inês sentia mais pela saudade de Pedro e dos filhos do que pela morte. Seus olhos vão em direção ao céu, visto que o carrasco já lhe tinha prendido as mãos, tal como se lê na Estrofe 125, a seguir:

> Para o céu cristalino alevantando,
> Com lágrimas, os olhos piedosos
> (Os olhos, porque as mãos lhe estava atando
> Um dos duros ministros rigorosos);
> E depois, nos meninos atentando,
> Que tão queridos tinha e tão mimosos,
> Cuja orfandade como mãe temia,
> Para o avô cruel assim dizia:
> Se já nas brutas feras, cuja mente
> Natura fez cruel de nascimento,
> E nas aves agrestes, que somente
> Nas rapinas aéreas têm o intento,
> Com pequenas crianças viu a gente
> Terem tão piedoso sentimento
> Como co'a mãe de Nino já mostraram,
> E co'os irmãos que Roma edificaram
> Ó tu, que tens de humano o gesto e o peito
> (Se de humano é matar uma donzela,
> Fraca e sem força, só por ter sujeito
> O coração a quem soube vencê-la),
> A estas criancinhas tem respeito,
> Pois o não tens à morte escura dela;
> Mova-te a piedade sua e minha,
> Pois te não move a culpa que não tinha (Camões, 2002, p. 47–48).

Observa-se que o discurso da Inês camoniana faz uso de uma retórica que envolve vínculos sanguíneos como modo de sensibilizar o rei, alegando que até os animais selvagens, cujos instintos são cruéis, e as aves de rapina têm piedade com as crianças. Além disso, Inês ainda se coloca como uma mulher frágil, até mesmo enfraquecida pelo amor que soube vencer seu coração a ponto de desarmá-la diante de qualquer investida contra a sua via.

Essa imagem camoniana de Inês cercada pelos filhos — advogando por si e sua prole perante Afonso IV para tentar se salvar da sentença de morte a que fora condenada —, tornada icônica na tradição literária portuguesa inesiana, em particular em sua vertente dramatúrgica pelas mãos de António Ferreira, com a sua *Castro* (1598), irá perdurar assim pelo menos até os anos de 1960, seja em Portugal, seja em outras partes da Europa, ainda que em singulares recriações, como por exemplo a do português António Patrício, em *Pedro, o Cru* (1918) — em que a suplicante vem à cena como num *flashback*, narrada pela voz de um de seus carrascos — e a francesa *La Reine Morte* (1947), de Henry de Montherlant, na qual a conversa fatal entre acusador e acusada desdobra-se em dois momentos até que seja revelada a sua condição de mulher já casada com Pedro e grávida do primeiro filho do casal (ANDRADE, 2025).

Seja como for, segundo registram as crônicas, D. Afonso IV impetrou a execução da amante de seu filho. Sendo assim, segundo o relato do historiador A. Pedro Gil, a galega D. Inês de Castro "foi degolada pela garganta,

pormenor que assinala uma execução em tudo conforme aos costumes da época, pois essa era a forma honrosa das execuções capitais, e como tal reservada aos membros da nobreza" (Gil, 1975, p. 15-16).

Camões, na Estrofe 123 do seu Canto inesiano, sugere que D. Afonso decide matar Inês para que o seu filho seja libertado da prisão amorosa, pois acreditava que apenas o sangue da morte poderia apagar o fogo do amor. Leia-se a estrofe:

> Tirar Inês ao mundo determina,
> Por lhe tirar o filho que tem preso,
> Crendo co'o sangue só da morte indina
> Matar do firme amor o fogo aceso.
> Que furor consentiu que a espada fina,
> Que pôde sustentar o grande peso
> Do furor mauro, fosse alevantada
> Contra uma fraca dama delicada? (Camões, 2002, p. 47).

Observa-se tamanha cólera no rei a ponto de usar a espada que um dia o levou à vitória contra os Mouros para que viesse a ser levantada "contra uma fraca dama delicada". Assim sendo, os registros históricos asseveram que o cruel episódio se passou no local onde residia Inês, posteriormente conhecido como *Quinta das Lágrimas*, onde estava na companhia de seus infantes.

A fantasia mítica potencializada pela estética literária tornou "floreada"[1] a história, notadamente ao dizer que as ninfas do Rio Mondego, que corta a cidade de Coimbra, se encarregaram de chorar a morte e a memória daquela que fora a deusa daquele curso de lágrimas eternas que, misturadas ao seu sangue escorrido na fonte dos encontros amorosos — referida poeticamente por Camões como *Fonte dos Amores*: "Vede que fresca fonte rega as flores / Que lágrimas são a água e o nome amores" (Camões, 2002, p. 51) —, perpetuam a memória do infortúnio pela ornamentação das mágicas algas carmesins.

Sobre a relação do par amoroso com a Fonte dos Amores, Camões escreve/canta sua versão no Canto III dedicado a Inês de Castro da sua epopeia *Os Lusíadas*, conforme ilustra o trecho a seguir:

> As filhas do Mondego a morte escura
> Longo tempo **chorando** memoraram,
> E, por memória eterna, em fonte pura
> As **lágrimas** choradas transformaram.
> O nome lhe puseram, que ainda dura,
> Dos amores de Inês, que ali passaram.
> Vede que fresca fonte rega as flores,
> Que **lágrimas são a água** e nome amores (Camões, 2002, p. 51, grifos nossos).

O assassinato de Inês de Castro, compreendido nos dias atuais em sua dimensão de crime passível de qualificação como feminicídio *avant la lettre* (Andrade, 2021) — cometido em ambiente doméstico por razões de gênero envolvendo conflitos político-familiares relacionados à sucessão do trono português —, provoca a revolta do infante D. Pedro contra o monarca D. Afonso IV, dando azo a uma guerra civil entre pai e filho, tendo o príncipe apoio dos irmãos de Inês de Castro e outros soldados galegos. Quando o infante D. Pedro teve conhecimento da morte de D. Inês de Castro, a sua indignação não teve limites. Sem demora, disposto a abrir guerra civil, levantou uma hoste, se é que se pode dar esse nome a uma estranha mescla em que havia de tudo, isto é, soldados galegos trazidos pelos irmãos de Inês de Castro, homens-de-armas dos seus partidários portugueses, e até malfeitores que se lhe ofereceram na esperança de benefício. O infante concentrou essas forças ao norte do Rio

[1] Termo utilizado pelo poeta brasileiro Fábio Sombra em *A história de Inês de Castro ou dama lourinha que, depois de morta, virou rainha* (Sombra, 2011).

Douro, onde ficavam situadas as terras dos principais conselheiros do pai, e passou a assolá-las, feito que veio pôr cerco ao Porto, na intenção de fazer dessa cidade centro da sua rebelião (Gil, 1975).

Ao cessar da guerra, por intervenção da rainha D. Beatriz em apaziguamento, se estabelece o armistício. Tendo o rei morrido em 28 de maio de 1357, o condoído príncipe ascende ao trono e, após assumir o reino, o então rei D. Pedro I persegue os três assassinos de D. Inês de Castro — Álvaro Gonçalves, Pero Coelho e Diogo Lopes Pacheco. Os dois primeiros estavam refugiados em Castela, mas por troca de presos políticos D. Pedro faz um tratado de extradição com D. Pedro de Castela para fazer a troca. Assim, foram capturados e executados, sendo-lhes extirpados os corações, um pelas costas, outro pelo peito e depois queimados, pelo que os gritos agonizantes dos assassinos foram, para o justiceiro D. Pedro, como um salmo aos ouvidos, uma trova à concretude de sua vingança. Contam as crônicas e a lenda que a execução se dava enquanto o desolado príncipe estava a comer um banquete, por isso a fama de "o cru" e/ou "o justiceiro". Disfarçado, o terceiro conselheiro conseguiu fugir para França, de quem não se obteve notícias.

Na sequência dos fatos e dos cerca de 6 anos passados, os restos mortais de D. Inês de Castro foram, por intervenção de D. Pedro, transladado da campa rasa onde foi originalmente sepultada no Mosteiro de Santa para o rico túmulo de calcário na igreja do Mosteiro de Alcobaça. Entre um ponto e outro, no itinerário de 17 léguas, os despojos de Inês foram conduzidos por entre círios acesos empunhados por fidalgos, donzelas e muitos representantes do clero, formando um cortejo ininterrupto até o final da rota. O corpo da amada de Pedro I de Portugal baixou sepultura acompanhado de missa e de grande solenidade. E foi, segundo registros oficiais, a mais honrada transladação que até aquele tempo em Portugal fora vista (Toledo, 2008).

Tamanha era a saudade sentida pelo D. Pedro que, por não aceitar a maldição que estivera sujeito em razão da separação de sua amante, seis anos depois de sua morte, a levanta da sepultura original. Como último ato de ousadia e movido pelos sentimentos simultâneos de saudade, vingança e heroísmo, Pedro impôs, conforme reza a lenda, que a clerezia, as(os) nobres da corte e demais portuguesas(es) demonstrassem honras a D. Inês de Castro, a quem coroa rainha, obrigando-as(os) à cerimônia do beija-mão ao seu cadáver instalado no trono, sob a pena de morte a quem recusasse a ascensão da nova soberana de Portugal. Esse provável cerimonial de sagração póstuma de Inês de Castro, seguido do funesto beija-mão, mantém-se como um enigma, sendo que embora, segundo Antônio de Vasconcelos, esta fantasia da coroação e do beija-mão só apareceu muito mais tarde, em 1577, quando o escritor castelhano Jerónimo Bermúdez deu largas à imaginação, para a exposição de cenas tétricas. As fantasias referidas entraram depois em Portugal pela mão do escritor e historiador ludo-filipista Manuel de Faria e Sousa (Gil, 1975).

Noutra parte da lenda, afirma-se que, antes de sua morte, D. Pedro estabelecera que seu túmulo deveria ser posicionado em frente ao de sua amada, para que, ao soar das trombetas do Juízo Final, ao ressuscitarem, ela e ele se levantarão e olharão um para o outro, dando continuidade infinita e eterna ao amor que lhes tivera sido interrompido, conforme as inscrições nele esculpidas segundo sua vontade: "A:E:AFIN:DOMUDO", com o provável significado de "Até ao fim do mundo". Essa narrativa surgiria em tempos mais recentes, quanto da mudança de posição dos túmulos, transferidos do transepto sul da igreja para o panteão real construído por volta de 1780, ocasião em que foram colocados frente a frente, diferentemente da posição original, um ao lado do outro.

Ainda nos valendo da escrita romanesca inspirada nos versos camonianos, podemos destacar a escritora portuguesa Seomara da Veiga Ferreira, no romance *Inês de Castro: A Estalagem dos Assombros* (Ferreira, 2006), que, pela voz da narradora D. Beatriz — mãe de D. Pedro —, faz sua interpretação da escritura tumular:

> Sim, era o seu derradeiro testamento. Ali estava ele, depois de tudo consumado, à espera do fim do mundo? A ressurreição final? Por que não? AQUI ESPERO AFIN DO MUNDO? Não. Mais do que isso. Ele pede, e pede a ela: ACOMPANHA-ME EM ATÉ A FIM DO MUNDO. É mais que um epitáfio. É um poema, um cantar que nem D. Diniz conseguiu compor. É a busca, o desejo de eternidade, do encontro final, no amplexo definitivo nos braços de Deus. (Ferreira, 2006, p. 120)

De mesmo modo, o escritor português João Aguiar, no romance *Inês de Portugal* (Aguiar, 1999), frisara tal imprecação das palavras do príncipe: "roubaram-te de mim, Inês, mas não sabiam que assim mesmo te punham para sempre em mim. Para sempre, até ao fim do mundo" (Aguiar, 1999, p. 39). Hoje e sempre a "Bela Inês" de Camões há de ser lembrada como mito imorredouro na literatura, seja a produzida em Portugal e na comunidade lusófona em geral, seja a de autoria internacional ao longo do tempo, a exemplo de obras espanholas e francesas, como as de um Vélez de Guevara (*Reynar después de morir*, 1652) e um Henry de Montherlant (*A Rainha Morta*, 2025), respectivamente.

Até ao Fim do Mundo

Camões, em *Os Lusíadas*, transforma o episódio de Inês de Castro de uma notícia histórica recolhida nas crônicas em uma verdade poética de largo alcance, conferindo-lhe imediata centralidade simbólica ao inseri-lo no tecido épico das origens portuguesas. Ao narrar a morte de D. Inês de Castro no Canto III, o poeta não limita o acontecimento ao plano dos fatos, antes o eleva ao estatuto de mito, alinhando a história individual ao destino coletivo da nação. Nessa transfiguração, o trabalho camoniano opera simultaneamente por via temática e formal, isto é, tematiza o conflito entre a paixão legítima de D. Pedro e a fria razão de Estado que conduz ao crime, fazendo da cena um dilema moral que ultrapassa o âmbito doméstico e se converte em reflexão sobre poder, justiça e identidade política. E, pela forma poética, a mescla de lirismo íntimo e grandeza épica, as imagens de luz e sombra, o ritmo cuidadosamente graduado das estâncias dá à narrativa uma plasticidade emocional que fixa na imaginação leituras subsequentes.

Camões também procede a uma idealização romântica que intensifica o *pathos* do episódio, pois ao inventar o célebre discurso de D. Inês de Castro, atribui-lhe voz, dignidade e agência trágica, transformando a vítima em paradigma da inocência violentada e do amor que persiste mesmo na violência. Essa construção de personagem feminino com expressão própria contribuiu decisivamente para que a figura de Inês se tornasse modelo literário de paixão e sacrifício. Por fim, ao inserir o episódio na epopeia fundadora de *Os Lusíadas*, Camões não apenas perpetua a história, antes a canoniza e oferece um molde interpretativo que servirá de referência para dramaturgos, poetas e historiadores posteriores, estabelecendo uma versão canônica do mito inesiano que atravessou séculos e se incorporou à memória cultural portuguesa como símbolo duradouro do choque entre afeto e política.

Além disso, a intervenção camoniana no episódio de D. Inês de Castro produz um efeito duradouro na forma como a história passou a ser lida, estudada e reinterpretada. Ao deslocar o centro da narrativa para a força emocional do amor proibido e para o sofrimento de uma mulher cuja voz reconstrói poeticamente, Camões redefine a sensibilidade com que a cultura portuguesa passou a abordar o passado. A tragédia de Inês, filtrada pela sensibilidade renascentista do poeta, converte-se em espelho das tensões humanas universais, isto é, paixão e dever, vida íntima e política, desejo e violência, e, assim, ultrapassa o espaço estritamente histórico para se tornar matriz simbólica e estética. Posteriores recriações literárias, desde o teatro seiscentista até o romantismo oitocentista, reconhecem em Camões o articulador primeiro dessa densidade emocional, incorporando sua leitura como fundamento e respondendo a ela com variações estilísticas próprias. Dessa maneira, a versão camoniana não apenas se impõe como cânone, mas também molda o imaginário, oferecendo um paradigma de tragédia amorosa que continua a orientar a recepção cultural de Inês ao longo dos séculos.

Como se testemunha largamente, essa história de amor trágico tem removido toneladas de pedras espaço-temporais, ultrapassando culturas e diversas linguagens artísticas, sendo, inclusive, reedificada nas múltiplas estéticas contemporâneas. Neste sentido, nos propomos observar e tecer considerações sobre a vívida presença do mito de Inês de Castro nos versos do Canto III de *Os Lusíadas*, de modo a revisitar os versos camonianos neste ano de comemoração aos seus 500 anos de nascimento.

Camões é uma figura central na literatura portuguesa e mundial, cujo impacto vai além de *Os Lusíadas*, abrangendo a lírica e influenciando numerosas gerações de escritores e pensadores, inclusive poetas, romancistas e dramaturgos que retomam o caso de Inês de Castro por inspiração ao seu canto inesiano.

Oferecemos aqui, portanto, uma oportunidade de bom proveito para revisitar o legado camoniano. Que sua fortuna se perpetue *até ao fim do mundo*, tal qual o mito dos amores de D. Pedro e D. Inês de Castro.

Revisitar Camões no contexto dos seus 500 anos não é apenas um gesto comemorativo, mas um exercício crítico de reencontro com as camadas profundas da cultura de língua portuguesa. A efeméride de meio milénio convida a pensar o poeta para além das leituras cristalizadas, ora nacionalistas, ora escolares, ora meramente celebratórias, e a compreender como sua obra continua a dialogar com questões contemporâneas. Em *Os Lusíadas*, por exemplo, podemos reler o épico não como monumento fixo de glória imperial, mas como texto cheio de ambivalências, tensões e inquietações sobre o poder, a violência, a justiça e o custo humano das conquistas. Já na lírica, emergem sensibilidades modernas, como o conflito interior, o estranhamento diante do mundo e a precariedade da existência, que aproximam Camões do leitor atual.

Revisitar o poeta em seus 500 anos significa também confrontar os usos políticos da sua figura, separar as camadas ideológicas que a história colocou sobre seu nome e recuperar o escritor que refletiu, questionou e complexificou o seu próprio tempo. É uma oportunidade para pensar a literatura como território vivo, capaz de iluminar debates sobre identidade, (de)colonialidade, afetos, deslocamentos, experiência humana e construção da memória coletiva. Assim, celebrar Camões não é apenas reafirmar um cânone, é reavaliá-lo, abri-lo, problematizá-lo e, sobretudo, permitir que sua obra continue a produzir perguntas necessárias para o presente, para o futuro e *até ao fim do mundo*.

Referências

Aguiar, J. (1999). *Inês de Portugal* (5.ª ed.). Asa. (Coleção Pequenos Prazeres)

Almeida, L. de S. (2021). *Inês & nós: Uma aplicação do Método LerAtos na formação de Professores Leiautores pela mediação do mito de Inês de Castro* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual da Paraíba]. Universidade Estadual da Paraíba Repository. http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3749

Andrade, V. (2021). *Inês & nós: Ler e dizer o amor de Pedro e Inês no século XXI em salas de aula de Portugal e do Brasil* [Relatório final de pesquisa de pós-doutoramento]. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. https://bit.ly/3tCYiZW

Andrade, V. (2025). Inês de Castro, do francês para o português: *A Rainha Morta* (2025), de Henry de Montherlant. In H. de Montherlant, *A Rainha Morta* (L. de C. A. Ribeiro, Trans.; Preface by V. Andrade). [In press].

Camões, L. de. (2001). *Inês de Castro e o Velho do Restelo* (S. Beletti & F. Barbosa, Eds.). Landy.

Camões, L. de. (2002). *Os Lusíadas* (C. F. Moisés, Ed., 10.ª ed.). Ática. (Série bom livro — Poesia)

Cidade, H. (1936). *Camões: O Lírico*. Lisboa: Sá da Costa / Presença — edições diversas.

Faria, R. L. (2001). *A trança de Inês*. Asa.

Ferreira, S. da V. (2006). *Inês de Castro: A estalagem dos assombros*. Presença.

Gil, A. P. (1975). *Os grandes julgamentos da história: O processo de D. Inês de Castro*. Otto Pierre.

Gouveia, M. J. F. (2016). *Lisboa: Inês*. Top Seller.

Hierro, M. P. Q. del. (2005). *Inês de Castro* (S. Barata, Trans.; 6.ª ed.). Presença.

Osakabe, H. (1998). A pátria de Inês de Castro. In C. A. Iannone, M. V. Z. Gobi, & R. S. Junqueira (Eds.), *Sobre as naus da iniciação: Estudos portugueses de literatura e história* (pp. 105–117). Fundação Editora da UNESP.

Saraiva, A. J. (1946). *Para a História da Cultura em Portugal*. Lisboa: Gradiva.

Sena, J. de. (1980). *Trinta Anos de Camões*. Lisboa: Edições 70. (Série de ensaios escritos entre 1940 e 1978.)

Sombra, F. (2011). *A história de Inês de Castro ou dama lourinha que, depois de morta, virou rainha* (Ilus. de F. Sombra). Escrita Fina.

Toledo, M. E. M. de. (2008). Razões de Estado x razões de amor na tragédia *Castro*, de Antônio Ferreira. In A. P. T. Megiani & J. P. de Sampaio (Eds.), *Inês de Castro: A época e a memória* (pp. 117–138). Alameda.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar. **Revisão por Pares:** Simples-cega.

Todo o conteúdo da ***NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais*** é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.

Cérebro e tecnologia: A odisseia da evolução humana em um mundo digital

Brain and technology: The odyssey of human evolution in a digital world

10.29073/naus.v8i2.998

Recebido: 1 de julho de 2025.
Aprovado: 6 de novembro de 2025.
Publicado: 20 de dezembro de 2025.

Autor/a: Roberta Bocchi, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; FINEDUCA; Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, Brasil, robertabocchi66@gmail.com.

Resumo

Este artigo explora a intrincada relação entre o avanço tecnológico e a evolução humana, questionando se o progresso das ferramentas acompanha o desenvolvimento da nossa própria condição. Partindo de uma conceituação de tecnologia como conhecimento aplicado à produção, o texto mergulha na complexidade de definir o "humano", traçando um panorama desde as visões filosóficas clássicas de Sócrates, Platão, Aristóteles, Descartes e Locke, até a interface contemporânea da neurociência com a filosofia, exemplificada por Patricia Churchland. A análise se aprofunda no funcionamento cerebral, destacando a neuroplasticidade e como o meio ambiente molda nosso conectoma neural e percepção da realidade, ressaltando a singularidade da experiência individual e a coexistência de comportamentos conscientes e inconscientes. Aborda-se, ainda, a sutil interação entre fatores genéticos e o ambiente na formação do indivíduo, citando pesquisas em neurogenética que associam variações genéticas a transtornos psiquiátricos e suas implicações no comportamento. Conclui-se que, embora a tecnologia tenha impulsionado avanços significativos na expectativa de vida e na saúde, ela é fundamentalmente uma ferramenta; a verdadeira evolução humana reside na capacidade do indivíduo de lidar com sua própria dicotomia, impulsionada pelo conhecimento e aprendizagem constante. O artigo finaliza enfatizando a necessidade de políticas públicas e uma Educação que capacitem o ser humano a conviver com seu próprio fator humano, utilizando a tecnologia de forma consciente e ética para moldar um futuro digno para a humanidade.

Palavras-Chave: Cérebro; Educação; Neurociência; Tecnologia.

Abstract

This article explores the intricate relationship between technological advancement and human evolution, questioning whether the progress of tools genuinely aligns with the development of our own condition. Starting with a definition of technology as knowledge applied to production, the text delves into the complexity of defining "human," tracing a panorama from classical philosophical views (Socrates, Plato, Aristotle, Descartes, and Locke) to the contemporary interface of neuroscience with philosophy, exemplified by Patricia Churchland. The analysis deepens into brain function, highlighting neuroplasticity and how the environment shapes our neural connectome and perception of reality, emphasizing the uniqueness of individual experience and the coexistence of conscious and unconscious behaviors. Furthermore, the subtle interaction between genetic factors and the environment in human formation is addressed, citing current neurogenetics research that associates genetic variations with psychiatric disorders and their behavioral implications. The article concludes that, while technology has driven significant advancements in life expectancy and health, it is fundamentally a tool; true human evolution resides in the individual's capacity to navigate their own dichotomy, propelled by continuous knowledge and learning. The text finishes by emphasizing the critical need for public policies and an Education system that empower humans to coexist with their own inherent humanity, utilizing technology consciously and ethically to shape a dignified future for all.

Keywords: Brain; Education; Neuroscience; Technology.

1. Introdução

Em um cenário global caracterizado por uma aceleração tecnológica sem precedentes, a sociedade contemporânea se depara com uma questão central e profundamente instigante: o notável avanço da tecnologia tem, de fato, impulsionado uma evolução intrínseca do ser humano? Para desvendar essa complexa e multifacetada intersecção, faz-se imperativo transcender a mera cronologia das inovações e aprofundar a análise nas dinâmicas que governam o nosso próprio cérebro e comportamento. Inicialmente, adota-se o conceito de tecnologia conforme Longo (1984), que a define como "o conjunto de conhecimentos científicos ou empíricos empregados na produção e comercialização de bens e serviços". Desde as invenções mais rudimentares até as complexidades da inteligência artificial moderna, é inegável que a tecnologia reconfigurou o cotidiano em escala global. No entanto, este artigo se propõe a investigar se a condição humana – compreendida como a intrincada tapeçaria de nuances morais, éticas e sociais inerentes à nossa necessidade de conviver em comunidade – tem acompanhado essa velocidade de transformação. Será explorada a complexa engenharia do ser humano, desde as perspectivas filosóficas clássicas até as descobertas da neurociência contemporânea, abordando a neuroplasticidade e a influência do meio ambiente na formação do conectoma neural. Adicionalmente, será discutida a sutil e decisiva interação entre fatores genéticos e ambientais no desenvolvimento do comportamento humano. Por fim, o artigo busca elucidar se a tecnologia atua como um verdadeiro vetor de evolução para o ser humano, ou se representa apenas um meio que demanda uma ação consciente e ética por parte da humanidade, para que o progresso técnico se alinhe ao desenvolvimento humanístico e social. O texto classifica-se como uma Revisão Narrativa, por ter a liberdade de selecionar uma literatura considerada relevante para a discussão proposta, com foco em autores clássicos e contemporâneos, em uma perspectiva exploratória e introdutória.

2. Discussão: A Complexa Engenharia do Humano

Em um mundo onde a inovação tecnológica se acelera em um ritmo vertiginoso, surge uma questão fundamental e intrigante: o avanço tecnológico realmente impulsiona a evolução do ser humano? Para desvendar essa complexa intersecção, precisamos ir além de uma simples cronologia de invenções e mergulhar nas profundezas do nosso próprio cérebro.

Antes de adentrarmos nessa reflexão, um breve alinhamento de conceitos é essencial. Tomamos a tecnologia, na visão de Longo (1984), como o "conjunto de conhecimentos científicos ou empíricos empregados na produção e comercialização de bens e serviços". Desde a roda até a inteligência artificial, é inegável que a tecnologia redefiniu o cotidiano global, mas será que nossa condição humana — a complexa tapeçaria de nuances boas e más, inerentes à nossa necessidade de viver em sociedade — acompanhou esse ritmo?

Conceituar "humano" é uma tarefa muito mais desafiadora do que definir tecnologia. Somos, em nossa essência, *Homo sapiens*, o ápice de uma escala evolutiva que moldou nossa postura ereta, agilidade e, crucialmente, um cérebro que se expandiu em tamanho, neurônios e conexões. Surgiram novas funções cerebrais, e o pensamento se ampliou, transformando nossa percepção de mundo. Estávamos, então, imersos na condição de humano.

Historicamente, pensadores de diversas áreas tentaram decifrar a natureza humana. Sócrates (Melo, 2021) por exemplo, acreditava que o mal derivava da ignorância, defendendo que o conhecimento era o caminho para o bem. Seu método da maiêutica — a arte de "parir" ideias através do questionamento — buscava desvelar o conhecimento inato, como descrito por Japiassú e Marcondes (1996): "consiste em forçar o interlocutor a desenvolver seu pensamento sobre uma questão que ele pensa em conhecer, para conduzi-lo, de consequência e consequência, a contradizer-se, e, portanto, a confessar que nada sabe."

Já Platão (Fédon, 1972) postulava que a alma trazia conhecimentos de vidas passadas, enquanto Aristóteles (Aristóteles, 2018) via a humanidade como a combinação de capacidades biológicas (corpo) e forma (alma). Esses filósofos, embora divergentes, convergiam na ideia de uma alma como sede das ideias e do conhecimento.

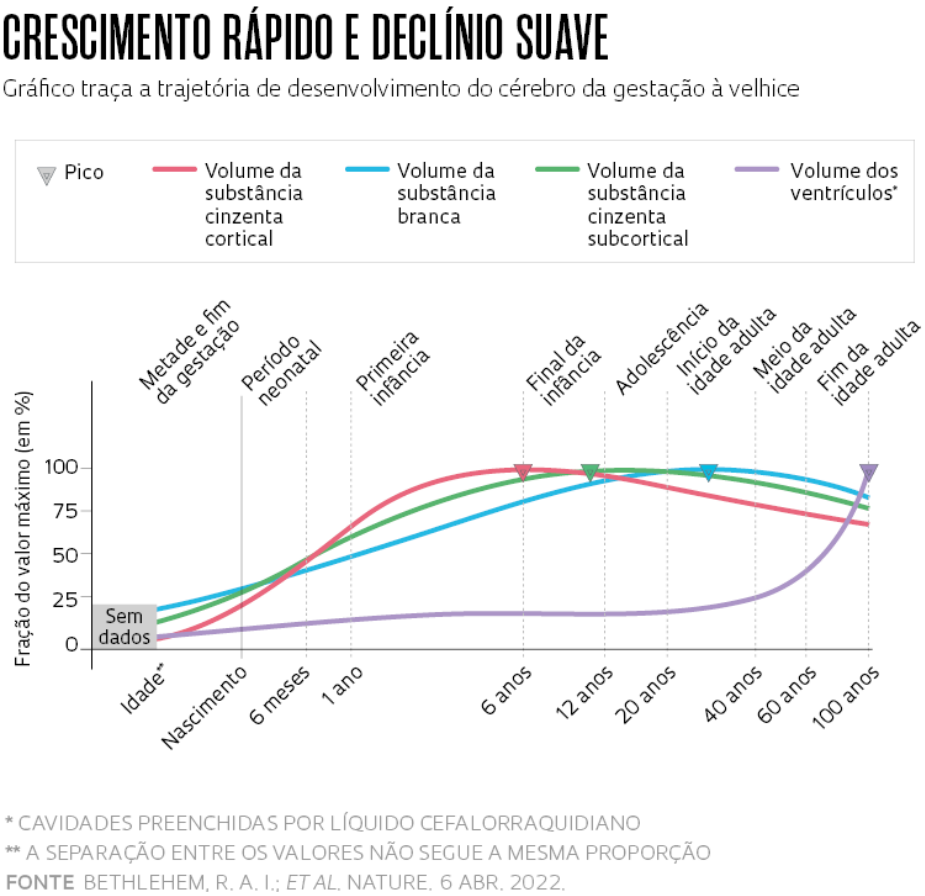
Foi René Descartes (Descartes, 2001) quem, com seu dualismo cartesiano, pavimentou o caminho para o estudo do cérebro. Ao separar o homem em substâncias imaterial (*res cogitans* – coisa pensante) e material (*res extensa*

– coisa externa), ele salientou a razão como elemento essencial, posicionando o cérebro como o epicentro do pensamento. Posteriormente, o empirista John Locke (Locke, 2010) propôs a mente como uma "tábula rasa" ao nascer, afirmando que o conhecimento se constrói pela vivência e experiência, através da sensação e reflexão.

Avançando séculos, a filósofa canadense Patricia Churchland na década de 1990 foi uma das pioneiras em traçar uma interface crucial entre a neurociência e a filosofia, argumentando sobre a intrínseca relação entre a mente humana e o cérebro. Esse período marcou a ascensão da neurociência, que começou a desvendar a dependência entre os processos de pensamento e o funcionamento cerebral, comprovando a intrincada dança entre influências do meio e fatores genéticos na formação do ser humano.

2.1. O Cérebro em Construção: A Neuroplasticidade e o Meio

Nascemos com um sistema nervoso central primariamente voltado para a interação com o ambiente. É nesse palco que se inicia a fascinante jornada da aprendizagem, onde o indivíduo, exposto a estímulos diversos, começa a moldar seu conectoma neural. Como descreve o neurocientista Anil Seth em “Being You: A New Science of Consciousness” (2021), nosso cérebro não apenas processa informações, mas ativamente as prediz e as modela com base em experiências anteriores. Cada novo estímulo informativo não apenas amplia, mas refina essa rede neural, permitindo formas cada vez mais sofisticadas de adaptação.



Fonte: Bethlehem, R.A.I.;et al. Brain charts for the human lifespan.

O gráfico acima, baseado em uma pesquisa fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - 2022)[1], que teve como objetivo mapear a evolução cerebral ao longo da vida humana,

[1] Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/estudo-mapeia-evolucao-do-cerebro-ao-longo-da-vida/ - Acesso em 23/10/2025.

demonstrou, entre outras possibilidades, o crescimento e declínio das substâncias brancas e cinzentas cerebrais[2], indicando que, após os 60 anos de idade, o declínio se torna mais acentuado. Logo, a construção cerebral que antecede essa faixa etária, considerada limite, pode indicar maior robustez de pensamentos e raciocínios complexos, funcionando como um estoque neural capaz de enfrentar a idade mais avançada e possibilitar a continuidade da chamada plasticidade cerebral.

A plasticidade cerebral, também conhecida como neuroplasticidade, pode ser definida cientificamente como a capacidade do sistema nervoso central de se adaptar, modificar e se reorganizar em termos estruturais e funcionais ao longo da vida, em resposta a experiências, aprendizado, lesões ou mudanças ambientais.

É, essencialmente, a flexibilidade do cérebro para:

- Formar novas conexões entre neurônios (sinaptogênese).
- Fortalecer ou enfraquecer conexões existentes (plasticidade sináptica).
- Reorganizar as redes neurais e a distribuição das funções cerebrais.
- Em certas áreas, gerar novos neurônios (neurogênese, como no hipocampo).

Essa capacidade permite que o cérebro:

1. Aprenda e memorize: mudanças na força das sinapses são a base do aprendizado;
2. Recupere funções: após lesões (como um AVC), áreas saudáveis podem assumir, parcial ou totalmente, as funções perdidas;
3. Adapte-se: permite a adaptação a novas situações, desafios e estímulos sensoriais.

Em resumo, a plasticidade cerebral é o mecanismo biológico que confere ao nosso cérebro a sua natureza dinâmica e adaptável, contrariando a antiga crença de que a estrutura cerebral era fixa após a infância.

Contudo, é preciso ressaltar a singularidade dessa construção cerebral contínua. Embora o mecanismo básico humano de aprendizagem seja similar, cada cérebro percebe a realidade de maneira única. Quando um estímulo atinge o sistema nervoso central, ele imediatamente busca conexões com informações já armazenadas para atribuir um novo sentido. Essa constante necessidade de estabelecer relações entre o que vemos, ouvimos, lemos ou vivenciamos é a base de nossa compreensão do mundo e de nossa sobrevivência.

No entanto, essa percepção é falível. Não captamos todos os estímulos externos de um fenômeno, mas sim aqueles que nos parecem mais relevantes individualmente. Como salienta a pesquisa em neurociência cognitiva, nossa percepção é um processo ativo e construtivo, não uma mera reprodução da realidade. "Each brain constructs its own reality, shaped by its unique history of experiences and genetic predispositions" (Koch, 2004, *The Quest for Consciousness*). É por isso que, mesmo diante de um mesmo acontecimento, a interpretação cerebral de uma multidão será tão diversa quanto suas memórias, vivências e histórias de vida.

Essa complexidade se manifesta também em nossos comportamentos. Existem os comportamentos inconscientes e intencionais, que ocorrem sem o discernimento da consciência, e os comportamentos conscientes e intencionais, que coexistem e se complementam. O ambiente em que vivemos, com suas experiências, memórias consolidadas, nível de conhecimento adquirido e emoções percebidas, molda um indivíduo único, que, por sua vez, interage de forma singular com a tecnologia.

2.2. A Sutil Interação entre Genes e Ambiente

Além da influência do meio, nossa formação é intrinsecamente ligada à nossa genética. Os genes, esses segmentos de DNA que fornecem instruções para a formação de novos organismos e são transmitidos de geração em geração, desempenham um papel crucial, com aproximadamente metade dos genes humanos ativos no

[2] Substância cinzenta: corpos celulares de neurônios (somas), dendritos e astrócitos (células gliais); Substância branca: axônios mielinizados (fibras nervosas), oligodendrócitos e astrócitos.

cérebro. Embora a replicação genética seja geralmente equilibrada, anomalias podem levar a mutações, comprometendo estruturas funcionais celulares e ocasionando distúrbios que afetam conexões neurais e regiões cerebrais, impactando o comportamento.

Estudos recentes em neurogenética têm demonstrado como variações genéticas podem predispor indivíduos a certas condições psiquiátricas, como transtorno bipolar, depressão e esquizofrenia. Por exemplo, pesquisas publicadas na *Nature Neuroscience* (2023) continuam a mapear genes específicos associados a esses transtornos, revelando a intrincada interação entre a predisposição genética e fatores ambientais. No caso da psicopatia, que frequentemente se manifesta em comportamentos antissociais e ausência de empatia, a neuroimagem funcional (fMRI) tem revelado anomalias em regiões cerebrais como o córtex pré-frontal e a amígdala, essenciais para o processamento de emoções e tomada de decisões morais (Blair, 2007, *The Amygdala and Ventromedial Prefrontal Cortex in Psychopathy*).

É fundamental compreender que esses cérebros com predisposições a transtornos, quando combinados com ambientes sociais hostis, com poucos ou inadequados estímulos cognitivos e expostos a exemplos imorais, certamente terão seu desenvolvimento cerebral já comprometido, agravado. A interação gene-ambiente é um campo de pesquisa efervescente, mostrando que a vulnerabilidade genética muitas vezes se manifesta sob condições ambientais específicas (Moffitt, 2005, *The New Look of Behavioral Genetics in Developmental Psychopathology*).

3. Conclusão: A Encruzilhada da Evolução — Tecnologia como Ferramenta, Não Destino

Retomando a pergunta central: o avanço tecnológico contribuiu para a evolução do humano?

A tecnologia, inegavelmente, tem sido uma força poderosa em nossa história, moldando guerras e diagnósticos médicos, impulsionando a comunicação global e as maravilhas da inteligência artificial. Mas, para o bem ou para o mal, a escolha sempre foi e continua sendo do ser humano. Nós, dotados de cérebro, corpo e conhecimento, somos movidos pelo meio em que vivemos, por fatores genéticos e por nossos anseios mais profundos.

Se considerarmos o aumento da expectativa de vida e as inovações médicas impulsionadas pela tecnologia, poderíamos afirmar que sim, ela contribuiu para a evolução humana. No entanto, essa é uma visão simplista. O ser humano ainda lida com sua dicotomia intrínseca: a capacidade de criar e destruir, de amar e odiar. O conhecimento e a aprendizagem constante são os verdadeiros catalisadores para a ampliação do entendimento de mundo e a modulação do comportamento humano, permitindo ações planejadas em vez de impulsivas.

A tecnologia, por si só, não é um agente de evolução moral ou ética. Ela é uma ferramenta, um meio para se alcançar um fim. Em ambientes onde as necessidades básicas são negadas e a sobrevivência domina os pensamentos, o ser humano tende a operar a partir de seu "cérebro primitivo", direcionando todos os esforços para a subsistência. Nesse cenário, a tecnologia, especialmente se concentrada nas mãos de poucos privilegiados, pode representar um perigo imenso para a humanidade.

Para uma sobrevivência digna na Terra e para a Terra, é imperativo que sejam adotadas políticas públicas que considerem a relação intrínseca do homem com seu meio, com sua dicotomia humana e com a necessidade premente de evolução. Nesse contexto, a Educação, como processo legal, moral, social e produtor de conhecimento, transcende o mero letramento. Ela assume o dever fundamental de ensinar o ser humano a conviver com seu próprio fator humano. Afinal, é no seio da escola que, muitas vezes, aprendemos as bases da convivência em sociedade.

A tecnologia nos oferece um espelho fascinante. O que vemos nele não é a sua própria evolução, mas o reflexo das nossas escolhas mais profundas. A verdadeira questão não é se a tecnologia nos evoluiu, mas sim como nós, seres humanos, utilizaremos essa poderosa ferramenta para moldar nosso próprio futuro.

4. Referências

Aristóteles. (2018). *Da alma (ou sobre a alma)* (C. H. Gomes, Trad., introd. e notas). Editora 34.

Bethlehem, R. A. I., Seidlitz, J., White, S. R., Vogel, J. W., Anderson, K. M., Adamson, C., Adler, S., Alexopoulos, G. S., Anagnostou, E., Areces-Gonzalez, A., Astle, D. E., Auyeung, B., Ayub, M., Bae, J., Ball, G., Baron-Cohen, S., Beare, R., Bedford, S. A., Benegal, V., ... Alexander-Bloch, A. F. (2022). Brain charts for the human lifespan. *Nature, 604*(7906), 525–533. https://doi.org/10.1038/s41586-022-04554-y

Blair, R. J. R. (2007). The amygdala and ventromedial prefrontal cortex in psychopathy. In H. Hervé & R. L. Hare (Eds.), Psychopathy: Essential readings (pp. 165–174). Guilford Press.

Churchland, P. S. (1986). Neurophilosophy: Toward a unified science of mind-brain. MIT Press.

Churchland, P. S. (2002). Brain-wise: Studies in neurophilosophy. MIT Press.

Descartes, R. (2001). *Discurso do método* (M. E. Galvão, Trad.). Martins Fontes.

Japiassú, H., & Marcondes, D. (1996). *Dicionário básico de filosofia*. Jorge Zahar.

Koch, C. (2004). The quest for consciousness: A neurobiological approach. Roberts and Company Publishers.

Locke, J. (2010). *Ensaio sobre o entendimento humano* (M. da C. Silva, Trad.; 4ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Longo, W. P. (1984). Tecnologia e soberania nacional. Nobel.

Melo, F. C. L., & Almeida, J. C. S. (2021). O ensino da filosofia no ensino médio na perspectiva de Sócrates: ironia e maiêutica. Revista Dialectus - Revista de Filosofia, 20, 27–42.

Moffitt, T. E. (2005). The new look of behavioral genetics in developmental psychopathology: Gene–environment interplay in antisocial behaviors. Psychological Review, *112*(3), 746–760. https://doi.org/10.1037/0033-295X.112.3.746

Nature Neuroscience. (2023). Artigos diversos.

Platão. (1972). *Fédon* (J. C. de Souza, Trad., apres. e notas). Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores).

Seth, A. (2021). *Being you: A new science of consciousness*. Dutton.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar. **Revisão por Pares:** Dupla-cega.

Todo o conteúdo da ***NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais*** é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.

Inusitados ou habituais na História? "Agoras" como elementos permanentes de tempos de guerras

Unusual or common in History? "Nows" as permanent elements in times of war

10.29073/naus.v8i2.989

Recebido: 19 de maio de 2025.
Aprovado: 6 de outubro de 2025.
Publicado: 20 de dezembro de 2025.

Autor/a: Antônio da Silva, Universidade Aberta, Portugal, aczsilva18@gmail.com.

Resumo

O século XX esteve marcado por guerras e movimentos sociais tão intensos que Eric Hobsbawm o intitulou de "breve" (2017). Nos paradoxos de tempos belicosos e de conflitos sociais, a produção científica também esteve em ritmo marcados por "agoras". Tendo o contexto como eixo, esse ensaio propõe uma abordagem histórico-filosófica, destacando espaços temporais distintos e relativamente dependentes. Com metodologia qualitativa e escrita ensaística, o presente texto envereda por expressões da literatura e cinematografia. O ponto de partida é tomado a partir da obra de Susan Sontag (2007), qual seja, "haverá algum antídoto para a eterna sedução da guerra"? De cientistas a escritores e cineastas, os quadros de guerra e a análise sobre tempos históricos refletem sobre o estágio de reconhecimento e não reconhecimento de experiências humanas e sociais.

Palavras-Chave: Guerras; História; Século XX.

Abstract

The 20th century was marked by wars and revolutions so intense that Eric Hobsbawm referred to it as "short" (2017). Amid the paradoxes of wartime and social conflict, scientific production also moved at a pace shaped by urgent "now" moments. Taking context as its central axis, this essay proposes a historical-philosophical approach, emphasizing distinct yet relatively interdependent temporal spaces. Using a qualitative methodology and essayistic writing style, the text explores expressions found in world literature and cinema. The starting point is drawn from the work of Susan Sontag (2007), namely the question: "Is there any antidote to the eternal seduction of war?" From scientists to writers and filmmakers, depictions of war and reflections on historical times explore the tension between the recognition and non-recognition of human and social experiences.

Keywords: 20th Century; History; Wars.

> As guerras são agora também imagens e sons de sala de estar. A informação sobre o que está a acontecer noutro sítio, a que se dá o nome de "notícias", sublinha o conflito e a violência — If it bleeds, it leads ("se há baixas, há cachas"), reza a provecta divisa dos tablóides e dos programas noticiosos de vinte e quatro horas — que recebem em resposta compaixão, ou indignação, ou ex-citação, ou aprovação, à medida que cada notícia vai surgindo.
>
> Susan Sontag. Olhando o sofrimento dos outros. 2007.

> Se uma ordem social agrava permanentemente o catálogo das suas exigências e exclui cada vez mais seres humanos, tal constitui um indício de que ela atingiu os limites imanentes na sua constituição fundamental, como todo modo de produção e de vida.
>
> Robert Kurz. Poder Mundial e dinheiro mundial. 2015.

> O senhor considera-as um "horror e um nojo". Também nós as consideramos um horror e um nojo... A guerra, como diz, é uma abominação; uma barbaridade; deve a todo o custo pôr-se fim à guerra. E nós fazemo-nos eco das suas palavras. A guerra é uma abominação; uma barbaridade; deve pôr-se fim à guerra.
>
> Virginia Woolf. Os três Guinéus. 1938

Kurt Gödel, matemático nascido no Império Austro-Húngaro, é uma daquelas figuras inusitadas da História. Praticamente desconhecido para o público em geral[1] foi um dos mais célebres cientistas do século XX ao estabelecer — com Albert Einstein[2] e Werner Heisenberg[3] e David Bohm[4] — novos parâmetros para o conhecimento universal da Física, da Matemática e da Filosofia em interconexão.

A partir de sua teoria da incompletude, por exemplo, inseriu-se no debate sobre as possíveis implicações da teoria de Einstein se o tempo, em vez de ser relativo, existisse *per si*? É o que procurou elucidar em "Uma observação sobre o relacionamento entre a Teoria da Relatividade e a Filosofia Idealista":

> A existência de um lapso de tempo objetivo significa que a realidade consiste numa infinidade de camadas de "agora" que passam a existir sucessivamente. Mas se a simultaneidade é uma coisa relativa, cada observador tem o seu próprio conjunto de "agoras" e nenhuma dessas várias camadas terá o privilégio de representar aquele lapso de tempo objetivo. (1949, p. 561)

Este intervalo entre os "agoras", que rompe dialeticamente com as barreiras do singular, será o mote deste ensaio, pois é o que possibilita pensar a História em espaços temporais distintos e relativamente dependentes. Dito isto, compartilho duas fontes que, não obstante serem interdependentes para mim, intempestivamente abarcam o fenômeno atemporal da guerra ao relatar a odisseia de Okuzaki Kenzo, um ex-soldado sobrevivente da campanha imperialista do Japão no Pacífico (em particular na Nova Guiné), para despertar a sociedade japonesa de seu torpor, silêncio e amnésia coletivas provocadas pelas feridas (ainda não cicatrizadas) da Segunda Guerra Mundial.

A primeira fonte é a leitura de um pequeno, mas veemente livro de Susan Sontag (1933–2004) sobre o papel da comunicação social na propagação de imagens que valorizam a violência. Será que o objetivo, mesmo que indireto, é engendrar um sentimento de apatia/comedimento ou aversão crítica frente à barbárie que se perpetua nesta sociedade em que a valorização do valor é o seu sujeito automático?

Com sua incomparável narrativa, força poética na imensidão prosaica, Sontag nos conduz por uma insólita viagem sobre a história da guerra e suas consequências — "agoras" nem sempre visíveis e ou sentidas no "agora"

1Para os mais atentos talvez tenha ficado na memória (entre o trágico e a comédia) de um cientista que está a conversar com Einstein nos jardins da Universidade de Princeton e são abruptamente interrompidos por Oppenheimer. Neste encontro o teórico da relatividade (tempo e espaço) revela que Gödel está há dias num estado de paranóia alimentar, pois receia que as suas refeições estejam a ser envenenadas por algum espião russo (em "Oppenheimer", direção de Christopher Nolan, Oscar de melhor filme em 2023)

2Albert Einstein (1879–1955) provavelmente continua a ser o cientista mais conhecido e referenciado no Mundo. Nobel de Física em 1921, ele conseguiu despertar o interesse popular pelos estudos realizados no desconhecido (muitas vezes inalcançável) ambiente acadêmico. "O Mundo nunca tinha visto, e talvez nunca mais volte a ver, uma celebridade científica tão grande, uma estrela que por acaso também era ícone dos valores humanos" (Isaacson, 2008, p. 244) em sua insistente busca pela simplicidade, pelo belo, em tudo o que existe na natureza.

3Um dos mais renomados físicos do século XX, responsável pela criação do fundamental conceito de Princípio da Incerteza na Teoria Quântica, Werner Heisenberg (1901/1976) foi um dos pioneiros nos estudos da fissão nuclear na Alemanha durante a 2.ª Guerra Mundial.

4Nascido na Pensilvânia em 1917, David Bohn se tornaria uma das principais referências mundiais nos estudos sobre a Teoria dos Plasmas e Mecânica Quântica. Na Universidade de Princeton trabalhou, junto com Albert Einstein e J. Robert Oppenheimer, no Instituto de Estudos Avançados. Não obstante, após ser perseguido nos Estados Unidos nos sombrios anos do macartismo — teve que depor na Comissão de Atividades Anti-Americanas, perdeu o emprego e, para fortuna da ciência no Brasil, foi responsável pelo desenvolvimento do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (IFUSP) na década de 1950.

— para tentarmos compreender o não assimilável: o aterrador sentido de desumanização que resulta dos conflitos propagados pela avidez humana.

Entre inúmeras manifestações deste "olhando o sofrimento dos outros" (título do livro) que perpassam por vários episódios da ininterrupta história das guerras — das gravuras de Francisco Goya sobre as invasões napoleônicas em Espanha ("Desastres de la Guerra", 1820) à correspondência ficcional de Virginia Woolf em "Os Três Guinéus" (1938) -, uma passagem que poderia passar despercebida no livro causou-me uma inexorável curiosidade.

Ao lançar a pergunta se "haverá algum antídoto para a eterna sedução da guerra" (2007, p. 128), Sontag estabelece uma ilação retórica, pois não há como se desvencilhar das consequências da barbárie sem enfrentar a irracionalidade deste sistema voltado à mercantilização da Vida. Portanto, como uma artista que enfrenta o caos com pinceladas intensas nos sombrios quadros de guerra, discorre acerca da dialética aceitação/oposição da condição humana ao dissecar as camadas infinitas dos "agoras".

Ao fazer menção às incertezas que pairam no horizonte dos povos encetados neste jogo de xadrez com a Morte destaca o

> Surpreendente documentário japonês, de Kazuo Hara, "O exército nu do imperador em marcha" (1987), o retrato de um veterano da guerra do Pacífico "perturbado", cujo fim na vida é a denúncia dos crimes de guerra japoneses através dos altifalantes instalados num camião que ele conduz através das ruas de Tóquio e fazendo visitas incomódas aos seus antigos oficiais, para lhes dizer que peçam perdão dos crimes cometidos, como o assassinato de prisioneiros americanos nas Filipinas, que eles ordenaram ou admitiram. (Op. Cit., pp. 128–129)

Na busca pelo documentário sou transportado para minha segunda fonte. O 19.º LEFFEST — Lisboa Film Festival, onde o encontro em exposição no ciclo temático "Looking for Homeland", curadoria de Alexey Artamonov, Denis Ruzaev e Ines Branco Lopez — que tem por objetivo provocar a reflexão sobre as contradições entre a utopia e a realidade ontológica do conceito de "homeland". Ou seja, a procura do "eu" por um lugar no qual os anseios de liberdade, justiça e igualdade de/para todos se contraponha aos interesses políticos, econômicos e sociais que atestam a proliferação de conflitos bélicos (em seus distintos matizes) como elemento-chave para manter a dinâmica do capital. Consoante os curadores: Acreditando que a dialéctica entre um tema e um meio dá origem a um potencial profundamente revolucionário para examinar a natureza de ambos, o ciclo temático "Looking for Homeland" destaca algumas das raras obras que realizam esse potencial (LEFFEST, 2019).

Deste modo, se descortinam as motivações e condicionantes históricos que levaram os distintos protagonistas destas odisseias peliculares a questionarem a legitimidade do Estado frente ao princípio de humanidade. No caso de Okuzaki Kenzo, a sua guerra pessoal contra o poder no Japão na figura do Imperador Hirohito.

O documentário de Kazuo Hara enfatiza os capítulos finais da história do ex-soldado. Sua jornada para encontrar *brothers in arms* na campanha do pacífico e exigir — literalmente pela força — sua retratação por crimes que estão para além da nossa vã compreensão. Ou seria melhor dizer das sequelas daquela insana desconexão relacional entre os seres humanos num Mundo determinado pelo valor na guerra das mercadorias?

O vazio cronológico, entretanto, torna o documentário impreciso àqueles que estão a acompanhar a purga espiritual proposta por Okuzaki ao promover a justiça com as próprias mãos. Todas as cenas são registradas no ritmo insano e sem qualquer interferência da câmara de Hara. Assim, o veredicto de que o trono japonês está manchado de sangue somente é possível através do uso da violência que, paradoxalmente, Okuzaki deveria combater.

> O dilema e a ironia para os espectadores deste documentário é que, sem usar a violência para fazer ex-oficiais confessarem, Okuzaki provavelmente não poderia revelar o fato de que dois de seus camaradas foram executados por seus oficiais 23 dias após o Japão se render oficialmente às forças aliadas. Embora

> eles tenham sido executados sob a desculpa de "deserção diante do inimigo", o verdadeiro motivo foi que eles se recusaram a participar do canibalismo em grupo na Nova Guiné durante a guerra. Os oficiais queriam silenciá-los para encobrir esse fato terrível. (Tanaka, 2019, pp. 42–43)

O preâmbulo desta história, não obstante, merece nossa atenção para tentar preencher os lapsos de uma verdade diluída em infinitas e sucessivas camadas do "agora" que não dão conta de representar o nosso tempo objetivo. O que Okuzaki vivenciou na guerra do Pacífico — fome, desilusão, não reconhecimento de sua humanidade e, literalmente, abandono por parte do Estado japonês — não deve ser somente diluído em sua resoluta convicção do livro bíblico[5].

> Okuzaki acreditava que sua idéia era absoluta e sempre correta, e eventualmente ele se viu como um mártir, que tinha o dever de seguir um chamado sagrado de seu "deus" (...) Assim, em dezembro de 1983, ele cometeu homicídio culposo novamente — matando um filho do ex-oficial que deu a ordem para executar os dois soldados acima mencionados. (Op. Cit., p. 43). (grifos meus)

A questão aqui, ampliada da perspectiva apontada por Virginia Woolf em "Os três guinéus"[6], não explora apenas o que pode nos levar a evitar a guerra. Mas, principalmente, quem e/ou quais pessoas devem ser responsabilizados por decretar a invasão, extermínio e destruição do Outro? Afinal, sob os auspícios do capital — independente de qual representação de governo o perpetra -, o *leitmotiv* é manter a irracional dinâmica da rentabilidade através do revigorar contínuo do complexo industrial bélico. "Após a guerra é como dizer antes da guerra, visto que o capitalismo significa, na sua essência, agressão, destruição e autodestruição" (Kurz, 2003).

Sim, a guerra, consoante a proverbial *si vis pacem para bellum*[7], há muito deixou de ser o caminho para paz. No moderno sistema produtor de mercadorias, a lógica de matilha — "o homem é o lobo do homem" (Thomas Hobbes) — conduzirá à punição derradeira. No entanto, não será o "moderno Prometeu" (acorrentado no axioma beligerante da paz) que sofrerá o castigo diário por sua ignomínia, mas os seus acólitos inconscientes. Isto porque, neste Mundo no qual a equidade se desfia na iniquidade, há vidas que não merecem ser vividas, e os milhares de soldados desconhecidos perfilam-se como almas decantadas a adentrar nos portais do Hades crentes na vitória enquanto são vítimas da tentacular necropolítica da acumulação do capital.

Okuzaki foi um destes soldados que embebecidos pela força divina de Hirohito deixou-se envolver acriticamente nas venenosas malhas do fascismo imperial. Convocado para o 36.º Regimento de Engenharia Independente (IER), ele testemunhou a malfadada campanha de expansão no Pacífico (Nova Guiné).

A missão, inicialmente voltada à construção de pontes e estradas, tornou-se um verdadeiro pesadelo quando os estrategistas do Império decidiram, literalmente, trocar os pés pelas mãos ao definirem — por meio do onisciente Quartel-Imperial — o reposicionamento das tropas sem conhecerem a geografia do lugar e, tampouco, sua inferioridade bélica e logística diante das tropas aliadas (em particular a artilharia área inglesa e a marinha norte-americana).

> Apesar desta série de colossais falhas estratégicas dos líderes militares japoneses e das pesadas baixas resultantes, menos de um ano após o início da guerra ninguém assumiu a responsabilidade. Na verdade, nem o Exército nem a Marinha jamais conduziram estudos sérios projetados para encontrar razões para essas falhas, e não fizeram nenhum esforço para aprender com elas. Pelo contrário, o Quartel-General

---

5A pena do assassinato é aqui proclamada: morte por morte. É a lei da retaliação. Aquele que priva outra pessoa de qualquer propriedade é obrigado a reparar o dano ou a sofrer a mesma perda. (Gênesis 9:5-6. Disponível em https://www.biblegateway.com/passage/?search=G%C3%AAnesis%209%3A5-6&version=ARC).

6Em junho de 1938, Woolf publicou as suas corajosas e incómodas reflexões sobre as raízes da guerra. Escrito durante os dois anos precedentes, quando ela e a maior parte de seus próximos e amigos escritores observavam assombrados os avanços da insurreição fascista em Espanha, o livro foi concebido como uma resposta bastante tardia à carta de um eminente advogado londrino que perguntara: "Na sua opinião como poderemos nós evitar a guerra?" (Sontag, 2007, p. 11).

7 "Se queres a paz, prepare-se para a guerra".

> Imperial continuou a fornecer informações falsas à nação sobre o estado da guerra. Esta total falta de senso de responsabilidade por parte das Forças Imperiais Japonesas estava intimamente interligada ao sistema do imperador. Sob a Constituição Imperial, o imperador, grande marechal das Forças Imperiais, estava completamente livre de responsabilidades mundanas, sendo "sagrado e inviolável". Como o chefe de estado e os militares estavam livres de qualquer responsabilidade de guerra, ninguém mais aceitou a responsabilidade também. (Tanaka, 2019, p. 11) (Grifos meus)

Dos quinze mil soldados que iniciaram a desastrosa campanha, apenas 20% foram resgatados; sendo a fome e as doenças tropicais que afetaram 70% do contingente expedicionário as principais *causa mortis*. Ente os sobreviventes estava Okuzaki que, a partir de então, iniciou uma imersão reflexiva e histórica sobre o poder (ainda) personificado na figura do Imperador em um país devastado pela guerra e completamente modificado na sua estrutura jurídica pela Constituição democrática de 1947[8] — imposta pelos Estados Unidos.

O despertar cívico, entretanto, ocorreu de forma exótica e merece uma digressão. Como aludido, Okuzaki já havia cumprido pena por assassinato. Foi neste período de alienação de liberdade que elaborou suas conjecturas sobre as idiossincrasias do poder e, por conseguinte, da presunção de inocência do Imperador frente a infâmia da guerra — as divindades não podem ser "julgadas" pelas mesmas leis que garantem a ordem social.

Quem ele matou e por quê? Para elucidar esta lacuna precisamos retornar a 1951, ano em que voltou do Pacífico e pode regressar às suas atividades anteriores a guerra.

Negociante de automóveis usados e vendedor de baterias, tentando se readaptar a vida civil e sanar as feridas não cicatrizadas[9], Okuzaki buscava comprar um imóvel que o atendesse na sua dupla necessidade: moradia, para sua esposa e ele mesmo, juntamente com local para comercializar suas mercadorias.

Aqui a ficção se confunde com a realidade e o "agora" se perde nas brumas do tempo. Okuzaki utilizou os serviços de um corretor de imóveis que, ao que tudo indica (mas não podemos confirmar) estava vinculado à Yakuza (organização criminosa transnacional originária no Japão do século XVII). O que poderia ser o prenúncio de uma redenção tornou-se um verdadeiro pesadelo. O corretor não entregou a documentação legal do imóvel e ficou com o dinheiro da venda. Revoltado, Okuzaki partiu em busca de esclarecimentos e acabou por esfaqueá-lo na discussão. O curioso é que, apesar de ter se entregado voluntariamente na delegacia e assumido a autoria do incidente, a justiça japonesa não foi leniente com o veredicto e ele foi condenado à pena máxima: 10 anos de prisão.

A sentença, sem qualquer atenuante, foi proferida porque no instante que Okuzaki estava a prestar esclarecimentos à polícia, o corretor de imóveis morreu no hospital convertendo (na perspectiva da promotoria) a ação de "aparente defesa" em uma clara intenção de homicídio premeditado.

> A surpresa e indignação de Okuzaki que, até aquele instante acreditava que as consequências da refrega não poderiam resultar em morte, o levou a se opor ao conselho de seu advogado em assumir uma postura humilde e de arrependimento para tentar obter um acordo e reduzir o tempo determinado em sentença. Sua indignação com o caso o levou a declarar — em auto e bom som para todos os presentes

8Apesar de ser promulgada em 03 de novembro de 1946, a Nova Constituição japonesa somente entrou em vigor seis meses depois em 03 de maio de 1947 (fonte: https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html).

9O que ele presenciou na guerra é difícil de descrever em palavras. São cicatrizes cravadas no mais profundo de sua mente, mais do que visíveis no próprio corpo. Okuzaki relatou incidentes que causam náuseas aos mais céticos. "Um porco selvagem mordendo um soldado doente que não conseguia mais ficar de pé; um colega soldado que perdeu a cabeça devido a um ataque com uma flecha envenenada; um soldado sofrendo de malária e fome implorando para matá-lo (Okuzaki havia se afastado e o deixado para trás); seu próprio senso de vergonha por ter chantageado membros da patrulha de reconhecimento de uma Companhia diferente para garantir provisões de comida para os soldados de sua própria Companhia. (Ver em Tanaka, 2019, p. 18).

> — que “este julgamento é uma farsa burlesca e os promotores e o juiz envolvidos deveriam ver o mundo real mais claramente”. (Okuzaki apud Tanaka, 2019, p. 21)

Retomando o fio à meada, no período que esteve em confinamento passou a dedicar-se aos estudos da história, filosofia, religião, política e leis para (tentar) compreender o cerne das atrocidades que ditaram os rumos da nação. O que, para ele, estava representado na figura do Imperador que, sob a insígnia de divindade, mantinha-se imaculado perante as mortes de milhares de soldados na Nova Guiné.

Em suas conjecturas, Okuzaki chegou a associar à estratégia expansionista japonesa a ideologia nazi-fascista que conduziu o Mundo para a II Grande Guerra.

> Ele percebeu que há muitos “inimigos do povo”, mas punir essas pessoas ou eliminá-las não resolveria o problema. Logo concluiu que o verdadeiro “inimigo do povo” é a estrutura social que continua reproduzindo pessoas más e problemas sociais, incluindo a guerra. Essa estrutura social é hierárquica, com o imperador residindo no topo e cada canto contaminado com sua autocracia. Aos seus olhos, esta natureza fundamental da sociedade japonesa não havia mudado após a derrota do Japão na guerra. Lei, política e religião ainda desempenhavam papéis vitais na manutenção da estrutura social desumana do país. Por conseguinte, advogados, políticos e líderes religiosos eram servos obedientes do Estado e não protegiam as pessoas comuns como Okuzaki. Assim, ele se tornou profundamente cético em relação ao sistema legal e político existente. (Op. Cit., 2019, p. 22)

O seu ceticismo com relação às normas não o impediu de empregar os mecanismos legais à sua disposição para questionar a própria magistratura. Entre inúmeras petições e demandas encaminhadas desde a prisão, destacamos a sua reivindicação de suspensão da pena de morte em telegrama enviado ao Ministro da Justiça. Okuzaki estava convencido que a morte por enforcamento — tratamento desumano que ainda vigora no Japão — é mais uma prova de que “as autoridades” não apreenderam nada com o recente passado histórico e, tal como em períodos de guerra (que se estendem nos espaços do “agora”), continuam a enviar seus cidadãos para os braços da morte sem qualquer compromisso ético ou reconhecimento moral da distinção de classes sob a régua dinástica.

Supondo que a letargia do povo era resultado da subserviência acrítica ao papel do Imperador, ele traçou um plano para reformular as bases da sociedade japonesa fundamentado no princípio da universalidade, igualdade e veracidade absoluta na qual o Estado estaria a serviço dos interesses reais da população e não o inverso. Destarte, ao restringir os poderes do imperador à vontade do povo, tal como consta no capítulo 1.º da Constituição, a soberania japonesa seria determinada pelo “horizonte do agora” democrático[10].

Okuzaki, à revelia da conjuntura internacional, pouco pôde fazer para além das investidas peticionarias questionando o sistema legal do país. Sendo um simples peão na cimentada hierarquia social japonesa remeteu à Justiça quase uma centena de “queixas”, sendo seis delas contra o sistema de poder imperial que, para ele, era a raiz de todos os males no país.

Em 1966, ao sair da prisão, mais uma vez retomou o rumo de sua incansável odisseia para expor as falácias do império. Agora com um diferencial no *modus operandis* (leia-se estratégia conceitual e tática operacional)

> Okuzaki raciocinou que "apesar do imperador ser o símbolo do mal na sociedade moderna (...) matar Hirohito por si só não resolveria o problema, a menos que a forma atual da sociedade, que continua produzindo novos imperadores, bem como características imperiais em vários lugares da sociedade, fosse fundamentalmente reformada". Portanto, ele não estava preparado para sacrificar sua própria

10Isto se, na essência, a Carta Magna não fosse um artífice do governo norte-americano para controlar o Estado japonês e, deste modo, assegurar seus interesses estratégicos na Ásia logo após o fim da II Guerra. Principalmente após a escalada da corrida armamentista (leia-se nuclear) avultada com o fenômeno da Guerra Fria em que a hegemonia do poder global estava em disputa com a URSS.

> vida por um ato tão fútil como matar Hirohito. Seu objetivo era ser preso e ter uma chance de deixar o povo japonês saber sobre sua "idéia de um novo mundo sem o sistema do imperador" (*Ibidem*, 2019, p. 26)

Com a aquiescência de sua esposa e revestido com as armas da comunicação social independente — uma camioneta da sua empresa com panfletos e megafones instalados — Okuzaki passou a percorrer as ruas de Tóquio a propagar os crimes do imperador contra a sociedade japonesa na campanha do Pacífico.

O ponto culminante desta campanha informativa foi o atentado ao imperador Hirohito em 02 de janeiro de 1969. Uma bizarrice existencial de um "agora" inacreditável, mas simultaneamente real no seu lapso de tempo objetivo. O fato ocorreu no jardim imperial, aberto à visitação pública para as celebrações do Ano Novo. Munido de um estilingue e algumas bolas de *pachinko*[11], Okuzaki queria chamar a atenção, ser indiciado (desta vez por desacato e não por assassinato) para no decorrer do julgamento denunciar publicamente o imperador Hirohito como o "maior assassino do país".

E assim foi. Após algumas tentativas e nenhuma reação dos seguranças no local, que estavam em estado de total incredulidade frente ao "atentado" com estilingue — e do próprio imperador que, junto a sua família, continuava a cumprimentar os visitantes como se nada tivesse ocorrido —, Okuzaki se entregou voluntariamente "a um dos policiais que se moviam freneticamente em volta da multidão; agarrou seu braço dizendo-lhe: fui eu quem atirou em direção ao imperador, vamos para delegacia de polícia" (*Ibidem*, p. 3). Sem dúvida, uma ação repleta de drama e comicidade que nada ficou a dever às comédias produzidas pelos estúdios da Keystone nos anos 1920.[12]

Na manhã seguinte ao "atentado", excluindo o *Mainichi Shimbun* que enfatizou que Okuzaki era um dos sobreviventes na campanha da Guiné, os demais jornais noticiaram em suas primeiras páginas que ele sofria de alguma doença mental, com possível transtorno de personalidade e lapsos de memória.

Entretanto, se a história se repete na farsa, desta vez ela escolheu Okuzaki para Cassandra. Ele sofreu todas as formas de pressão para tornar ineficazes suas reivindicações para tornar Hirohito réu por crimes de guerra. Inicialmente, com as extenuantes avaliações psicológicas — foram três meses até ser considerado apto para enfrentar o julgamento e expor sua denúncia publicamente. Depois, com as constantes investidas dos juízes e dos promotores no decorrer do processo para dificultar-lhe o trânsito legal[13].

O julgamento de Okuzaki, não obstante, tornou-se o primeiro caso na história judicial japonesa no qual um civil questionou os alicerces do império: o poder divinal.

> Este julgamento é aparentemente o primeiro e até agora o único caso a envolver o imperador pessoalmente sob a nova Constituição e após a abolição de *lesa-majestade* em 1946. Os promotores acusaram Okuzaki de cometer um crime de agressão contra o imperador. *Um crime de agressão* é legalmente definido como um crime cometido contra "uma pessoa natural" e, portanto, o imperador também deve ser considerado uma pessoa natural, ou seja, um indivíduo, igual a todos os outros cidadãos japoneses. Caso contrário seria uma violação do Artigo 14 da Constituição do Japão. No

---

11É um jogo de entretenimento praticado em máquinas que, em vez de premiar com dinheiro, entrega aos vencedores bolinhas de prata que se assemelham aquelas utilizadas nos antigos jogos de fliperama. A diferença é que as bolas podem ser comutadas posteriormente por dinheiro, pois valem entre 1 a 4 ienes. (Fonte: https://coisasdojapao.com/2017/07/apostas-no-japao-ja-ouviu-falar-em-pachinko-jogo-de-azar/).

12O estúdio, fundado em 1912 por Mack Sennett, representa a Era de Ouro do cinema mudo norte-americano. Possuía um elenco com as maiores estrelas do período, de Charles Chaplin e Buster Keaton a Mabel Normand e Harold Lloyd. Os *keystone cops* eram a marca registrada do estúdio, filmes de perseguição em que atrapalhados polícias eram ludibriados pela agilidade mental e física dos protagonistas.

13Inúmeras foram as artimanhas empregadas, mas gostávamos aqui de enfatizar uma que fere todo processo legal e torna a decisão do tribunal digna de suspeitas sob o cumprimento real de justiça. O julgamento foi concluído da mesma forma que iniciou, ou seja, *sem identificar o nome da vítima do crime, sem apresentar o depoimento da vítima e sem interrogar as testemunhas solicitadas pelo acusado.*

> entanto, na acusação, o nome pessoal do imperador "Hirohito" nunca foi mencionado, e apenas o termo "Imperador" foi usado. Em outras palavras, o imperador era considerado uma espécie de "criatura divina" e não como "uma pessoa natural". Era e ainda é um costume no Japão não mencionar o nome pessoal do imperador em público, incluindo jornais e revistas, porque chamar o imperador pelo seu nome pessoal é considerado descortês. (*Ibidem*, 2019, p. 30)

Um caso *sui generis*, uma espécie de alegoria kafkaniana na qual a ficção se confunde com a realidade. Isto porque, nos labirintos da justiça japonesa, Okuzaki estava mais para o agrimensor K de "O Castelo" (1926) do que Joseph K em "O Processo" (1925), considerando que o primeiro apenas queria o reconhecimento de sua humanidade e, portanto, de seus direitos naturais, enquanto seu homônimo sucumbiu ao peso do poder e ao desengano do insano veredicto final.

Não há dúvida, Okuzaki perdeu duplamente. No julgamento e na temperança, pois mesmo não retornando ao cárcere[14], suas iniciativas de desnudar as contradições do poder no Japão foram desacreditadas pelo Estado e suas instituições. Este é personagem retratado no documentário "O exército nu do imperador em marcha". Um samurai destroçado pelas próprias convicções que, após mais de uma década, ainda tenta desesperadamente alcançar uma consolação para sua infrutífera arguição contra a divindade do imperador.

Ainda imprevisível e "agora" mais irascível, ele retoma sua odisseia para abordar, em início dos anos 1980, ex-soldados e oficiais responsáveis na linha de comando sobre a distinção de culpa daqueles que, à sombra do imperador Hirohito, conduziram à morte dois colegas que se recusarem a participar de canibalismo no final da guerra.

Sob as lentes impassíveis e neutras do diretor Kazuo Hara, temos o confuso privilégio de testemunhar, entre as inúmeras camadas do "agora", o desvendar desta história.

> Okuzaki captura nada menos que nove soldados daquela antiga unidade da Nova Guiné e interroga-os sobre o seu papel na execução dos dois jovens soldados. Alguns dos soldados estão velhos, parecem demasiado inofensivos e vivem suas vidas em mangas de camisa no interior do Japão quando Okuzaki faz as suas visitas inesperadas e indesejadas. (Gill, 1988, p, 28)

No ápice do documentário acompanhamos Okuzaki se defrontar com o velho capitão do regimento, o veterano Koshimizu, que seria o responsável por ordenar a execução dos soldados refratários — Yoshizawa e Nomura. Utilizando as tangerinas que estavam numa fruteira próxima aos dois, Okuzaki reconstrói a cena do fuzilamento, sendo cinco para o pelotão de execução e duas para as vítimas. Insere, no limiar entre encenação e a realidade (ou representação da realidade?), uma oitava tangerina para elucidar o papel decisivo de Koshimizu. Este, como a morte dos dois soldados não foi imediata, ainda foi o autor dos dois disparos que encerraram o ato punitivo.

> A tangerina é Koshimizu, mas em certo sentido também é Hirohito, pois é o alvo final da lógica implacável de Okuzaki. Como ele próprio grita: "Não são os soldados que cometeram estes pecados que devem ser punidos, mas sim o Imperador Hirohito, que era o Comandante Supremo do Exército Japonês." Afinal, não importa o que se pense sobre o homem Hirohito, o seu papel público era conquistar a glória da vitória e o poder total. Quando a situação se inverteu, as regras do jogo foram alteradas, de modo a que o castigo e humilhação, as consequências naturais da sua posição e ações, foram evitadas. (Op. Cit., 1988, p. 29)

---

14 Okuzaki foi condenado a um ano e meio de prisão. Todavia recorreu da decisão e, mesmo não tendo sido aprovada sua mais contundente apelação — o caso ser considerado de lesa majestade explicitava a contradição vigente no capítulo 1 da Constituição -, ou talvez por isto mesmo, o Tribunal subtraiu da pena o período em que esteve em detenção preliminar, mais o tempo dedicado para avaliação psíquica, e ele foi libertado imediatamente.

Toda esta loucura, na alegoria pelicular, suscita uma grande questão: Okuzaki ao enfrentar Hirohito partiu de um princípio moral para imputar ao poder divinal do Estado a humilhação de um povo inteiro aos crimes de guerra ou apenas consagrou à barbárie mais uma ramificação de sua própria violência?

Sem querer eximir o "imperador" de sua responsabilidade, a Constituição japonesa atesta minha assunção, Okuzaki é que desperta minha curiosidade sobre a irracionalidade sistêmica em comutar ao primado da política a essência da mercadoria utilizando a "justiça" como meio para alcançar tão irracional fim. Ao ser convocado para campanha do Pacífico, ao se defrontar com a realidade e sofrer as agruras das decisões inconsequentes de seus superiores, poderia recusar-se a executar qualquer ordem que estivesse em contradição aos princípios morais.

Seria alienado de suas funções, possivelmente punido, mas manteria o objetivo de sua resistência: a desobediência civil como eco para outras ações similares que conduziriam, pelo menos em tese, ao triunfo da justiça. Não é a resistência por si mesma que determina o valor de uma ação, mas a sua necessidade moral em desvendar os embustes do poder, mesmo que ela *per si* não consiga interromper as atrocidades cometidas.

Suas ações, parafraseando Sontag, poderiam não ser relevantes para a extremamente necessária reforma e democratização do Império. Tampouco o ressentimento com a memória da guerra (2011, p. 205). Entretanto, "se a simultaneidade é uma coisa relativa, cada observador tem o seu próprio conjunto de "agoras" e nenhuma dessas várias camadas terá o privilégio de representar aquele lapso de tempo objetivo"; quem somos nós, que nunca vivenciamos nada de semelhante ao que milhões de soldados sofreram no "coração das trevas", para julgar algo que (no fundo) não compreendemos?

> Ao tomarmos consciência de nossa impotência diante da realidade opressiva que nos rodeia, as palavras de Sontag se ampliam e são ecoadas na infinitude do pensamento. "Nós" — este "nós" são todos aqueles que nunca viveram nada de semelhante àquilo por que eles passaram — não compreendemos. Não entendemos. Não podemos realmente imaginar como foi. Não podemos imaginar como a guerra é terrível, como é aterradora; e como se torna normal. Não podemos compreender, não podemos imaginar. (2007, p. 131)

Podemos, não obstante, acreditar que histórias como a de Okuzaki devem ultrapassar as fronteiras do "agora" para, quiçá num lapso de tempo, deflagrar políticas de resistência ao nível mundial contra a guerra e seu principal mote — a manutenção irracional do processo de acumulação de capital por meio do complexo industrial bélico.

Afinal, como infortunadamente nós sabemos, a guerra se retroalimenta da barbárie e devora os seus filhos/as (como o deus Chronos) para dominar corpos e mentes enquanto dissemina a psicose social em todos os rincões do planeta. Não é determinismo de um tempo específico, mas parte da História contemporânea. O alerta da incompletude foi acionado, "se não aqui, será além. Se não agora, será em breve. Algures como também aqui" (Sontag, 2011, p. 2010) se não quisermos ser apenas mais uma nota de rodapé inusitada no tempo do nada objetivo. As guerras seguem firmes no primeiro quartel do século XXI e configura-se com cariz econômico, mas também cultural, banalizado e integrado aos "folegos" das crises do sistema.

Referências

Artamonov, A., Ruzaev, D., & López, I. B. (2019). *Ciclo temático Looking for Homeland*. In LEFFEST — 19.º Lisboa Film Festival. https://leffest.com/seccoes/looking-for-homeland

Gill, T. (1988). Tearing out the true: Okuzaki Kenzo's crusade. *Japan Asia Quarterly Review, 20*(3), 27–29. https://libcom.org/article/okuzai-kenzos-crusade

Hara, K. (Director). (1987). *The emperor's naked army marches on* [Filme].

Hobsbawm, E. J. (2017). *Era dos extremos: O breve século XX: 1914–1991*. Companhia das Letras.

Isaacson, W. (2008). *Einstein: A sua vida e universo* (Â. S. Pereira, Trad.). Casa das Letras. (Trabalho original publicado em 2007)

Kurz, R. (2003, abril). *Abaixo de toda a crítica: A esquerda, a guerra e a ontologia capitalista* (L. Nahodil, Trad.). Krisis. https://www.marxists.org/portugues/kurz/2003/04/abaixo.htm

Schilpp, P. A., & Gödel, K. (1949). *A remark about the relationship between relativity theory and idealistic philosophy*. Harper & Row.

Sontag, S. (2007). *Olhando o sofrimento dos outros* (J. Lima, Trad.). Gotica.

Sontag, S. (2011). *Ao mesmo tempo* (J. Lima, Trad.). Quetzal.

Tanaka, Y. (2019, outubro 15). "Yamazaki, atire no Imperador Hirohito!": Ação legal de Okuzaki Kenzo para abolir o Capítulo I da Constituição (O Imperador) do Japão. *Asia-Pacífico Journal (Japan Focus)*. https://apjjf.org/2019/20/tanaka

Woolf, V. (1986). *Three Guineas*. The Hogarth Press.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar. **Revisão por Pares:** Dupla-cega.

Todo o conteúdo da ***NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais*** é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.

Produção de sentidos sobre o ensino remoto emergencial: um olhar discursivo sobre os documentos norteadores das políticas educacionais no Brasil e em Portugal no período pandêmico

Production of meanings about emergency remote teaching: A Discursive Look at the Guiding Documents of Educational Policies in Brazil and Portugal During the Pandemic Period

10.29073/naus.v8i2.1012

Recebido: 29 de setembro de 2025.
Aprovado: 9 de novembro de 2025.
Publicado: 20 de dezembro de 2025.

Autor/a 1 (Autor/a Correspondente): Rejane Santos, Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil, rejane.santos@ufnt.edu.br.
Autor/a 2: Vanda de Sousa, Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal, vsousa@escs.ipl.pt.
Autor/a 3: Janete dos Santos, Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil, janete.santos@ufnt.edu.br.

Resumo

O presente estudo investiga os discursos oficiais inscritos em documentos normativos produzidos pelo Brasil e por Portugal durante a pandemia da COVID-19, em especial os que regulamentaram o ensino remoto emergencial. Priorizamos analisar como esses textos produzem sentidos sobre as atividades de ensino em meio ao confinamento, evidenciando disputas em torno da continuidade, equidade, digitalização e exclusão no campo educacional. A pesquisa adota a Análise de Discurso (AD) de orientação pecheutiana, de base materialista, fundada nos anos 1960 por Michel Pêcheux, mobilizando conceitos como: condições de produção, forma-sujeito, posição-sujeito, função autor(ia), memória discursiva e formações ideológicas. O *corpus* é composto por Decretos-Lei, Portarias, Resoluções e Pareceres. Buscamos compreender o funcionamento discursivo desses textos e contribuir para a ampliação das práticas de leitura e interpretação de materialidades significantes, ressaltando a opacidade da linguagem e as posições-sujeito em jogo. Nesse horizonte, a análise busca fortalecer o debate acadêmico sobre políticas educacionais em contextos de crise e sobre como diferentes nações, ainda que próximas linguística e culturalmente, produzem discursividades singulares em seus documentos institucionais.

Palavras-Chave: Brasil; COVID-19; Documentos Oficiais; Ensino Remoto; Portugal.

Abstract

The present study investigates the official discourses inscribed in normative documents produced by Brazil and Portugal during the COVID-19 pandemic, especially those that regulated emergency remote teaching. We prioritize the analysis of how these texts produce meanings about teaching activities amidst confinement, highlighting disputes surrounding continuity, equity, digitalization, and exclusion in the educational field. The research adopts the Pêcheutian, materialist-based Discourse Analysis (DA), founded in the 1960s by Michel Pêcheux, mobilizing concepts such as: conditions of production, subject-form, subject-position, authorial function, discursive memory, and ideological formations. The corpus consists of Decrees-Law, Ordinances, Resolutions, and Opinions. We seek to understand the discursive functioning of these texts and contribute to the expansion of practices for reading and interpreting significant materialities, emphasizing the opacity of language and the subject-positions at stake. In this context, the analysis aims to strengthen the academic debate on educational policies in crisis contexts and on how different nations, even if linguistically and culturally close, produce singular discursivities in their institutional documents.

Keywords: Brazil; COVID-19; Official Documents; Portugal; Remote Teaching.

1. Introdução

O discurso oficial presente nos documentos orientadores de uma nação representa a voz que deve estabelecer autoridade, formalizar decisões e garantir a clareza e o acesso da população a informações e direitos. Nessa direção, no acontecimento histórico da pandemia da COVID-19, que instaurou uma urgência sem precedentes na esfera educacional, os documentos regulatórios das políticas públicas, destinados ao ensino, surgem com o propósito de não apenas formalizar as ações do ensino, mas, sobretudo, de legitimar a autoridade do Estado na tomada de decisões.

Notadamente, tais discursos funcionam produzindo sentidos de legitimação da organização dos órgãos sob a tutela administrativa do Estado. Por essa razão, é relevante observar de que modo países como o Brasil e Portugal, que compartilham bem mais do que o português como língua oficial, produziram discursividades no período em relevo. É oportuno destacar, ainda, que os países adotam sistemas educativos com estruturas curriculares semelhantes em alguns níveis. Além disso, enfrentam desafios parecidos, como a necessidade de melhorar a qualidade do ensino, de reduzir as desigualdades educacionais e de promover a formação de professores.

Outro ponto de similaridade, entre Brasil e Portugal, reside na colaboração crescente em projetos de intercâmbio e de pesquisa, facilitada pela afinidade linguística e cultural, visando ao aprimoramento mútuo das práticas educacionais. Ações estas que foram drasticamente afetadas durante as implicações advindas do confinamento pelo período pandêmico.

Nesse horizonte, este estudo observa a produção de sentidos, sobre o ensino remoto, nos documentos norteadores das políticas públicas no Brasil e em Portugal, constituindo-se objeto de interesse investigativo pelo viés do domínio teórico dos estudos da Análise de Discurso (AD), de base materialista, desenvolvidos por Michel Pêcheux, fundada nos anos 60, na França. Essa escolha de orientação teórica se justifica por essa grande área de estudo voltar-se às práticas discursivas do sujeito, pressupondo que os sujeitos são afetados pela história e pela língua e que, portanto, produzem discursividades que devem ser interpretadas considerando essas especificidades.

À luz dessa concepção, duas questões se impõem: como os documentos institucionais norteadores das políticas públicas discursivizam sobre as ações de ensino durante o período pandêmico? De que maneira a AD pecheutiana contribui como recurso de leitura e interpretação dos discursos oficiais no período em destaque? Para responder a esses questionamentos, nosso objetivo é lançar um olhar analítico sobre a prática de leitura de textos oficiais produzidos para a Educação, sob uma abordagem discursiva específica, por meio de uma proposta de gestos de leitura de materialidades significantes, a saber: Decretos-Lei, Portarias, Resoluções, Instruções Normativas, Pareceres, Relatórios, entre outros, os quais não se limitam a normatizar procedimentos; eles também produzem sentidos sobre o ensino, atravessados pela ideologia e pelas condições históricas de produção. Como afirma Orlandi (2007, p. 15), "o discurso não é transmissão de informação, mas produção de sentidos, determinada pelas condições de produção e pelas posições dos sujeitos".

Nesse sentido, interessa-nos observar como Brasil e Portugal, a partir de seus discursos oficiais, inscrevem sentidos sobre o ensino no contexto da pandemia, construindo diferentes formações discursivas em disputa: a da continuidade, a da equidade, a da digitalização e a da exclusão. Assim, à luz da AD pecheutiana, a produção de sentidos nos documentos oficiais de Brasil e Portugal, acerca do ensino durante o confinamento da COVID-19, é medular para observarmos como tais discursos disputam significações em torno do papel tanto da escola, do professor, quanto da tecnologia.

Para viabilizar esse propósito, em específico, organizamos a leitura dos materiais discursivos, com base na orientação teórico-metodológica da AD, com a qual se espera contribuir para a discussão nos países focalizados

e, assim, ampliar o repertório e concepções de leitura de tais materialidades e, consequentemente, que possam contribuir com a interpretação no que tange à opacidade da linguagem ou mesmo quanto ao posicionamento em relação à materialidade discursivas que acessam em momentos como o vivenciado historicamente.

Ademais, a escolha do método de leitura e de análise interpretativa, cujos procedimentos estão ancorados nos pressupostos da AD de linha francesa pecheutiana, conforme já mencionado, objetiva compreender o funcionamento discursivo na produção de documentos oficiais por se tratar de uma abordagem interdiscursiva que se materializa no processo de significação, bem como na constituição do sujeito discursivo.

Desse modo, mobilizamos, teórico-metodologicamente, alguns dos conceitos fundamentais da AD, tais como: condições de produção, sujeito discursivo, memória discursiva e formações ideológicas, no arquivo em tela. A escolha dos dispositivos justifica-se pelo interesse de mostrarmos, por nossa proposta de gesto de leitura, a possibilidade de os sentidos poderem ser outros. Para melhor exposição do estudo analítico, além da introdução e das considerações finais, o presente artigo está organizado em três seções, a saber: (i) Aporte teórico-metodológico: contribuição da Análise de Discurso para a leitura de documentos oficiais; (ii) Pandemia da COVID-19: documentos orientadores da política educacional, no Brasil e em Portugal; e, finalmente, (iii) Gesto de análise interpretativa nos documentos orientadores da política educacional no Brasil e em Portugal.

Diante desse cenário, o problema que orienta este estudo consiste em compreender como os documentos oficiais de Brasil e Portugal, produzidos durante a pandemia da COVID-19, discursivizam o ensino remoto, legitimando determinadas posições de Estado e produzindo sentidos em disputa. Partimos da hipótese de que tais documentos não apenas normatizam procedimentos, mas também constroem formações discursivas distintas em torno da continuidade, da equidade, da digitalização e da exclusão.

Desse modo, reiteramos, este artigo tem como objetivo central analisar como os discursos inscritos nos documentos normativos produzidos por Brasil e Portugal durante a pandemia da COVID-19 produzem sentidos sobre as atividades de ensino, evidenciando disputas discursivas em torno da continuidade, da equidade e da digitalização do ensino, que também gera exclusão.

2. Aporte Teórico-Metodológico: Contribuição da Análise de Discurso para a Leitura de Documentos Oficiais

A Análise de Discurso, tal como formulada por Michel Pêcheux nos anos 1960 e 1970, funda-se em uma base materialista, articulando pressupostos da Linguística, da Psicanálise freudo-lacaniana e do Marxismo para dar conta do discurso, seu objeto de estudo. Para Pêcheux e Fuchs (2014), tal articulação representa o quadro teórico da disciplina, encadeando nesses três domínios do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendidas aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, com teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (2014, p. 160).

Assim, para Pêcheux (1997, p. 161), "o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, não existe em si mesmo; é determinado pelas posições ideológicas em que se inscrevem aqueles que as empregam". O discurso, portanto, não é transparente, mas efeito de sentido em dadas condições de produção, de modo que a relação interativa entre sujeitos resulta nos efeitos de sentidos materializados nas posições ocupadas por cada um deles. Isso decorre do fato de que os sentidos são efeitos entre os interlocutores, a partir das condições de produção desse discurso. Na correlação entre sujeitos no processo interlocutivo, os efeitos de sentidos são compreendidos dentro da Formação Discursiva (FD), na qual o sujeito se insere na formulação de seu discurso - a esse respeito, falaremos um pouco mais à frente.

Por essa esteira, o discurso — como materialidade discursiva —, no entremeio das áreas de conhecimento, é visto como um efeito de sentidos entre interlocutores (Orlandi, 1997). De modo que é no e pelo discurso que se

pode pensar a linguagem em funcionamento, isto é, a língua produzindo sentidos a partir da relação entre sujeito, discurso e história. Tudo isso sem perder de vista a abertura de horizontes para a percepção de como a ideologia, a historicidade e a língua são constitutivas do discurso como parte fundante. Dito de outro modo, para a apreensão dos sentidos produzidos a partir da leitura de um texto (oficial ou não) é determinante lançar luz sobre "as posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas" (Orlandi, 2017, p. 19).

Em perspectiva, os documentos oficiais não apenas se configuram como normas jurídicas, mas como práticas discursivas atravessadas pela ideologia e pela memória. Com efeito, nas formulações flagrantes nos textos institucionais pesam aspectos que tocam tanto o que diz respeito à Formação Discursiva, em dadas condições, tanto no modo de o Estado regular o sistema de ensino - produzindo sentidos pela memória discursiva, quanto na posição assumida pelo sujeito, em decorrência das condições de produção de uma certa posição discursiva que ocupa. Para a AD pecheutiana, portanto, esses são fatores constitutivos de uma dada formação ideológica, conforme observamos nas análises, apresentadas em seção futura deste texto.

Ante o exposto, concordamos com Indursky (2016) que, para a Análise de Discurso pecheutiana, o texto constitui-se como uma unidade de análise atravessada pelas condições de produção. Isso significa que a compreensão do texto exige considerar sua exterioridade, ou seja, ele não se limita ao contexto imediato em que é enunciado, mas se inscreve em um espaço discursivo mais amplo, estabelecendo relações com outros textos e com diferentes discursos. Indursky (2016, p. 102) acrescenta ainda que "os documentos oficiais devem ser lidos como efeitos ideológicos de um Estado que busca se legitimar frente a uma crise". Já Serrani (1998) ressalta que o discurso educacional é um espaço privilegiado de disputa de sentidos, em que se confrontam projetos políticos distintos.

Nesse horizonte, estudos como os de Costa (2000) evidenciam que as políticas educacionais, ao se materializarem em documentos oficiais, constituem práticas discursivas que não apenas organizam a gestão do ensino, mas também produzem e naturalizam determinadas formas de compreender a escola, o currículo e os sujeitos nele implicados. Nessa mesma direção, Candau (2008) problematiza como os discursos das políticas educacionais acionam sentidos em torno da equidade e da diferença, revelando tensões que atravessam a formulação e a implementação das ações estatais no campo educacional. Tais contribuições reforçam a compreensão de que a análise das políticas públicas em educação, sob a ótica discursiva aqui adotada, permite desvelar os mecanismos pelos quais o Estado legitima posições ideológicas e institui modos específicos de significar o ensinar e o aprender.

Por essa razão, os efeitos de sentidos de um discurso decorrem de uma dada posição ideológica, em uma dada formação discursiva, formulado em certas condições de produção que tornam o dizer proferido possível. Por tudo isso, é sumário para este estudo a mobilização de alguns dos dispositivos basilares da AD que contribuem com o processo de análise do funcionamento discursivo no material de análise, a saber: (i) memória discursiva, (ii) posição-sujeito, (iii) sujeito discursivo e (iv) formações ideológicas, os quais trataremos, brevemente, para, em seguida, mobilizarmos a análise da materialidade discursiva significante.

No que diz respeito à memória discursiva, Pêcheux (2008, p. 11) assevera que: "a estruturação do discursivo vai construir a materialidade de uma certa memória social". Assim sendo, trata-se do espaço da memória que surge como condição do funcionamento discursivo que integra o dizer do sujeito sócio-histórico-cultural. Na mesma direção, assim Orlandi (2007, p. 31) define memória discursiva: "aquilo que se fala antes, em outro lugar, independentemente". Assim, sua existência está vinculada ao acionamento de discursos coletivos compartilhados a partir de aspectos socioculturais e ideológicos que atravessam o sujeito, bem como às transformações pelas quais este passa ao longo do tempo.

Nessa configuração, a noção de interdiscurso - dispositivo central da AD - articula-se à presença de múltiplos discursos provenientes de diferentes lugares sociais, que, em conjunto, constituem a formação discursiva do sujeito pelo acionamento da memória do dizer, um já-dito (Orlandi, 2007), que só faz sentido na e pela sua

inscrição na história. Assim, para compreender o objeto simbólico principiamos pontuando que o sentido não existe em si mesmo, conforme Orlandi (2007), pelo contrário, o sentido está além das palavras, pois:

> É determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas "tiram" seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (2007, p. 43)

Dessarte, a noção de formação discursiva imbrica-se à noção de formação ideológica, já que ela se dá no bojo desta, numa correlação de independência mútua de realização. Logo, as posições ideológicas, nas quais o sujeito se inscreve, provém da sobreposição da noção de Formação Discursiva e Ideológica (FDI), que constitui o sujeito na relação do social com o histórico, atravessando-o por enunciados discursivos diversos. Forma-se, assim, um conjunto complexo de atitudes e representações que não são propriamente 'individuais' nem 'universais', mas que se vinculam, de maneira mais ou menos direta, a posições de sujeito em conflito entre si (Pêcheux, 1997).

Disso procede os modos como o sujeito se constitui na formulação e na circulação de sentidos. De modo que é a partir de uma dada posição e de uma conjuntura sócio-histórica dada que que se determina, dentro de uma instância ideológica, o que pode e deve ser dito pelo sujeito (Pêcheux, 1997; Orlandi, 2015). Por essa razão, o sujeito assume, pela inscrição e pela interpelação, posições que o credenciam a produzir certos sentidos e não outros.

Nessa perspectiva, uma FD é marcada pela heterogeneidade e por deslocamentos, pois, além de ser constituída por diferentes discursos, os efeitos de sentidos produzidos nesse campo de configurações podem ser modificados, tendo em vista que a ideologia produz seus efeitos materializando-se nos discursos e todo discurso aponta para outros, numa relação de interdiscursividade.

O interdiscurso, conforme Pêcheux (1995, p. 162), seria o "todo complexo com dominante das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas", isto é, é o que regula o deslocamento das fronteiras de uma FD; ou, ainda, é o lugar imaginário onde os saberes se alojam e se distribuem em FDs. Nas palavras de Orlandi (2020, p. 41): "O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação à outra". Segundo Courtine e Marandin (2016):

> [...] o interdiscurso consiste em um processo constante de reconfiguração incessante no qual uma FD é levada, em função das posições ideológicas que essa FD represente em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no seu exterior, para nela produzir a redefinição ou o retorno, para igualmente evocar seus próprios elementos, para organizar sua repetição, mas também para provocar nela o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação. (2016, p. 39–40)

Como vimos, o interdiscurso está imbricado no complexo das Formações Ideológicas, que toda FD dissimula, na ilusão de transparência dos sentidos formados nela. Nessa esteira, como postula Orlandi (2020), as FDs podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, as quais estão diretamente relacionadas com o complexo das Formações Ideológicas. Desse modo, o interdiscurso torna possível o retorno de todo dizer sob a forma de pré-construído, isto é, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra.

Conforme Orlandi (2020), o intradiscurso está relacionado ao eixo da formulação de um discurso, de modo que os sujeitos, quando dominados por uma dada FD, compartilharão determinados sentidos em seus dizeres. Contudo, a constituição do discurso em nível de enunciado só é possível graças ao efeito do interdiscurso, que representa todos os já-ditos e esquecidos. De modo que o intradiscurso e o interdiscurso representam o dizível, ou seja, o processo de constituição dos sentidos. Segundo Courtine ([1981] 2009) *apud* Pavan e Galvão (2019):

> [...] o domínio de saber próprio a uma determinada FD é delimitado pelo interdiscurso, funcionando como um princípio de aceitabilidade e de exclusão. Ou seja, ao mesmo tempo em que delimita o que pode também demarca o que não pode ser dito, operando tanto no fechamento, quanto na mobilidade

> das fronteiras de uma FD. No entanto, essas fronteiras são porosas e acabam se deslocando em função das lutas sociais. Assim, o interdiscurso de uma FD é tomado "como instância de formação/transformação dos elementos do saber" desse espaço. ([1981] 2009, p. 99–102, *apud* Pavan & Galvão, 2019, p. 176).

Na esteira de Pêcheux (1997) e Orlandi (2015), o tratamento analítico realizado em documentos institucionais, do campo educacional como objeto discursivo, deve ter em fito um sujeito em posição-regulatória (posição-sujeito)[1] que atua na função de autoria-legal, formulando enunciados sobre as condições de ensino durante a pandemia. Nessa perspectiva, assumimos que o construto teórico da AD, que trabalha com a análise da função autor e autoria - observados na forma-sujeito - é pensado em razão da posição que o sujeito ocupa, bem como do lugar que assume para ser sujeito do que diz. Defendemos, pois, que o sentido do seu dizer deriva da formação discursiva em que se inscreve dentro de uma forma-sujeito.

Assim, a noção de Sujeito, para a AD pecheutiana, não trata de ser humano individualizado, um sujeito empírico, mas sim a de sujeito do discurso que carrega em seu dizer marcas sociais, históricas e ideológicas. Esse sujeito do discurso tem a ilusão de ser a fonte do sentido, porém a teoria do discurso a que nos filiamos postula que esse efeito de unidade do sujeito é apenas imaginário, tendo em vista que, nesta teoria, linguagem e sentido não são transparentes, mas forjados na intersecção entre língua, sujeito e história. Nas palavras de Orlandi (2020):

> O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa em "nossas" palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ao controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (2020, p. 30).

Pêcheux (1997) trata o caráter ilusório da forma-sujeito ao retomar essa noção na conclusão de *Semântica e Discurso*, afirmando que "a forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o non-sens da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira" (p. 266).

Essa formulação evidencia um princípio já bastante conhecido na AD: o sentido só se constitui na relação do sujeito com a forma-sujeito do saber e, portanto, pela identificação deste com uma determinada formação discursiva ideológica (FDI). É nesse ponto que Pêcheux (1997) denomina que a posição-sujeito é a relação de identificação estabelecida entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (forma-sujeito). A esse respeito, Courtine ([1982] 2016) avança com as reflexões de Pêcheux acerca da forma-sujeito e, consequentemente, da posição-sujeito, e propõe, a partir da noção de FD heterogênea, que é necessário que se descreva "um conjunto de diferentes posições de sujeito em uma FD como modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação com o sujeito do saber, considerando os efeitos discursivos específicos que aí se relacionam" (2016, p. 252).

Tais afirmações reforçam o caráter do lugar discursivo presente em documentos institucionais orientadores, uma vez que são textos que lançam mão da posição discursiva que evoca discursos coletivos compartilhados a partir de aspectos que tocam questões socioculturais e ideológicos, que atravessam o sujeito em posição regulatória. Em outras palavras, esses discursos são projeções de imagens que legitimam e autorizam o poder público a ocupar determinado lugar de valor enunciativo reconhecido na e pela sociedade.

A respeito do lugar enunciativo, autores portugueses, como Fernanda Irene Fonseca (2005), destacam que a escola se constitui como "lugar de enunciação de uma política linguística e educativa que naturaliza desigualdades". As formulações da autora são úteis para analisar como Portugal e Brasil, no contexto da

[1]Pêcheux (1997b) define posição-sujeito como a relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (forma-sujeito), com o sujeito enunciador sendo aquele que efetivamente enuncia o discurso, enquanto o sujeito do saber é aquele que reúne conhecimentos de uma determinada área do conhecimento.

pandemia, podem apresentar discursos que prescrevem comportamentos e organizam as práticas sociais. Desse modo, este estudo espera observar como o Estado produz discursividades que inscrevem os sujeitos em determinados lugares sócio-discursivos, através da função-autor por meio dos textos oficiais e da ideologia que os sustenta, indicando como as políticas educacionais contribuem para a manutenção ou a transformação de certas práticas sociais.

Por tudo o que foi apresentado acerca da AD, estamos certos de que essa área de estudo configura-se como um ávido caminho de sustentação teórico-metodológico que contribui, a contento, para a leitura analítica de documentos orientadores das políticas públicas educacionais do Brasil e de Portugal durante a pandemia. E é por esse caminho que percorremos na próxima seção. Antes, é importante trazer um pouco do contexto histórico e das condições de produção dos documentos que circularam no Brasil e em Portugal.

3. Pandemia da COVID-19: Documentos Orientadores da Política Educacional, no Brasil e em Portugal

Ao pensarmos os discursos oficiais, do Brasil e de Portugal, colocamos em relevo como os textos se inscrevem no acontecimento histórico singular - a pandemia da COVID-19. Esse acontecimento instaurou uma situação de urgência que exigiu respostas rápidas, tensionando o funcionamento regular do sistema escolar. No Brasil, essa urgência materializa-se em Portarias Ministeriais e Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), que autorizam a substituição das aulas presenciais por meios digitais e remetem às instituições a responsabilidade pela implementação. Em Portugal, por sua vez, a resposta emerge de Decretos-Lei, Resoluções e Despachos que centralizam a regulação e definem critérios para continuidade, avaliação e recuperação das aprendizagens.

Em perspectiva, a escolha pela Análise de Discurso de orientação pecheutiana justifica-se pelo interesse em compreender os documentos oficiais não apenas como normativos, mas como práticas discursivas atravessadas pela ideologia. Para Pêcheux ([1969] 1997), o discurso não é expressão transparente de uma intenção, mas efeito de condições históricas de produção, marcado por relações de poder e pela memória discursiva. Assim, ao analisar decretos, portarias, resoluções e notas técnicas, observamos como o Estado produz sentidos sobre o ensino em contexto de pandemia.

3.1. Procedimentos Metodológicos da Análise

Para realizarmos a organização do procedimento analítico, nos alicerçamos teórico-metodologicamente na esteira da AD de base materialista, que visa à compreensão de "como um objeto simbólico produz sentidos e está revestido de significância para e por seus sujeitos" (Orlandi, 1996, p. 26). Nessa conjuntura, atentamos para o caminho procedimental de seleção e de composição da materialidade discursiva. Face ao dispositivo teórico, formulamos a questão heurística: de que maneira os documentos que normatizam as políticas de ensino, no Brasil e em Portugal, produzem sentidos sobre as atividades de ensino durante a pandemia da COVID-19?

Para responder a pergunta de pesquisa elegemos como *corpora* analítico alguns documentos produzidos pelos países em destaque, observando o caráter emergencial das comunicações na situação vivenciada. Assim, assumimos que a escolha dos documentos priorizou alguns dos atos comunicativos que foram publicados pelo Governo Federal, pelos Conselhos Nacionais de Educação (CNE's) e pelas Portarias do Sistema Federal de Ensino publicados nos canais oficiais no momento em que foi deflagrado o estado pandêmico pela Organização Mundial de Saúde (OMS) — março de 2020.

Feita a seleção do arquivo, seguimos para a constituição do dispositivo de análise partindo, inicialmente, do gesto de leitura do arquivo para destacar o *corpus* por meio do recorte das Sequências Discursivas (SD's), materialidades importantes para o tratamento discursivo. Com isso, optamos pela construção do dispositivo analítico que mobiliza os conceitos que melhor respondem à questão de pesquisa. Desse modo foram agrupados os arquivos, destacados em quadro abaixo, o que contribuirá para nosso gesto de interpretação, vejamos a seguir:

Quadro 1: Documentos orientadores da política educacional em Portugal.

a) Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril	Estabelece medidas excepcionais e temporárias para a educação no âmbito da pandemia de COVID-19, abordando a realização de aprendizagens, a avaliação e certificação, o calendário escolar, as matrículas e as inscrições nos exames nacionais para os ensinos básico e secundário, aplicando-se também a escolas públicas, particulares e cooperativas. Este diploma foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 20-H/2020 e pela Lei n.º 20/2020.
b) Despacho n.º 6906-B/2020 (3 jul 2020) - Diário da República, 2.ª série (Secretaria de Estado da Educação)	Estabelece o calendário de atividades educativas e letivas constitui um elemento indispensável à organização e planificação do ano escolar por cada escola que integra o sistema educativo, de forma a possibilitar o desenvolvimento dos projetos educativos e a execução dos planos anuais de atividades, bem como consagra as regras relativas ao funcionamento das atividades educativas e letivas, designadamente o início e o termo das mesmas, bem como os períodos de interrupção.
c) Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021 (7 jul 2021):	Aprova o Plano 21|23 Escola+, um plano integrado para a recuperação das aprendizagens dos alunos do ensino básico e secundário, com foco no sucesso escolar e combate às desigualdades no contexto pós-pandemia.

Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro seguinte apresentamos os documentos brasileiros selecionados como arquivo analítico das discursividades em tela, a saber:

Quadro 2: Documentos orientadores da política educacional no Brasil.

a) Portaria MEC nº 343/2020 (17 de março de 2020):	Autoriza a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus.
b) Parecer CNE/CP nº 5/2020 (28 de abril de 2020):	Reorganização do calendário escolar; possibilidade de computar atividades não presenciais para cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia.
c) Portaria IFMA nº 2.618, (12 de junho de 2020):	Regulamenta as Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs) no âmbito do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), estipulando que essas atividades não poderiam ultrapassar 50% da carga horária total do ano letivo de 2020, com o objetivo de adaptar o ensino à pandemia de COVID-19.

Fonte: Elaborado pela autora.

Pelo gesto de leitura das epígrafes dos documentos orientadores, do Brasil e de Portugal, podemos observar que o sujeito enunciador assume uma posição discursiva que abre para sentidos legitimados pela FD em que se inscreve discursivamente, de maneira que é possível notar que o sujeito, num efeito de unidade/evidência, está submetido aos mecanismos de dominação e de determinação. Quanto a isso nos diz Pêcheux (1995):

> Retomaremos, aqui, a distinção dominação/determinação para colocar que a formação discursiva que veicula a forma-sujeito é a formação discursiva *dominante*, e que as formações discursivas que

> constituem o que chamamos de seu interdiscurso *determinam a dominação da formação discursiva dominante* (1995, p. 164, grifos do autor).

Em perspectiva, a formação discursiva que veicula a forma-sujeito é a dominante uma vez que exerce o papel de regulamentar pela tomada de posição, dadas as condições históricas de produção, que é marcado por relações de poder e pela memória discursiva. Assim, na análise de decretos, portarias, resoluções e notas técnicas, observamos como o Estado produz sentidos sobre o ensino em contexto de pandemia. Cabe destacar que, comparativamente, no Brasil, a resposta a essa urgência se manifestou por meio de Portarias Ministeriais e Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), que permitiram a substituição do ensino presencial por meio digitais. Nessas diretrizes, a responsabilidade pela implementação foi delegada às próprias instituições de ensino. Já em Portugal, a regulamentação foi mais centralizada, com Decretos-Lei, Resoluções e Despachos que definiram os critérios para a continuidade, avaliação e recuperação das aprendizagens.

Em suma, a análise pecheutiana revela que, embora ambos os países lidarem com a mesma situação emergencial, a forma como a linguagem é utilizada para descrever suas ações não é neutra. Ela materializa diferentes posições ideológicas sobre o papel do Estado e a distribuição de poder e de responsabilidade na esfera educacional. Grosso modo, no cenário brasileiro, os sentidos se abrem para um discurso que se apoia na delegação, enquanto, em Portugal, o foco recai na centralização e no controle, conforme verificamos nas análises, a seguir, das formulações pelo que escapa na/pela identificação das formações discursivas.

4. Gesto de análise interpretativa nos documentos orientadores da política educacional no Brasil e em Portugal

Nesta seção vamos nos debruçar sobre a análise do *corpus*[2] que foi constituído de recortes discursivos, que nomeamos como sequências discursivas (SD´s), recortadas dos documentos orientadores destacados para este fim. Como já mencionado, a AD trabalha o objeto discursivo inscrito na relação da língua com a história. Nesta seção, analisamos como o discurso oficial trabalha na formulação de sentidos em uma dada discursividade. Conforme defendemos ao longo do estudo, por conseguinte, os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso.

Por essa razão, no dispositivo analítico, tal qual aqui proposto, trabalhamos com a estrutura e o acontecimento de maneira a tocar o equívoco e a forma histórica da interpretação, como estão presentes na compreensão de cada gesto de interpretação; e, como temos dito (Orlandi, 1996), corresponde à base em que se realizam os efeitos de sentido observados no funcionamento discursivo.

4.1. A Delegação no Brasil

Consideremos a seguir a primeira sequência discursiva (SD) do nosso trabalho de análise — a saber, um recorte da Portaria MEC n.º 343/2020 (17 de março de 2020): "SD1: *Autoriza*, em caráter excepcional, a *substituição* das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia".

Veja que na SD1 há em funcionamento o termo "autoriza". Ao utilizar essa expressão, a operacionalização surge com a função de autorização (autoriza), não de obrigação. Ou seja, na discursividade produzida via Portaria, no Brasil, o sujeito responsável pela execução não é o mesmo que enuncia e autoriza a transferência, pois a responsabilidade é deslocada para as instituições de ensino, já que cabe a elas decidir como efetivar a *substituição* da modalidade do ensino presencial para o remoto. Nessa direção, o sentido produzido é o de que o ensino pode ser ajustado provisoriamente, marcado pela ideia de flexibilização emergencial.

A FD aqui observada é a da descentralização/autonomia, em que o Estado atua mais como liberador de possibilidades do que de executor direto e de direito. Dito de outro modo, a formulação faz circular sentidos de que o sujeito toma posição de abrir mão, excepcionalmente, da função de executor, e passa a exercer um papel

[2] De acordo com Courtine (2009), o conceito de *corpus* é definido como um conjunto de sequências discursivas orais ou escritas de dimensão superior à frase, extraído de um campo discursivo específico.

de faculdade delegada, no qual o ensino pode ser adaptado, ficando a cargo de redes e instituições. Esvaindo-se, portanto, o Estado da responsabilidade de assumir a frente de ação, diretamente, da adaptação do ensino remoto.

É correto destacar ainda que, na SD1, a maneira como o termo *substituição* é mobilizado, em referência a transposição do ensino presencial para o remoto, constrói a evidência de que o digital equivale ao presencial, o que nos faz pensar no fio da memória discursiva do termo, pois faz movimentar sentidos do mero transporte de uma coisa para outra. Contudo, o efeito de opacidade do termo faz produzir significados de falsa transparência que silencia as implicações que uma transposição dessa natureza acarreta, tais como: os desafios enfrentados na gestão do ensino pelas escolas ao operar a migração rapidamente para o ensino a "distância", o que expôs a desigualdade no acesso à tecnologia e à internet.

Vale destacar que há diferenças significativas entre o Ensino a Distância (EAD) e o Ensino Remoto. A EAD é um modelo de ensino planejado e estruturado para ser totalmente online, com metodologia própria e recursos como aulas gravadas; já o Ensino Remoto é uma adaptação temporária e emergencial de aulas presenciais para o ambiente virtual, geralmente com aulas ao vivo e sem a mesma estrutura didático-pedagógica pré-definida.

Destacamos, ainda, adversidades de ordens prática e operacional por parte de muitos alunos que não tinham computadores ou conexão estável, dificultando sua participação nas aulas. Além disso, há a (não) formação de professores para o ensino online e a adaptação dos currículos que, também, se revelaram problemáticas. Tudo isso associado à falta de interação social e de apoio emocional que impactou negativamente o bem-estar dos alunos. Notadamente, a discursividade abre para a percepção de que o sujeito em posição enunciativa toma posição, em uma dada formação social, inscrevendo-se em um lugar não imaginado, pois trata-se de um efeito de sentido de evidência ideológica, nos termos de Pêcheux, que naturaliza a exceção e apaga a precariedade estrutural das condições de acesso.

Nesse ponto, observamos, conforme assevera Orlandi (2007, p. 54), que nomeia de "efeito de transparência": o apagamento da historicidade dos sentidos, como se a migração para o digital não fosse marcada por falhas, exclusões e contradições. O que toca diretamente no próximo recorte a seguir, a SD2, recorte do Decreto-Lei n.º 14-G/2020 (13 de abril de 2020).

4.2. A Centralização em Portugal

"SD2: *Devem ser asseguradas*, no decurso do 3.º período, atividades pedagógicas, em regime presencial ou a distância, de modo a garantir a *continuidade* do processo de ensino e de aprendizagem."

Ao observarmos no funcionamento discursivo da SD1 percebemos que a SD2 apresenta no documento do governo português um discurso que teve por objetivo normatizar o ensino remoto, por meio do qual estabelecia que "as aprendizagens são desenvolvidas através da modalidade de ensino não presencial, com recurso às metodologias que cada escola considere as mais adequadas". Por meio da formulação, o dizer produz um efeito de *continuidade*, como se o ensino remoto fosse apenas uma adaptação transitória, sem ruptura na experiência escolar. Em contraponto, no Brasil, a Portaria MEC nº 343/2020 determinou a *"substituição* das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a pandemia". O que abre para pensarmos a figura do sujeito em posição de professor, no texto Decreto-Lei n.º 14-G/2020.

Nele, a leitura produz sentidos do sujeito docente como garantidor da equidade. Desse modo, em Portugal, o Decreto-Lei n.º 14-G/2020 prescreve que "compete aos professores recolher evidências da participação dos alunos", atribuindo ao sujeito-professor a responsabilidade de garantir a aprendizagem em um contexto adverso.

Semelhantemente, o Parecer CNE/CP nº 5/2020 no Brasil autorizou o cômputo de atividades não presenciais para cumprimento da carga horária mínima anual, mas atribuiu às redes de ensino e, em última instância, aos professores, a responsabilidade de comprovar a realização das atividades. Desse modo, o sujeito em posição docente é interpelado como garantidor da equidade, ainda que as condições materiais de acesso não estejam asseguradas. Tal direcionamento reforça estereótipos, que são fortemente reforçados no cenário brasileiro, de

que o sujeito-professor é responsável pelo ensino público e, por vezes, recai sobre ele as expectativas e cobranças por parte da comunidade escolar que projeta, pela memória discursiva e pela interpelação ideológica da figura do professor, os anseios e as frustrações do ensino nacional.

Como observa Orlandi (2012, p. 63), "a interpelação ideológica funciona ao responsabilizar o sujeito por aquilo que é da ordem das condições sociais". Aqui, professores e escolas são responsabilizados pela continuidade, enquanto o Estado se apresenta como provedor de soluções normativas, dentro do que é discursivizado pelo sujeito em posição-reguladora na forma-sujeito enunciativa. Em contrapartida, as discursividades observadas no documento português abre para sentidos de que o Estado não nomeia explicitamente um sujeito-implementador, como no caso brasileiro. A regulação "centralizada" sugere que o próprio Estado (e suas instâncias) assume o papel de sujeito-regulador e de sujeito-executor da política educacional no país no momento de crise endêmica. A interpelação ideológica não é de delegação, mas de assunção de controle.

No âmbito da organização das atividades de ensino, consideramos tomar os dizeres da Portaria nº 2.628, de 12 de junho de 2020, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA/Brasil) que trata da regulamentação das Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs) no âmbito do IFMA, estipulando que essas atividades não poderiam ultrapassar 50% da carga horária total do ano letivo de 2020, e que se definia com o objetivo de adaptar o ensino ao isolamento decorrente da pandemia de COVID-19.

4.3 A Figura do Professor

Trazemos, pois, a próxima SD da Portaria nº 2.628, IFMA, 12/06/2020:

> SD3: *Cabe aos Campi*, por meio das Coordenações de Curso, Equipes Pedagógicas e docentes, *a definição dos componentes curriculares*, conteúdos e percentuais a serem trabalhados por meio de Atividades Pedagógicas não Presenciais considerando as especificidades desses componentes, bem como a *habilidade dos docentes com o uso das ferramentas digitais* e computacionais, observado os impedimentos legais.

No recorte acima, destacamos que, de modo análogo ao que foi discursivizado, na Portaria do MEC, quanto à descentralização da tomada de posição, sobre o gerenciamento da crise nos espaços das escolas para os sistemas de ensino, a Portaria do IFMA segue pelo mesmo caminho, delegando aos *campi* o papel de não apenas coordenar as atividades de ensino, mas também de definir os componentes curriculares, sem se perder de vista a observação da habilidade dos docentes com o uso das *ferramentas digitais*. Assim, os sentidos que circulam nas publicações evocam, pelo interdiscurso, uma memória discursiva sobre a EaD através da utilização do termo "atividades não presenciais", mas de modo que o sujeito, em posição enunciativa, evita usar a sigla "EaD" ou "Educação a Distância" para desvincular sentidos sedimentados de uma modalidade pré-definida e estruturada. Por essa razão, a escolha semântica do termo "atividades" no lugar de "aulas" ou "disciplinas" sugere um deslizamento de sentido que surge na tentativa de responder a uma ação emergencial e temporária, porém, movimentando um certo distanciamento da EaD como ela é, notadamente, reconhecida.

Sustentamos a hipótese de que o discurso da SD3 segue reforçando os sentidos já observados nos demais documentos — de delegar a responsabilidade: "*Cabe aos Campi*". Desta feita, o texto interpela os sujeitos atribuindo-lhes novas posições-sujeito em que "Coordenações de Curso, Equipes Pedagógicas e docentes" são demandados a se tornarem sujeitos-implementadores. Em outras palavras, eles devem assumir a responsabilidade tanto pela "*definição dos componentes curriculares, conteúdos e percentuais*", quanto pelo sucesso ou fracasso da implementação.

Quanto à figura do sujeito-docente evocada no destaque da SD3, observamos que os sentidos do gesto discursivo se abrem em duas direções distintas. Inicialmente, o sujeito "docente" é interpelado de forma particular, pela menção à "habilidade dos docentes com o uso das ferramentas digitais", reconhecendo sua autonomia e sua condição como profissional com suas próprias habilidades. Ao mesmo tempo, nessa SD, a voz de poder o responsabiliza individualmente pela sua própria proficiência tecnológica. Com isso, sinaliza que a falta de

"habilidade" se torna um impedimento potencial, o que coloca o peso da adaptação sobre o docente, e não sobre a instituição que poderia prover a capacitação adequada.

4.4. O retorno ao ensino presencial

Com nosso gesto de leitura percebemos que os excertos mostram como os sentidos podem ser outros sentidos possíveis, pois dão a entender como o funcionamento político da linguagem se desenha no ato discursivo em que o sujeito se encontra inscrito em uma dada formação discursiva-ideológica. Nessa direção, destacamos a SD4 do Despacho n.º 6906-B/2020 (3 jul 2020) - Diário da República, 2.ª série (Secretaria de Estado da Educação Portuguesa), a saber:

> SD4: Considerando que a situação epidemiológica [...] exige que o retorno às atividades letivas presenciais seja encarado como a *prioridade*, sem prejuízo da *necessidade de manter salvaguardadas* as condições de segurança e de saúde pública para a comunidade educativa, de acordo com as orientações da DGS.

A formulação acima, mesmo constituída, do ponto de vista linguístico-estrutural, por uma oração subordinada adverbial, serve a nosso propósito, pois, apesar de parecer fazer uma constatação óbvia, carrega uma forte carga ideológica, uma vez que revela a posição do Estado português em relação à educação em tempos de crise. Colocamos, pois, em relevo de que modo a palavra "*prioridade*", no excerto, não se configura como um termo técnico. Ela é uma escolha discursiva que estabelece uma hierarquia de valores assumida pelo governo. Dito de outra maneira, ao declarar o *"retorno às atividades letivas presenciais*" como *prioridade*, o Estado posiciona-se a favor do ensino presencial. Com isso, reitera uma ideologia de que a escola física, com a interação pessoal, é o modelo ideal e insubstituível; contrapondo, portanto, que o ensino a distância, embora necessário no auge da crise, é relegado apenas ao *status* de uma medida provisória, uma exceção, nunca a "prioridade".

Dessa forma, o governo português assume o posicionamento discursivo pela deslegitimação de outras modalidades de ensino. De modo implícito, o discurso desvaloriza o teletrabalho e o ensino a distância como alternativas de longo prazo. A "prioridade" do presencial funciona semelhante a uma negação do regime anterior e um chamado à normalidade. Assim, o sujeito interpela a comunidade educativa (alunos, professores, funcionários) para um papel de sujeitos do retorno. Eles não estão "retornando" às atividades de ensino, mas estão sendo chamados/convocados a fazer um retorno. A linguagem, dada a posição assumida pela posição-sujeito, constrói um movimento coletivo e quase inevitável. Ao mesmo tempo, o discurso cria uma dependência: a prioridade só pode ser cumprida se as condições de segurança forem "mantidas salvaguardadas".

Em resumo, a SD4, que apresenta um discurso aparentemente técnico, revela uma forte posição ideológica de valorização da presença física na educação, a delegação de responsabilidade na manutenção das condições de segurança e o recurso à ciência como dispositivo de legitimação da sua própria decisão. Esse posicionamento faz circular sentidos já sedimentados sobre o que torna um ensino de "qualidade". Historicamente, a imagem discursiva histórica de um ensino de qualidade no Brasil e em Portugal é complexa e multifacetada. Em ambos os países, tradicionalmente, associou-se a qualidade do ensino a fatores como infraestrutura (edifícios e recursos), corpo docente qualificado e métodos pedagógicos tradicionais.

É correto dizer que o ensino no Brasil acaba refletindo, frequentemente, desigualdades sociais no que tange ao acesso, à frequência e à permanência, pois o país conta com uma instabilidade para garantir reais implementações nos sistemas de ensino. Parte das adversidades reside na luta de classes e na busca por direitos sociais elementares. Sem contar o embate constante entre as escolas da rede privada — que são reconhecidas por oferecer ensino com qualidade superior — e as escolas da rede pública — que enfrentam concorrência pesada para conseguir garantir os padrões minimamente aceitáveis para conduzirem os alunos a concluírem os estudos ingressando nas universidades. Tal situação revela instabilidades nos sistemas de ensino, bem como a concorrência evidenciada pela não garantia do que se entende por "qualidade". Dito de outro modo, frisamos a garantia da "prioridade" conforme apontada pelo governo português.

Em direção à retomada do ensino nos países, destacamos que, no Brasil, o Parecer CNE/CP nº 11/2020 defendeu a *retomada gradual das aulas* com o ensino híbrido, garantindo o cumprimento da carga horária legal e a preservação da aprendizagem, conforme vemos, a seguir:

> SD5: Os sistemas de ensino *devem criar protocolos pedagógicos*, quando possível, em conformidade com decisões tomadas por comitês estaduais articulados com seus respectivos municípios e por comitês promovidos por comissões escolares municipais, objetivando o *retorno gradual* em respeito a regras sanitárias de prevenção.

Na mesma linha, o governo português, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021 (7 jul 2021), assim decide: "SD6: É aprovado o Plano 21|23 Escola+, que visa a *recuperação das aprendizagens* comprometidas pela interrupção das atividades presenciais".

Apesar de os documentos apresentarem discursos posicionados a favor do retorno às atividades presenciais, a materialidade apaga as evidências das fortes dificuldades vivenciadas, tanto de natureza de saúde física e emocional, quanto das relativas às desigualdades digitais, especialmente nas regiões periféricas, onde muitos estudantes sequer tinham acesso a dispositivos ou à internet. Assim, em ambos os países, há uma disputa discursiva: de um lado, o Estado afirma a resiliência para o retorno, a fim de se garantir a recuperação das aprendizagens; de outro, o sujeito em posição de parecerista abre sentidos que expõem a fragilidade estrutural de deixar a cargo dos sistemas de ensino a responsabilidade de criar protocolos e de assumir a operacionalização do momento, que funciona como evidência ideológica e que apaga as desigualdades e limitações das redes de ensino.

Considerações Finais

A pandemia da COVID-19, ao impor o confinamento e deslocar o ensino presencial para as redes digitais, instaurou uma disputa discursiva em torno do papel da escola para manter o funcionamento das atividades de ensino. Em perspectiva, tal cenário apresenta-se como um campo profícuo para a análise de discurso, haja vista que, enquanto, para pesquisadores da área da linguagem, o funcionamento discursivo observado no acontecimento pandêmico gera inquietações e discussões acerca da produção de sentidos em tempos de crise que vai muito além da mera descrição linguística.

Por essa razão, ancoramos-nos nos pressupostos da AD materialista pecheutiana — que ganhou notoriedade teórica observando a linguagem no entremeio da constituição do sujeito, pela língua e pela história, em um diálogo multidisciplinar — para perceber como os discursos oficiais do Brasil e de Portugal não apenas regulamentaram práticas, mas também produziram sentidos conflitantes. As análises mostram que, pelas SD, ora naturalizam a continuidade, ora responsabilizam professores, ora celebram a resiliência e a digitalização, ora produzem sentidos de exclusão.

Conforme assevera Orlandi (2007, p. 54), "o discurso é lugar de conflito, de falhas, de deslizes, e é nessa falta que se produzem os sentidos". Nessa toada, o acontecimento discursivo (nesse caso, o pandêmico), que propicia não apenas a ressignificação de sentidos, como também faz instaurar nova rede de dizeres, pelo modo como um fato social novo ou inesperado passa a ser discursivisado, isto é, passa a ser historicizado, revelou tanto seu potencial de sustentação do ensino, quanto seu papel de ampliação das desigualdades. Nessa direção, Gregolin (2007) postula que os efeitos de evidência ideológica, observados nos discursos, podem fazer com que a tecnologia que foi utilizada no período emergencial pandêmico apareça como solução natural, apagando as contradições e desigualdades que marcam sua implementação. Essa tensão entre inovação e precarização atravessa os discursos sobre o ensino durante a pandemia.

Notadamente, o acontecimento-pandemia reconfigurou, assim, a memória discursiva da educação, reinscrevendo sentidos sobre escola e tecnologia. Esses sentidos permanecem em disputa: de um lado, a escola como espaço insubstituível; de outro, a escola como ambiente virtualizado. De um lado, o professor como sujeito central; de outro, como executor de políticas digitais. Desse modo, as análises realizadas permitem compreender

que, embora Brasil e Portugal tenham enfrentado o mesmo acontecimento histórico, seus documentos oficiais produziram discursividades distintas, revelando posições ideológicas próprias sobre o papel da escola, do professor e da tecnologia. Ao inscrever sentidos de continuidade, equidade, digitalização e exclusão, esses textos não apenas regulamentaram práticas, mas também projetaram modos de compreender a educação em tempos de crise.

Assim, este estudo contribui para evidenciar a relevância da Análise de Discurso pecheutiana como ferramenta de leitura e interpretação de materialidades significantes, sobretudo em contextos em que a urgência histórica e social coloca em disputa os sentidos do ensinar e do aprender. Para além da pandemia, os efeitos discursivos aqui observados permanecem na memória da educação, atravessando políticas e práticas atuais e futuras. Cabe, portanto, à pesquisa acadêmica seguir problematizando tais discursividades, de modo a revelar as contradições, os silenciamentos e as possibilidades de resistência que se abrem no campo educacional.

Em síntese, reforça-se que os documentos oficiais analisados, ainda que se apresentem como textos técnicos e normativos, operam como materializações ideológicas, instaurando sentidos que legitimam determinadas posições e silenciamentos. É justamente nesse funcionamento discursivo que se evidencia a relevância da Análise de Discurso, pois permite compreender como, por meio da linguagem, o Estado produz e regula modos de significar a educação, projetando horizontes de ação que ultrapassam o momento histórico imediato e permanecem inscritos na memória discursiva das políticas públicas.

Referências

Brasil. (2020a). Ministério da Educação. *Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus — COVID-19*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 mar. 2020.

Brasil. (2020b). Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CP nº 5/2020, de 28 de abril de 2020. Reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 jun. 2020.

Brasil. (2020c). Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CP nº 11/2020, de 7 de julho de 2020. Orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jul. 2020.

Brasil. (2020d). Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CP nº 15/2020, de 6 de outubro de 2020. Diretrizes nacionais para a implementação do ensino híbrido e orientações para reorganização curricular*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 out. 2020.

Candau, V. M. (2008). Direitos humanos, educação e interculturalidade: As tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação, 13*(37), 45–56. https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000100005

Costa, M. V. (2000). *Políticas educacionais e discursos: Para além da crise*. Autêntica.

Courtine, J.-J. (2009). *Análise do discurso político: O discurso comunista endereçado aos cristãos* (V. Sargentini, Org. & Trad.). EdUFSCar.

Courtine, J.-J. (2016). Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. *Policromias (LABEDIS/UFRJ), 1*(1), 14–35.

Courtine, J.-J., & Marandin, J.-M. (2016). Que objeto para a Análise do Discurso? In B. Conein et al. (Orgs.), *Materialidades discursivas*. Editora da Unicamp.

Fonseca, F. I. (2005). *Educação, discurso e ideologia: Percursos da análise do discurso em Portugal*. Almedina.

Gregolin, M. R. (2007). *Discurso e mídia: A cultura do espetáculo*. Claraluz.

Indursky, F. (2016). *O discurso na história: Materialismo histórico e análise de discurso*. Parábola.

Instituto Federal do Maranhão. (2020). *Instrução Normativa nº 19, de 13 de março de 2020. Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal — SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).* São Luís, MA.

Orlandi, E. P. (2007). *Discurso e leitura* (4ª ed.). Cortez.

Orlandi, E. P. (2012). *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico* (5ª ed.). Pontes.

Orlandi, E. P. (2015). *Análise de discurso: Princípios e procedimentos* (12ª ed.). Pontes.

Pêcheux, M. (1997 [1969]). *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio* (4ª ed.). Editora da Unicamp.

Pêcheux, M., & Fuchs, C. (2014 [1975]). A propósito da análise automática do discurso: Atualização e perspectivas. In F. Gadet & T. Hak (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (P. Cunha, Trad., 5ª ed., pp. 159–249). Editora da Unicamp.

Portugal. (2020a). *Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril*. *Diário da República n.º 71/2020, 1ª série.* https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/14-g-2020-131393158

Portugal. (2020b). *Despacho n.º 6906-B/2020, de 3 de julho*. *Diário da República, 2ª série.* https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/6906-b-2020-137261501

Portugal. (2021). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 7 de julho*. *Diário da República, 1ª série*.

Santos, M. E. B. dos. (2022, outubro 27). A educação em Portugal entre pandemias. *Revista Seara Nova.* https://searanova.publ.pt/2022/10/27/a-educacao-em-portugal-entre-pandemias/

Serrani, S. (1998). *Análise do discurso educacional: Fundamentos e práticas*. Cortez.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar. **Revisão por Pares:** Simples-cega.

Todo o conteúdo da ***NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais*** é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.

Resgate e pós-resgate: Escritoras brasileiras do passado

Recovery and post-recovery: Women writers of Brazil's literary past

10.29073/naus.v8i2.1026

Recebido: 20 de novembro de 2025.
Aprovado: 2 de dezembro de 2025.
Publicado: 20 de dezembro de 2025.

Autor/a: Rossana dos Santos, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, rosanacassiadossantos@gmail.com.

Resumo

O trabalho de resgate de escritoras do passado vem sendo realizado no Brasil em especial a partir da década de 1980 e uma das referências, nesse sentido, é a *Antologia de Escritoras Brasileiras do Século XIX*, publicada em três volumes, nos anos 1999, 2004 e 2009. A obra foi organizada por Zahidé Muzart e contou com a colaboração de várias pesquisadoras, responsáveis por escrever os capítulos dedicados às escritoras. Assim, o objetivo neste texto será o de delinear o uso histórico do referido termo e ponderar sobre um certo incômodo em relação ao uso do termo "resgate" para os estudos de escritoras brasileiras do passado, a partir de uma espécie de revisionismo linguístico. Após essas décadas de trabalho com o resgate de escritoras, é preciso avançar em relação a essa etapa tão relevante de pesquisa, considerando o que chamarei de "pós-resgate". Se antes, uma das principais metas era a de elencar escritoras e suas obras esquecidas, já é tempo, agora, de consolidar esse trabalho e prosseguir para que essas obras voltem a circular de forma consistente e sejam efetivamente lidas e estudadas, além de contextualizadas nas diferentes épocas literárias.

Palavras-Chave: Escritoras do Passado; Literatura Brasileira; Resgate e Pós-Resgate.

Abstract

The scholarly endeavor to *recover* women writers of the past has been underway in Brazil particularly since the 1980s. A central reference in this trajectory is the *Anthology of Brazilian Women Writers of the Nineteenth Century*, published in three volumes (1999, 2004, and 2009). Organized by Zahidé Muzart, the anthology was produced with the collaboration of several researchers responsible for the chapters dedicated to each writer. This text therefore aims to examine the historical use of the term "recovery" and to reflect on the unease surrounding its application in studies of Brazilian women writers of earlier periods, drawing on a form of linguistic revisionism. After decades devoted to the recovery of these authors, it is now necessary to advance beyond this foundational stage into what I call the "post-recovery" phase. Whereas one of the primary objectives in the past had been to identify and catalogue forgotten women writers and their works, the present moment demands the consolidation of this scholarship. The goal now is to ensure that these works consistently re-enter circulation, are actively read and studied, and are situated within the literary and historical contexts of their respective eras.

Keywords: Brazilian Literature; Recovery and Post-Recovery; Women Writers of the Past.

Neste texto, pretende-se abordar uma questão que vem se delineando nos últimos anos, referente ao momento atual das pesquisas sobre escritoras brasileiras do passado, o qual será denominado pós-resgate. No entanto, cumpre antes que se fale sobre o resgate. Em relação ao nosso passado literário, o resgate de escritoras brasileiras tem sido fundamental. Desde essa gênese de pesquisa da literatura de autoria feminina do passado (principalmente a partir dos anos 1980, no Brasil), a palavra resgate tem sido utilizada, no entanto, atualmente, tem recebido certa contestação em relação ao seu uso. Essa contestação não se apresenta formalizada, com artigos, por exemplo, que sistematizem a argumentação sobre o tema, mas ocorre geralmente através de questionamentos lançados ao final de apresentações sobre o tema em eventos, por exemplo, ou em diálogo com pares no âmbito acadêmico, contestação essa que assinala uma dimensão de passividade associada à palavra

resgate, o que pouco corresponderia à realidade das escritoras em períodos anteriores, em especial as do século XIX e início do século XX. A própria estrutura social da época não lhes oferecia muito espaço literário, e recebia suas obras em um misto de crítica velada e condescendência. Não por acaso, muitas utilizavam pseudônimos por razões diversas, mas certamente no sentido de se resguardarem de uma exposição negativa pelo fato de serem escritoras. Portanto, escrever nesse momento nada tinha a ver com passividade. Logo, por que a defesa do uso dos termos resgate e pós-resgate?

Assim, torna-se pertinente delinear o uso histórico e conceitual do termo resgate e ponderar sobre o incômodo em relação ao uso do vocábulo para os estudos de escritoras brasileiras do passado, incômodo esse baseado em uma espécie de revisionismo linguístico. Se a iniciativa do questionamento, em um primeiro momento, aparenta ser positiva, ao apontar as limitações da palavra, especialmente por conta da passividade a ela associada, pode ser vista também como uma espécie de imposição de certa maneira de se considerar determinadas questões, ensejando e/ou provocando um apagamento de relevante trajetória teórico-crítica já empreendida.

A palavra resgate transcendeu seu sentido de dicionário, tornando-se um conceito literário usado e reconhecido. Abdicar de seu uso por cismar com seu significado enquanto verbete significa perder um espaço teórico-crítico tão duramente conquistado no campo das letras. Para quem pertence ao meio literário, a palavra resgate remete ao trabalho de pesquisa de escritoras indevidamente esquecidas no passado, por motivos vários, delineados pelo viés de diferentes preconceitos. No entanto, a palavra resgate não se refere somente às escritoras, mas a todo um processo de revisão historiográfica, que inclui autoria, obra, contexto hitórico-social, inclusive recepção crítica.

Isso posto, se os estudos dessa vertente do passado começarem a registrar diferentes palavras ou expressões, esse campo de pesquisa se ressentirá da ausência de um conceito mais amplamente reconhecível que assinale essa referida vertente. Outros termos ou expressões poderiam ser usados em substituição à palavra resgate, como "arqueologia literária" ou "revisão historiográfica", citados aqui apenas como exemplos de que, assim, como resgate, essas expressões, ainda que "poéticas" ou mais "técnicas", apresentam igualmente limitações. Em síntese, para quem trabalha nessa área, mais importa a dimensão conceitual e transcendente da palavra resgate do que seu significado *a priori* no dicionário. Ou seja, é primordial manter o uso da palavra resgate no sentido de se reconhecer sua abrangência ao longo das últimas décadas e consolidar essa vertente crítico-literária no campo literário. Condenar a utilização do termo terá como um de seus efeitos imediatos ensejar o uso de diferentes palavras e expressões em sua substituição, fragilizando ainda mais o trabalho nessa área. Dessa forma, expandiremos seu uso, e além de continuar a utilizar a palavra resgate, usaremos ainda e também a palavra pós-resgate, dela derivada e que a ela vem, diretamente associada, entendendo-a como um conceito com suas limitações, assim como outras palavras ao serem usadas como conceito também possuem fragilidades enquanto verbetes.

Como antes referenciado, o trabalho de resgate vem sendo realizado no Brasil em especial a partir da década de 1980 e um dos destaques, nesse sentido, é a antologia *Escritoras Brasileiras do Século XIX*, publicada em três volumes, nos anos 1999, 2004 e 2009. A obra foi organizada por Zahidé Muzart (1939–2015), uma das principais pesquisadoras sobre autoria feminina do século XIX — e contou com a colaboração de várias pesquisadoras em rede, responsáveis por escrever os capítulos dedicados às escritoras, com informações biobibliográficas e excertos de seus textos literários. Zahidé Muzart destaca o ponto de partida dessa pesquisa:

> No começo dos anos 80, no intuito de ministrar um curso sobre a presença da mulher na literatura brasileira, desejando incluir escritoras do século XIX, tive a grande surpresa de descobrir a quase total ausência da mulher nas histórias da literatura brasileira. Seria crível que as senhoras brasileiras não tivessem deixado uma linha escrita? Nem um conto, um pequeno poema, um soneto, um acróstico? E do que tivessem, porventura, escrito, nada guardaria algum interesse que merecesse o registro? (1999, p. 17).

Assim, a obra partiu de uma necessidade histórico-crítica de nossa literatura, uma vez que a historiografia canônica pouco ou quase nenhum espaço oferece à contribuição de escritoras. Uma antologia como essa não pretende oferecer alguma espécie de prerrogativa ao privilegiar apenas escritoras, mas se situa em um espaço de omissão histórico-cultural, tentando garantir um mínimo acesso a obras que não receberam a devida atenção em seu tempo. Tal iniciativa se faz muito necessária, pois mesmo atualmente, permanece uma percepção de que não houve escritoras no século XIX no Brasil ou de que houve poucas escritoras mesmo já no século XX.

Atualmente, porém, essa obra está esgotada e é vendida em sebos por altos valores. Também se percebe, entre pesquisadores/as de literatura uma "fé cega" nessa obra, considerando-a suficiente para essa perspectiva de resgate, julgando-a um ponto final na questão. Ainda que seu mérito seja reconhecido, isso está longe de corresponder à realidade. O último volume foi publicado em 2009 e estamos em 2025, percorrendo 16 anos de forma lenta, oscilando entre "tudo já foi dito a respeito" e críticas veladas ou nem tanto assim em relação às escritoras do passado, destacando-as por vezes como mulheres de classe social mais alta, com pouca consciência crítica, quase um cancelamento *a posteriori* de sua atuação social e literária, em um misto de ignorância e desinteresse pelo passado literário e, talvez, consequentemente descredibilizando/desvalorizando as pesquisas nessa área.

Ainda nesse sentido de resgate no Brasil, há que se destacar o trabalho de digitalização do acervo da Biblioteca Nacional, especialmente da Hemeroteca Digital, o qual tem permitido o acesso a materiais de época que foram negligenciados pela historiografia literária e agora estão sendo novamente acessados para a sua necessária revisão histórica e cultural.

Um dos textos resgatados por mim a partir dessa plataforma foi o romance-folhetim *Gazel* (1881), da escritora, musicista e atriz Luiza Leonardo (1859–1926). Durante algumas pesquisas sobre a autoria feminina brasileira do século XIX, encontrei informações sobre essa obra e a acessei através da hemeroteca da Biblioteca Nacional, em sua publicação original no jornal *Gazeta da Tarde*, do Rio de Janeiro, de 16 de março a 2 de abril de 1881. Todos os capítulos foram transcritos e tiveram a sua grafia atualizada, a edição conta ainda com um estudo crítico sobre a obra e o acréscimo de seis textos da autora, recolhidos de diferentes anos e edições de periódicos. Esse trabalho de resgate propiciou um novo acesso aos textos literários de Luiza Leonardo. O romance *Gazel* ficou no passado em forma de folhetins voltando a circular, agora em livro, somente em 2023. Um dos textos recolhidos, uma espécie de prosa poética intitulado "Aromas", foi dedicado à "alma adorável de Cruz e Sousa". Luiza Leonardo e Cruz e Sousa (186repla898) chegaram a integrar a mesma companhia teatral. Foram muitas as informações recolhidas sobre a escritora e sua obra, as quais se encontram registradas na referida edição. Então, não se trata apenas do resgate dos textos literários em si, mas ainda de seu contexto histórico-social. No entanto, há um longo caminho a ser percorrido, com a necessidade de leituras, estudos, pesquisas, que permitam conhecer de fato a contribuição literária da escritora. Consequentemente, além de tratar criticamente sobre a utilização conceitual da palavra resgate e a dimensão que ela contempla, torna-se necessário expandir seu uso, considerando o pós-resgate. Depois de décadas de trabalho com o resgate de escritoras é preciso ir além em relação a essa etapa tão relevante de pesquisa.

Se antes, um dos principais objetivos referentes ao processo de resgate consistia em uma revisão historiográfica, elencando escritoras e obras invisibilizadas, considerando contexto histórico-social e recepção crítica — já é tempo, agora, de manter esse trabalho de forma paralela, visar a sua consolidação e avançar para que essas obras voltem a circular de forma consistente e sejam efetivamente lidas e estudadas, além de inseridas em suas diferentes correntes literárias. No entanto, é importante destacar que, ainda que resgate e pós-resgate possam ocorrer ao mesmo tempo, o prefixo pós se faz valer, pois o pós-resgate seria um processo que se entende para além do fato de encontrar uma obra rara e garantir uma nova edição da mesma. Porém, ambas perspectivas literárias, tanto a que se relacionaria ao resgate quanto ao pós-resgate, pouca acolhida têm encontrado em um presente, em boa medida, imediatista e excludente.

Para as mulheres do século XIX, escrever já era um ato de coragem, uma transgressão e, nesse sentido, a pesquisa, que comumente se associa ao resgate, se situa nesse viés, de (re)descobrir textos literários e torná-los

públicos novamente, para que a historiografia literária brasileira possa ser mais fidedigna ao nosso passado. É importante destacar que esse movimento de resgatar/(re)descobrir obras distantes no tempo que vem sendo empreendido há várias décadas, está longe de significar que essas obras do passado estejam disponíveis para a leitura do público leitor atual. Essa perspectiva cronológica evidencia que, paralelamente à pesquisa que visa a constituição de um panorama literário mais amplo e inclusivo, com o acesso a textos que vieram novamente à luz de nosso conhecimento, é fundamental que essas obras tenham uma nova chance de serem estudadas de fato.

É importante conhecer esses escritos, perceber de que tratavam, sobre o que escreviam essas escritoras, por que boa parte da autoria feminina do passado acabou esquecida pela história e pela crítica literária, instâncias que, em sua maior parte, a consideraram como contribuição inferior, menor, secundária. Basta ler os sumários de livros de historiadores como Sílvio Romero (1851–1914), José Veríssimo (1857–1916), Antonio Candido (1918–2017) e Alfredo Bosi (1936–2021) para que isso se constate. Os nomes de escritoras são basicamente inexistentes nas historiografias desses autores citados.

Nessa perspectiva, a fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1897, apresenta-se como exemplo. Tornou-se conhecida a questão que envolveu a escritora Júlia Lopes de Almeida (1862–1934), cuja literatura era amplamente conhecida e reconhecida pelo público leitor de seu tempo, e que participou das primeiras reuniões para a fundação da ABL. Porém, seu nome foi vetado, porque não se admitiriam mulheres nesse espaço, considerado legitimador da literatura por excelência. O estatuto da Academia Brasileira de Letras apontava que "brasileiros" poderiam se candidatar para integrá-la, não "brasileiras"...

Há uma espécie de frase de efeito que muito vem sendo repetida ao longo do tempo: "Não importa quem escreve, mas o que escreve", lançada eventualmente no sentido de, de certa maneira, deslegitimar o estudo da autoria feminina. Porém, essa assertiva não passa mesmo de uma frase de feito, como bem o demonstra o exemplo da postura excludente da Academia Brasileira de Letras, essa sim, representante de outros setores da literatura que consideravam o sexo da autoria como critério para exclusão –, é preciso ir além dessa retórica vazia revestida de pretensa isenção que colabora para manter preconceitos e estigmas.

Para finalizar esse fato histórico da ocupação da vaga, como solução para resolver o impasse criado à época, foi concedida uma cadeira na Academia Brasileira de Letras a Filinto de Almeida (1857–1945), marido da escritora. Apenas 80 anos depois, em 1977, foi eleita a primeira mulher para a ABL, a escritora Rachel de Queiroz (1910–2003).

No entanto, essa questão da autoria feminina é mais profunda ainda e não se trata apenas de número de escritoras a ocuparem cadeiras em academias, ou número de prêmios concedidos a escritoras, embora isso também seja importante. Essa estrutura literária hegemônica atinge inclusive as próprias escritoras. Se no século XIX bastava uma mulher ser escritora e publicar seus livros para já ser considerado algo diferenciado e arrojado, conforme nos aproximamos desse nosso presente, torna-se relevante considerar a maneira como as escritoras se entendem no espaço literário. Muitas delas ainda se mostram tributárias a uma historiografia canônica que sempre praticamente ignorou sua presença, assim como, por vezes, apresentam sua obra a partir de uma espécie de ansiedade de autoria ou ansiedade de pertencimento ao espaço literário, tentando escrever para atingir expectativas de uma crítica literária por vezes preteritamente ancorada, repercutindo antigas questões associadas à autoria feminina e ao universo feminino, e se mostram muito ciosas de dizerem de pronto que escrevem ao amplo público leitor, e não somente às mulheres, como se uma literatura "intimista" ou de "escritas de si", ou ainda associadas às temáticas ditas femininas, fosse algo secundário ou de menor valor literário. O trabalho de escrita literária deveria ser mesmo uma escolha e não uma resposta no sentido de agradar ou reverenciar à pretensa universalidade da literatura.

Após essa contextualização do conceito literário resgate, será enfocado o pós-resgate, igualmente considerando-o um conceito literário. De maneira bastante preliminar e sintética, pós-resgate seria o processo de consolidação das obras das escritoras no campo literário hegemônico. São posturas primordiais associadas ao processo de

pós-resgate: ler, estudar, contextualizar literariamente autora e obra a partir da tríade historiografia, crítica e teoria literária, como também considerar a inclusão das obras no espaço hegemônico da literatura (constituído especialmente pelo espaço do ensino-aprendizagem). Como anteriormente pontuado, atualmente, há uma percepção sobre um certo desinteresse em relação às escritoras brasileiras do passado em contraponto às pautas "urgentes" do presente que se situa entre a perspectiva falha de que tudo já foi feito e a ignorância de não conhecer e, portanto, julgar que essas escritoras (por vezes consideradas de forma generalista como "senhoras de elite") pouco teriam a acrescentar.

É também perceptível o número restrito de pesquisadoras/es na área de literatura brasileira do passado. O maior contingente de pesquisas se concentra na literatura a partir do Modernismo. Além de boa parte de pesquisas nas quais a literatura brasileira se apresenta reduzida a "pretexto" para discussões teóricas. O que se pretende aqui destacar é a forma como o campo literário se delineia atualmente e como determinadas abordagens se tornam "desimportantes" e/ou "desnecessárias", enquanto outras são abordadas e valorizadas *ad infinitum*.

Assim, paralelamente ao resgate é preciso avançar para o pós-resgate, cumprindo considerar questões literárias fundamentais, tais como: sobre o que as escritoras do século XIX escreveram? Como elas se posicionavam naquele contexto de época? É relevante também pensar em como transitavam através dos movimentos literários do período, como o Romantismo, o Realismo/Naturalismo, o Parnasianismo, o Simbolismo. E avançar para as primeiras décadas do século XX, em especial os períodos do Pré-Modernismo e início do Modernismo. Até hoje, o ensino da literatura do século XX de autoria feminina está centrado de forma reducionista basicamente nos nomes de Cecília Meireles (1901–1964), Rachel de Queiroz (1910–2003), Lygia Fagundes Telles (1918–2022) e Clarice Lispector (1920–1977). As outras escritoras do passado praticamente não foram estudadas, não há uma inserção de seus nomes mais diretamente ligados a essas épocas literárias, no entanto elas conviveram nesse contexto, escreveram, foram lidas, leram, acompanharam a literatura de seu tempo. Resta, portanto, pensar: de que forma a sua literatura estaria posicionada nesse contexto?

Em relação à historiografia literária, Rita Schmidt destaca:

> [...] na gestão social e simbólica das diferenças, a história literária e as formações canônicas emergem como lugares histórico-político-discursivos, por excelência, do privilégio de um sujeito enunciador e, consequentemente, da procução textual de subjetividades hegemônicas. [...]. No momento em que a reflexão histórica remexe os dados estáticos e cumulativos da sua narrativa, abrindo-a para a diferença, a memória deixa de ser retrospectiva para ser prospectiva, em movimento para o futuro e, por isso mesmo, uma projeção de antigas esperanças (2010, pp. 179–180).

Se houvesse uma reflexão crítica a respeito de pesquisadores/as, professores/as, leitores/as sobre essas questões, provavelmente não passaríamos das primeiras etapas, constatando que boa parte não saberia da existência dessas escritoras do passado e, caso houvesse conhecimento de seus nomes, pouco ou nada teriam lido de seus textos literários. No caso de pesquisadores/as e professores/as, temos um cenário mais grave, pois suas pesquisas e aulas tendem a apresentar a literatura por um viés lacunar e excludente, perpetuando uma ignorância a respeito de nossa própria cultura ou, de certa forma, referendando que a literatura de autoria feminina seria mesmo inferior e secundária, pois essas pessoas, em grande medida, contribuem para "naturalizar" sua ausência. Esse cenário evidencia que ainda há um longo trajeto a ser percorrido para a composição da historiografia literária brasileira.

Historiografia literária brasileira essa que está essencialmente centrada na publicação em livros. Isto é, a imensa riqueza literária da publicação em periódicos não foi devidamente considerada por essa historiografia, o que explica porque romances como o já citado *Gazel* permaneceram por tanto tempo em quase completo esquecimento. A dificuldade de acesso aos periódicos de época e mesmo o fato de esses escritos terem sido praticamente ignorados pela historiografia e pela crítica literária fizeram com que parte de nossa literatura permanecesse negligenciada. Retomar essa literatura no presente também passa por essa percepção da importância em reconhecer o cenário de sua produção.

Constância Lima Duarte assinala em relação à relevância dos periódicos do passado:

> [...] redescobertos, muitos periódicos devem propiciar novas reflexões acerca da tradição literária das mulheres, da profissionalização das primeiras jornalistas, do papel das revistas e dos jornais na ampliação do público leitor e na conscientização feminina, além de revelar estratégias para driblar a censura e se expressar publicamente (2016, p. 19).

O trabalho de resgate de obras esquecidas de autoria feminina do passado é por si de extrema relevância e deve ser um processo contínuo, considerando-se o nível de esquecimento a que foram relegadas pelos espaços canônicos e legitimados da literatura. Faz-se necessário, no entanto, avançar em relação a isso, no sentido de se proceder à leitura e ao estudo das obras. Além da problematização criada em torno da palavra resgate (e talvez essa problematização atinja analogamente o pós-resgate), trabalhos, estudos e pesquisas necessitam considerar ambas as vertentes, de forma paralela. Usar apenas a palavra resgate (mesmo considerando sua carga histórica associada) limita a perspectiva da questão, pois resgate e pós-resgate estão imbricados.

Ao longo do tempo, tem havido avanços e mudanças no cenário literário, porém esses movimentos são instáveis e nos encontramos em um processo de consolidação em torno dos nomes de apenas algumas escritoras brasileiras do passado. Caso não haja um trabalho consistente através do pós-resgate, em breve, ou talvez já o estejamos fazendo, haverá o resgate do resgate. Ou seja, não basta retirar um texto do passado e publicar novas edições, é preciso mais para alterar uma estrutura literária estabelecida de forma rígida. Esses passos a mais incidem diretamente em relação à historiografia, à crítica, à teoria literária, além do viés didático da literatura no campo do ensino. Tais passos integram esse processo denominado de pós-resgate.

As mudanças e avanços ocorridos nas últimas décadas não foram suficientes para atingir de forma mais consistente e evidente a estrutura dos estudos literários no Brasil e as disciplinas e planos de ensino dos cursos de Letras bem o demonstram. Carecemos de materiais que considerem a presença da autoria feminina em nosso passado literário relacionados à historiografia, à crítica, à teoria literária, além dos materiais didáticos que possam subsidiar o trabalho docente com a literatura em uma perspectiva mais crítica e inclusiva — considerando-se os múltiplos desafios dessa proposição.

A consolidação desse caminho de resgate e pós-resgate passa pelo âmbito educacional em diferentes níveis, a partir de suas especificidades: Ensino Fundamental; Ensino Médio; Graduação e Pós-Graduação. Além das imprescindíveis novas edições originadas do resgate, o processo de pós-resgate deve ter por objetivo inserir de fato as escritoras ao contexto literário brasileiro. Por exemplo, em relação ao Romantismo, temos poetas/poetisas românticas, como Júlia da Costa (1844–1911), dentre outras, e ao menos duas romancistas: Ana Luísa de Azevedo Castro (1823–1869), a qual utilizou o pseudônimo de Indígena do Ipiranga, com *D. Narcisa de Villar* (1858 — folhetim; 1859 — livro) e Maria Firmina dos Reis (1822–1917), a qual utilizou o pseudônimo Uma Maranhense, com seu romance *Úrsula* (1859). Mais ao final do século XIX temos duas escritoras com extensa lista de obras literárias publicadas, como Maria Benedita Borman (1853–1895), a qual utilizou o pseudônimo Délia, autora de romances como *Aurélia* (1883), *Lésbia* (1890) e *Celeste* (1893); e Júlia Lopes de Almeida, que escreveu, dentre outros, os romances *A família Medeiros* (1892), *Memórias de Marta* (1899) e *A falência* (1901). Os estudos sobre as obras de Maria Benedita Bormann e de Júlia Lopes de Almeida as aproximam do Naturalismo, mas ainda estamos em um patamar incipiente e há muito a ser feito nesse sentido.

O pós-resgate é uma oportunidade para se pensar e reavaliar os rumos do resgate. O que se pretende afinal? Apenas reconhecer que as escritoras do passado existiram e eventualmente considerar a leitura de suas obras em volumes específicos somente com textos de autoria feminina, como um material anexo ou em apêndice, ou ocupar o espaço legitimado da literatura, com a inserção natural dos nomes de escritoras em diferentes períodos literários? Penso já ser tempo de que sejam lidas e estudadas nos diferentes períodos literários, sem a necessidade de antologias específicas ou de serem abordadas com certa aura de "romantização" das margens e exclusões.

Referências Bibliográficas

Almeida, J. L. (2007). *Memórias de Marta*. Editora Mulheres.

Almeida, J. L. (2019). *A falência*. Penguin; Companhia das Letras.

Almeida, J. L. (2021). *A família Medeiros*. Editora Carambaia.

Bormann, M. B. (1988). *Celeste*. Presença.

Bormann, M. B. (2014). *Aurélia*. Editora Mulheres.

Bormann, M. B. (2021). *Lésbia*. Editora 106.

Castro, A. L. de A. D. (1997). *Narcisa de Villar — Legenda do tempo colonial*. Editora Mulheres.

Duarte, C. L. (2016). *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX*. Autêntica Editora.

Muzart, Z. L. (Org.). (1999). *Antologia de escritoras brasileiras do século XIX* (Vol. 1). Editora Mulheres/Edunisc.

Muzart, Z. L. (Org.). (2004). *Antologia de escritoras brasileiras do século XIX* (Vol. 2). Editora Mulheres/Edunisc.

Muzart, Z. L. (Org.). (2009). *Antologia de escritoras brasileiras do século XIX* (Vol. 3). Editora Mulheres/Edunisc.

Reis, M. F. dos. (2004). *Úrsula*. Editora PUC-Minas.

Santos, R. C. (Org.). (2023). *Gazel: romance-folhetim de 1881 e outros textos, de Luiza Leonardo*. Editora da UFSC. https://editora.ufsc.br/estante-aberta/

Santos, R. C. (Org.). (2025). *Mariana Coelho (1857–1954)*. Biblioteca Nacional de Portugal.

Schmidt, R. T. (2010). Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. In R. Dalcastagnè & V. M. V. Leal (Orgs.), *Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea*. Editora Horizonte.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar. **Revisão por Pares:** Dupla-cega.

Todo o conteúdo da ***NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais*** é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.

A institucionalização dos estudos feministas: Representação, reconhecimento e resistência[1]

10.29073/naus.v8i2.1022

Recebido: 13 de novembro de 2025.
Publicado: 15 de novembro de 2025.

Autor/a: Adriana Bebiano, Universidade de Coimbra, Portugal, adrianabebiano@gmail.com.

Creio que vou ter de fazer um aviso como aqueles que às vezes fazem no início de filme: "este filme tem cenas que podem perturbar pessoas". Ou então "este podcast tem uma linguagem que pode incomodar". Não venho muito na linha do esperançar: venho mais na linha das perguntas duras. Também não é na linha do desesperançar: não é "*apocalipse now*". Mas trago perguntas que creio serem necessárias, neste momento de processo de institucionalização dos Estudos Sobre Mulheres, Feministas e de Género.

Em 1979, saía a público "The Wall", um álbum da banda britânica Pink Floyd, que incluía a canção "Another Brick in the Wall", cantada por um coro de jovens adolescentes: "*we don´t need no education, we don´t need no thought control. Teacher, leave them kids alone. Hey, teacher, leave them kids alone*".

À altura, eu tinha dezenove anos. Imaginava-me rebelde contra o sistema e cantava com entusiasmo e inconsciência o refrão dos Pink Floyd. Até que um professor de Literatura Inglesa, no ano seguinte, veio colocar água fria no meu entusiasmo. Dizia ele, e é verdade: Por que cantava este refrão um coro constituído por um grupo de miúdos de uma classe muito desfavorecida do norte de Londres, cuja única hipótese de ascensão social era justamente a educação? Colocá-los a cantar uma canção que era contra os seus próprios interesses, era eticamente questionável. Pode questionar a educação (formal) quem já tem as vantagens de ter tido educação.

Por outro lado, Louis Althusser, no muito citado ensaio "Aparelhos Ideológicos de Estado", de 1970, nomeia o sistema educativo como um desses aparelhos, reprodutores de sujeitos que acreditariam que o seu lugar na hierarquia social era natural, não estava sujeito a mudança.

Se esta análise é correta, e eu creio que sim, em larga medida, a pergunta que nos importa é: para que serve a educação? Mais propriamente, para que serve a educação universitária? Precisamos de Universidade? Focando agora na área que mais nos interessa, na área de Estudos feministas e de Gênero, há que perguntar se precisamos da sua institucionalização. Não estará a mudança social vinculada, antes do mais, às dinâmicas dos movimentos sociais? Por outro lado, e para esperançar, podemos pensar o sistema educativo, no qual se inclui a Universidade, como um lugar de interpelação da hegemonia, portanto, como um lugar de resistência? Nós, que aqui estamos, neste debate, no contexto dos Estudos Feministas e de Gênero, habitamos um paradoxo: a instituição como simultaneamente um lugar de disciplinarização e um lugar de resistência. Sobre essa questão, como noutras, ser feminista depende do lugar e do momento histórico, tanto nas ruas como na academia.

Conhecemos o processo de institucionalização nas vantagens que nos trouxe e nos dilemas que nos criou. Recuando à Primavera de 2017, vivíamos um momento de otimismo. Quando digo "vivíamos", falo da área de Estudos Feministas e de Estudos de Género em ambos os lados do Atlântico. Nas ruas, os movimentos feministas tinham ganho um novo fôlego com lutas e reivindicações de diversos teor, dependendo do lugar. No Brasil, só mais de um ano depois seria eleito o presidente que iria impor um *Backlash* antifeminista, tanto nas ruas como na academia.

[1] No âmbito do protocolo interinstitucional entre a Universidade de Coimbra e a Universidade Federal da Bahia, ocorreu aula inaugural no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, gênero e feminismo (PPGNEIM-UFBA), ministrada para comunidade académica.

Em 2017, a nossa academia parecia tranquila, seguia o trabalho iniciado na década de 1980, muito em conexão com as demandas e em resposta às demandas dos movimentos. Em Florianópolis, as pesquisadoras da Universidade Federal de Santa Catarina, também pioneiras nesta área, em associação com as pesquisadoras da Universidade Estadual, tinham criado, em 2005 um Instituto de Estudos de Gênero. Aliás, também foi em Florianópolis que tinha, muito tempo antes, em 1994 começado o evento *Fazendo Gênero*, que tem vindo a crescer e a reforçar os laços dentro do Brasil e, a nível internacional, entre instituições e pessoas que trabalham nessa área. Na Universidade Federal da Bahia, que agora me convida para esta palestra, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo, criado em 1983, criou em 2006 o seu Programa de Pós-graduação.

Na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o Mestrado em Estudos Feministas é criado em 2007, e, em 2015, é criado um novo Programa de Doutoramento, em colaboração com o Centro de Estudos Sociais. Se lembro essa cronologia, é para sublinhar o caráter recente, em termos históricos, do processo de institucionalização; este caráter recente faz com que nossa posição seja ainda frágil. Podemos ter vindo a adquirir reconhecimento e consolidação em alguns aspectos, mas não deixamos de ter ainda alguma fragilidade no contexto da academia.

Por que comecei por referir a Primavera de 2017? Por ser justamente um momento de otimismo dos Estudos Feministas em Coimbra na sua relação com o Brasil. Entre 05 e 27 de abril desse ano realizámos uma série de eventos, uma colaboração entre o Doutoramento em Estudos Feministas e a Associação de Estudantes Brasileiros (sic) da Universidade de Coimbra. Intitulava-se "Em trânsito: ser feminista entre Portugal e o Brasil". Ao longo desses dias desse mês de Abril, fizemos desde leituras de poemas a debates de diverso teor, houve instalações artísticas e comida, bebida e muita festa. O público foi sempre muito. Esse foi o último momento de festa entre nós, e, das festas, nós temos saudades.

Pensemos o que é a Universidade. Em si, em abstrato, é definida pela sua natureza progressista, protetora de valores humanos tidos como consensuais, um lugar de produção de conhecimento livre, de abertura e diversidade. Mas pensemos ainda: é a Universidade um espaço não contaminado pelos negócios? Pelo capital? Até que ponto serve Universidade a uma autorreprodução das elites? Ou até que ponto funciona como elevador social, necessitando ser, nesse caso, acessível a todos e todas?

Quando a Universidade é atacada, entendemos quase sempre que é por forças retrógradas, como aconteceu recentemente no Brasil, como está acontecer na Hungria, como está a acontecer em Michigan. Ora, pelo menos desde a década de 1980, nós, as Universidades, pelo menos as Universidades do Ocidente, mas não só, entrámos no modelo Universidade-empresa, direcionado para a produção, produção essa medida rigorosamente em números que são rigorosamente vigiados e que contribuem para os *rankings*. O lugar no *ranking* por seu lado, é necessário para atrair novos "clientes" — e eu uso essa palavra deliberadamente, "clientes", que financiam as Universidades. No caso de Portugal, diferentemente do Brasil, mesmo as Universidades públicas como a de Coimbra, cobram propinas. A lógica do mercado encontra-se instalada e parece que está para durar.

O corpo docente e de investigação, é pressionado no sentido de contribuir para esses lugares no *ranking*, é pressionado para publicar mais, mesmo que sempre à roda da mesma coisa, e mesmo que ninguém leia. Tal como nas empresas, o que importa é produtividade medida em números. O capitalismo acadêmico pode parecer uma contradição, mas é um princípio de gestão das Universidades e centros de investigação que estão em competição feroz por um financiamento parco.

Assim, o conhecimento avaliado em números, não considera uma avaliação qualitativa. Essa concessão de Universidade à lógica do mercado tem efeitos perversos na autonomia e liberdade de investigação, que exigem tempo e sossego — e eu sublinho isto — para ler, pensar e só então escrever.

Agora a pergunta: até que ponto os Estudos Feministas, por natureza insurgentes, são cúmplices nesta lógica de mercado? Dito de outra forma: estará a insurgência reduzida a uma estratégia retórica? À repetição da palavra até que se esvazie de sentido, uma vez que não encontra tradução em práticas alternativas?

Uma frente de combate desde os primeiros feminismos, desde as primeiras vagas ou ondas dos feminismos, tem sido o acesso à educação, combate esse que permanece em várias geografias e contextos políticos.

Não sei muito do Brasil, mas tenho dados de 202, do Boletim Estatístico da Secretaria da Igualdade de Gênero do Governo de Portugal. Só vos quero dizer que em 2021, entre 54% e 56% dos/as estudantes que ingressam no ensino superior são mulheres, e a porcentagem das pessoas que terminam o doutoramento que são mulheres é 52,1%, e este número é recente. Portanto, a entrada na faculdade já virou, e já foi feminizada há vários anos.

Só em 2022 é que aconteceu a viragem na conclusão do doutoramento. Isto significa a feminização da educação. No entanto, quanto mais sobe na hierarquia, mais essa feminização se esbate. O mesmo não se passa com o corpo docente, ainda predominantemente masculino, e quanto mais se sobe na carreira académica, mais masculino é o corpo docente. As mulheres ocupam lugares mais baixos na carreira, e também ocupam, em maior número, os lugares precários.

Tenho uma longa lista de nomes de académicas e académicos, que aqui não vou mencionar, mas que são interessantes para pensarmos, a partir deles, até que ponto são relevantes, e a quem importam. São importantes para os Estudos Feministas? Se nós pensarmos os Estudos Feministas não exclusivamente como uma área na academia, mas como uma forma de estudar, de refletir a sociedade, que é socialmente relevante, para além da academia, que nomes importam? A academia continua fechada em si própria. Está fechada em si própria quando falamos de Estudos Feministas? Essa é a grande questão.

Pergunto aqui para que serve o nosso trabalho; desde logo, se a feminização do ensino superior resulta num maior empoderamento das mulheres. A insurgência depende do lugar. Primeiro, quisemos o acesso à Universidade. Depois, quisemos o reconhecimento pelo tipo de conhecimento que produzimos, e só a Universidade garante a legitimação e a autoridade desse conhecimento. E esta é uma tarefa que, como nós sabemos, não está concluída.

No entanto, tivemos a pouca sorte, ou o que eu considero a pouca sorte: o tempo histórico da nossa institucionalização coincidiu com o tempo histórico da transformação das Universidades em empresas. Isto é uma ideia que está no meu resumo para esta palestra, que Vanessa Ribeiro leu. Assim, se no início o combate tinha um alvo facilmente identificável — a hegemonia masculina dentro da Universidade —, com a mudança da natureza da Instituição outras perguntas se colocam. Nos Estudos Feministas e de Gênero há um trabalho de auto-interrogação a fazer. A Universidade é ainda imaginada com um bem em si, um lugar de liberdade, de criação, de conhecimento, de alguma forma desvinculado ou não contaminado pelo comércio, essa palavra feia, ou pelo capital, essa palavra que nós dizemos que combatemos.

No entanto, há cerca de três décadas que vivemos num outro modelo, o da Universidade-empresa, governada segundo uma lógica de empresa, que passa por clientes que pela contratação de serviços por agências financiadoras, e por metas de produção. Esta lógica conduz a uma cultura de permanente avaliação da performance, que se mede em números, como já mencionei. A publicação de artigos tornou-se uma indústria com efeitos perversos para a qualidade do conhecimento que se produz, desde logo pelo preço exorbitante dos livros e do acesso às plataformas que detém os direitos sobre os artigos.

Investigadores e investigadoras nos diversos estágios da sua carreira, desde a sua fase da pós-graduação, são sujeitos a permanente escrutínio, não do que dizem ou do que fazem, mas do quanto dizem ou quanto fazem. Isto cria uma grande ansiedade em quem está na academia, e eu quero sublinhar a ansiedade porque vou voltar a ela. Por um lado, a produtividade é essencial para a captação de financiamento, para a obtenção de empregos e para os concursos de progressão na carreira.

Pergunta: quando a sobrevivência material das pessoas está em causa, é possível ser insurgente? É razoável exigir das pessoas mais jovens resistência? Essa palavra que usamos em áreas de estudo politicamente comprometidas, como a nossa? Por que continuamos a insistir então nestas palavras, se, em rigor, não pudemos praticar a insurgência, e, em particular, não a podemos exigir às pessoas mais jovens. Até que ponto, e quais são

as reais possibilidades de resistência que temos, e quem as tem, porque não estamos todas no mesmo lugar, individualmente as nossas possibilidades são diferentes.

Gostaria de falar um bocadinho dos efeitos perversos dos nossos constrangimentos. Desde logo a multiplicação dos artigos frequentemente repetitivos — e por favor não digam que não — paradoxalmente acompanhada por uma obsessão pelo novo, a *buzzword* que encontramos em projetos, artigos e relatórios académicos. Que novo é esse? Por vezes, traduz-se na criação de "novos" — com muitas aspas — conceitos que, de facto, nada acrescentam ao conhecimento anteriormente produzido. Quantos artigos é que várias de nós já abandonaram depois de ler duas ou três páginas? E essas pessoas que os escreveram trabalharam com honestidade, não é?

Um outro sintoma desta ansiedade da academia é visível na retórica usada na escrita de artigos. Uma vez que o conhecimento tem de ser validado, e muito bem, recorre-se a citações da literatura anterior na área, e muito bem. Acontece que frequentemente, somos confrontadas com uma única frase de duas linhas, ou por vezes só de uma linha, e logo entre parênteses temos dois, três, quatro, seis referências. Isto torna o texto ilegível. Para além do seu impacto estético, que prejudica a leitura, tem o efeito de deixar pouco espaço para o pensamento original da autora ou do autor.

O número de referência diz-nos apenas que a autora, ou o autor, leu aquilo e mais nada. Leu muito? Será que leu? Se uma leitura atenta, genuinamente interessada no assunto, vai verificar as referências, isto é, ler, genuinamente ler os artigos referenciados, frequentemente verifica que não, não era nada daquilo que era discutido no projeto, não era aquela a posição.

Ora, num primeiro momento, esta não confirmação das ideias trazidas e citadas, quando se lê o texto original, é compreensível. Afinal, a linguagem é polissêmica, e todas as categorias analíticas estão elas próprias abertas a processos de significação, o que quer dizer que deviam ser ponderadas, discutidas, e, possivelmente, ressignificadas. Mas, para isso, seria necessário tempo, o que a investigadora que escreve o artigo não tem, prisioneira que está da ansiedade de dar provas de sua produtividade, da qual depende a sua sobrevivência material. Quero deixar aqui muito claro que não estou a criticar as pessoas. Estou a criticar o sistema que produz nas pessoas este tipo de comportamentos e que os reproduz.

Outra das palavras que se tornou sagrada no regime dominante é "metodologia". Os concursos a financiamentos, a elaboração de projetos, exigem todos que se preencha este item. Porquê? Porque é aquilo que garante a "cientificidade", porque isto também é uma obsessão com a "cientificidade" do que se escreve, que é de onde vem a autoridade.

Ora, há que lembrar que este é um modelo de conhecimento-ciência que vem das ciências sociais, que o foram importar das ciências exatas. Na verdade, é um modelo imposto a partir das ciências exatas, e não há razão nenhuma para nós nos submetermos, ou para, pelo menos alguns projetos, se submeterem a esse modelo. Outros deverão, depende. Há que acolher a variedade.

Ora, eu sou das Humanidades, tenho formação em literatura, e no lugar de onde venho, a metodologia é ler, pensar, escrever. A minha pergunta, uma vez que eu venho das Humanidades, aquela "coisa" que supostamente não tem metodologia: ler, pensar, escrever, não devia ser também de esperar de todas as outras disciplinas? De todas as áreas científicas? Não é essa a base do conhecimento científico? Não é umas pessoas para fazerem uns projetos "engraçados" e as Humanidades todas a pensar em paralelo, porque são as Humanidades que exigem pensamento. Supostamente.

Agora, a pergunta dolorosa, e dolorosa para nós. Uma vez parte da instituição, da qual precisamos para ter a nossa voz, e validade enquanto produtoras do conhecimento, podem os Estudos Feministas e de Gênero viver à margem dessa lógica, desobedecer-lhe? Estamos perante um dilema. Ou seguimos as regras e produzimos tal qual as outras áreas, conhecimento pouco original e pouco relevante, mas reconhecido nos números; ou não a seguimos, e, na competição, perdemos o nosso lugar à mesa, que é um lugar recente e ainda frágil, e que não

podemos dar por adquirido. Não há progressos irreversíveis, não há conquistas definitivas. Basta lembrar [a situação política] nos anos recentes no Brasil.

Quero referir apenas mais um aspecto do efeito perverso da institucionalização, ou melhor, da institucionalização ter acontecido no momento em que aconteceu. Quem nos lê; já não é quem escreve ou o que escreve, mas quem nos lê. Quem queremos nós que nos leia? E uma pergunta relacionada: a quem serve os Estudos Feministas e de Gênero? Portanto já não é para que servem, mas a *quem* servem.

A ansiedade coletiva e a ansiedade individual — e é bom que se diga que ansiedade é a palavra que mais repito nesta conversa —, de quem trabalha na instituição, tem ou pode ter uma outra consequência, a de guetização, quer dizer: a academia a escrever para a academia, numa linguagem opaca e autorreferencial.

Textos que pedem outros textos, que remetem para outros textos, produzem um falso efeito de multiplicidade, mas que está de facto a falar em circuito fechado. Temos o regresso à Universidade enquanto "Torre de marfim", desvinculada do social. Mesmo nesta área, e mesmo nestas áreas em que se diz e que se quer socialmente relevante, não só os Estudos Feministas, mas os Estudos Feministas e as outras áreas que se dizem socialmente relevantes. Estudos pós-coloniais, por exemplo, e coisas afins. Vivemos no mesmo paradoxo.

Nem tudo são constrangimentos ou efeitos perversos. Podemos argumentar que há duas vertentes na academia, que faz, que fazem ou que nos fazem sair do circuito fechado: a vertente pedagógica e as atividades de extensão dirigidas a um público não acadêmico, ou a uma formação informal, se quiser.

No entanto, como a maior produção é no sentido da publicação, a única atividade que é mensurável e reconhecida enquanto produtividade. Quantas vezes não fica a atividade pedagógica para outro lugar nas nossas prioridades.

Dentro do trabalho pedagógico, eu arriscaria a dizer que serão nas aulas do nível de graduação que têm mais impacto e que mais contribuem para a mudança social. Mais do que as aulas de graduação, mestrado e doutoramento, e porquê? Quem vai frequentar uma pós-graduação em Estudos Feministas, está "convertida". Pertence ao grupo das pessoas convertidas, não precisa ser convertida, enquanto alunos e alunas que entram nas salas de graduação muitas vezes não sabem muito bem o que veem, e não têm noção. Eu posso e tenho convertido alguns, e aí me sinto poderosa, mas é raro.

Quero só contar uma *petite historie* (? 34:50) para exemplificar isto. Não tem muitos anos que um aluno brasileiro me disse, muito convicto, e até se zangou comigo, que no Brasil não havia um problema de violência doméstica. "Isso no Brasil não há!", e ficou zangado comigo. Era bom rapaz, devo dizer. Era inteligente, mas tinha esta falta de consciência. Portanto, eu creio que é a nível de graduação que este trabalho pedagógico é mais importante. Com as outras pessoas, na pós-graduação e já inseridas na investigação, não há esse combate.

Pensando ainda na relevância social do nosso trabalho, e no seu impacto junto das comunidades em que estamos inseridas, uma palavra sobre aquilo que, aqui em Portugal, se chama "atividades de extensão". A participação em conversas, debates, com discussões relevantes com públicos não acadêmicos, podem ser com associações, podem ser promovidos por bibliotecas, a variedade e as possibilidades são imensas.

A participação nesse tipo de atividade pode ser muito satisfatória. Das coisas que eu mais gosto de fazer, devo dizer. Estou em crer que têm impacto justamente junto das pessoas cuja educação formal é menor, pessoas que não tiveram outras oportunidades de refletir sobre outras questões, que fazem parte do nosso quotidiano. No artigo que partilhei com as organizadoras deste evento, conto uma história dessas, da minha participação numa atividade dessas, e não vou repeti-la, obviamente.

O problema é que este, tal como o trabalho pedagógico, é um trabalho nada valorizado na avaliação académica. Não é reconhecido como divulgação de conhecimento, não se reconhece que é preciso conhecimento para fazer, é tido como conversa; sendo assim, não surpreende que seja o tipo de trabalho frequentemente descurado, porque "não conta", e nós precisamos do que "conta".

Tendo falado do contexto e dos constrangimentos em que estamos situadas, vou focar-me agora nas possibilidades de resistência, nomeadamente a prática da sororidade. Não é fácil, nem sequer simples de definir. "Eu vos digo, manas, com quem tanto em surdo me tenho desavindo — tomais estas coisas demasiado a sério cada uma como cada qual[...] Não preguemos, pois, manas, a realização das mulheres e a sua libertação[...]". Este é um excerto da carta sete de *Novas Cartas Portuguesas*, obra certamente conhecida pela maioria de vós, e publicada em 1972, dois anos antes da Revolução que derrubou o Estado Novo em Portugal, por Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa e Maria Teresa Horta.

O caso das Três Marias criou uma grande onda de solidariedade internacional e é até por vezes apresentado como o maior evento feminista do século vinte em Portugal, mas isto é uma outra história, e não vou falar disso. Neste livro notável, as vozes de Anas, e Marias, e Marianas, desdobram-se, multiplicam-se, por vezes confluem e confundem.

Nas manas, encontramos sororidade, mas uma sororidade polifônica, e não uma voz única. Tenho sido frequentemente confrontada em aulas, em conversas, mas também em debates acadêmicos com a acusação, e eu sublinho *acusação*: "as mulheres não são unidas", ou ainda a versão: "as feministas não são unidas", ou "as feministas deviam unir-se" Mas unir porquê?, pergunto eu. Respondo sempre, ou quase sempre com uma pergunta: mas porquê? O que provoca algum desconforto, e se eu estiver em contexto feminista, provoca muitas vezes hostilidade.

De facto, os confrontos, por vezes numa linguagem violenta, são bastante frequentes nos feminismos, na academia e nos movimentos e apontados como uma fragilidade, tanto por quem está da parte de fora, como da nossa parte, entre nós. Ora, não há um feminismo, mas feminismos. Plural. Não estou a inventar nada. E o meu lugar, ou aquele em que me inscrevo, se é que me inscrevo — porque também é isso, não sou obrigada a inscrever-me —, não é necessariamente melhor do que outro feminismo.

E se esta posição de aparente fragilidade fosse, pelo contrário, uma força? Não cacofonia, mas polifonia, desde logo porque polifonia traduz a imensa variedade do humano.

Nós devemos aceitar as mulheres e outros sexos como plenamente humanos, na sua complexidade. "[...]manas, com quem tanto em surdo me tenho desavindo", diz a voz das *Novas Cartas Portuguesas*. De facto, as desavenças — adoro esta palavra, que é uma palavra que saiu do discurso português do quotidiano — estão inscritas na gênese dos movimentos feministas desde a chamada primeira onda ou primeira vaga, que combatia, em primeiro lugar, e simplificando, pelo sufrágio. Vamos pontuar que eu uso o exemplo do Reino Unido; mas uma vez que trabalho literaturas e culturas inglesas, é o lugar de onde venho, eu vou usá-lo. Há pouco mais de cem anos, no Reino Unido, o movimento sufragista dividia-se em "sufragistas" e "sufragetes". As sufragistas do National Union of Women's Suffrage Societies, formada em 1857 por Millicent Fawcett; e as sufragetes, da Women's Social and Political Union, fundada em 1903 por Emmeline Pankhurst. Estas são as duas grandes mães dos movimentos feministas ingleses.

Havia, já então, muitas outras associações que não vêm aqui ao caso, para efeitos do que tenho vindo a tratar, a saber a pluralidade dos feminismos, importa esta fractura: as sufragistas e as sufragettes, que levou muitas vezes a combates ferozes.

Umas advogavam a via legal para a obtenção do sufrágio, através de petições, alianças com homens poderosos com quem eram amigas ou casadas, ou pais ou irmãos, e o uso do *lobbying*; enquanto as sufragettes optavam pela ação directa, a partir montras, enviavam cartas-bomba, incendiavam propriedades. Nunca feriam ninguém e faziam questão de dizer isso. Nunca provocaram vítimas humanas, mas eram desregradas, não tinham um comportamento "de senhoras", não é?

Millicent Fawcett e suas seguidoras cuidaram de fazer pública a distinção entre uma e outra — entre sufragistas e sufragetes —, e de demonstrar o seu estatuto socialmente respeitável, que defendiam ser crucial para o

sucesso da causa, enquanto as táticas das sufragetes seriam contraproducentes, afastando o público geral da causa.

Agora, desengane-se aqui quem pensar que estas são guerras antigas e que pertencem à história, entendendo-se a história como um passado que está encerrado. Obviamente que a história não é isso, mas é um entendimento muito comum da história; o passado persegue-nos. Quando menos esperamos, lá está.

Também na história dos feminismos nós assistimos àquilo a que se chamam as guerras da memória. Desde logo, a história dos feminismos britânicos, ao longo de todo o século XX, foi escrita pelas herdeiras das sufragistas. E as sufragetes foram marginalizadas dessa história.

Não foram marginalizadas por homens, não pode ser o heteropatriarcado responsável por esta marginalização. São combates, são cisões, dentro dos próprios movimentos feministas e dentro da historiografia feminista. As sufragetes foram entretanto recuperadas, foram resgatadas para a história no fim do século XX, e já neste século. As histórias dos feminismos são várias. Mais interessante do que isto é uma recente "guerra das estátuas".

Ora, toda a gente está agora muito consciente, depois dos dois últimos anos, da importância das estátuas, a quem comemoramos, onde comemoramos, que fim servem as estátuas no espaço público. Esta guerra das estátuas à qual me refiro é uma guerra muito mais discreta, mas foi igualmente feroz. E começa entre 2017 e 2018.

Em 2018, foi colocada uma estátua de Millicent Fawcett — portanto, da linha das sufragistas — na Praça do Parlamento, em Londres. Ora, as atuais herdeiras da fação de Emmeline Pankhurst, a outra — esta é uma história em versão simplificada — ficaram indignadas. Entendem que neste lugar nobre, na Praça do Parlamento, devia estar a estátua de Pankhurst, e não a de Fawcet. No entanto, existe uma estátua de Emmeline Pankhurst em Londres, desde 1930. A de Millicent Fawcett é de 2018, esta é de 1930. Só que não é num sítio tão nobre. É num lugar um bocado esconso, num jardim. Até perto do Westminster, mas é um jardim, não tem aquela nobreza da Praça.

Bom, nós sabemos da importância destas coisas; mas esta pequena história, esta briga, parece espúria. O que que justifica este grau de paixão? Porque foi um debate muito apaixonado entre diversas pessoas ao longo de muitos meses. E a pergunta seguinte: A quem importa? Será que importa?

No contexto desta palestra, para mim importa simplesmente porque é um exemplo para mostrar que as desavenças fazem parte da nossa história e da nossa genealogia, e que são naturais, ou se quisermos, são práticas habituais. Gosto de olhar as desavenças como sinal de pluralidade e de dinâmica. Contra o pensamento único.

Vamos voltar à sororidade. Somos obrigadas à sororidade por sermos mulheres? Vamos deixar em suspenso a categoria "mulher", que nos levaria a toda uma outra discussão. Vamos usar o essencialismo estratégico e vamos fazer de conta que esta categoria, em si, não é problemática. Vamos suspender a descrença. Quando me perguntam, ou alguém me pergunta, em qualquer contexto, porque é que as mulheres não são unidas, respondo sempre "e porque têm de ser?". A tal pergunta que gera hostilidade. Seria o consenso mais adequado? Mesmo em termos estratégicos, pensemos mesmo em termos estratégicos.

Não é o consenso sempre conseguido pelo triunfo da voz mais forte contra a voz mais fraca? A pergunta dolorosa aqui, neste momento, é: a quem é que nós excluímos? Porque não se inscreve na "linha justa"? E qual é a linha justa? A linha justa é aquela que "eu" — impessoal — subscrevo. No nosso momento histórico são muitas as questões fracturantes entre as feministas, para além de questões relativas à classe social e à raça. A prostituição, por exemplo, o trabalho sexual, ou a pornografia: pode haver uma pornografia feminista? Ou questões relativas à transexualidade: as mulheres transsexuais são mulheres?

Em contexto puramente académico, há ainda uma grande fractura, que é também cumplicidade: a diferença entre as divergências entre Estudos Feministas e Estudos Queer. Nós procuramos trabalhar no sentido da cumplicidade, mas, na verdade, muitas vezes isto constitui uma fractura.

São estes debates em curso que são ferozes, uma fragilidade? Constituem um erro? Não me parece. O que me parece um erro é a defesa de verdades absolutas que conduzem a cavar trincheiras. À fé, a "o meu feminismo é melhor do que o teu". Os absolutos criam exclusão, marginalização e ostracismo. É eticamente aceitável? Num campo que procura falar do plenamente humano, para todos, mulheres, homens e pessoas não binárias, e todas as categorias de outras pessoas, que outras pessoas venham a reivindicar e que venhamos a incluir em conversas futuras.

Voltemos à sororidade, que parece esquecida, mas não está, não me esqueci. Podemos redefinir o conceito de forma a torná-lo simultaneamente mais flexível e mais abrangente. Nós herdámos da Revolução Francesa a fraternidade, junto com a liberdade e a igualdade, princípios inseridos na "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", assim mesmo, com o falso neutro masculino, mas estávamos em 1789 e não vamos cobrar do passado.

Dois anos depois, em 1791, Olympe de Gouges escreve os "Direitos da Mulher e da Cidadã", por entender que na declaração anterior as mulheres teriam sido excluídas da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Fraternidade veio, de então para cá, a ser progressivamente mais usada como uma palavra não sexuada, significando um amor ou afeto em relação ao próximo, independentemente da sua identidade sexual.

Uma das narrativas de origem da sororidade tem o seu início em 1970, na publicação da antologia de textos feministas, *Sisterhood is Powerful*, editada por Robin Morgan. Há outras narrativas de origem, como em tudo. Quando os movimentos feministas de segunda vaga criam e usam sororidade como slogan, fazem-no com uma marca identitária forte, convocam a união entre as mulheres — assim mesmo, sem problematização —, e fazem-no sublinhando: 1, que a linguagem é sexuada, não há palavras neutras, e 2, que as mulheres, ou os corpos biologicamente "fêmea", viviam numa situação de subalternidade social, numa hierarquia binária que dava poder ao masculino, uma subalternidade que era vivida nas suas circunstâncias materiais, que era estrutural e transversal a todas as sociedades.

Naturalmente que hoje, 50 e tal anos depois, temos a consciência da existência de outros factores, e que usamos, por conveniência, a categoria analítica da interseccionalidade, que não nos resolve todos os problemas, não resolve o problema da hierarquia de opressões, por exemplo, mas que resolve grande parte dos problemas no sentido da inclusão cada vez maior da variedade de mulheres e de pessoas.

O problema da sororidade é ter sido usada como algo que nos é socialmente imposto, e no sentido mais circunscrito do termo. E mais grave, a sua aplicação é rigorosamente vigiada. Se não estamos solidárias com todas as mulheres e todas as lutas das mulheres em todo o lado, somos objeto de censura.

Assim entendida, a sororidade é um instrumento de coação, é um instrumento de opressão e não um instrumento de emancipação. Como podemos pensar a sororidade como um instrumento emancipatório? Mais próximo da ideia da responsabilidade perante o humano e, quem sabe, até nem sequer necessariamente sexuado. Mais próximo do imperativo ético de, enquanto seres humanos, cuidar do humano na sua vulnerabilidade. Isto é, pensar a sororidade como um vínculo ético antes de ser um vínculo político, deslocando o conceito da política para a ética. Na verdade, seria colocar sororidade muito próxima da ética do cuidado, com as propostas da ética do cuidado.

A pergunta que agora se impõe, e a última pergunta importante, as outras são dependentes desta, é possível ou como praticar a sororidade em contexto académico?

Como vimos, vivemos na instituição, mas ainda num lugar frágil. Para mantermos esse lugar, para que a nossa voz seja ouvida, temos de obedecer às regras da Universidade. Todas as regras. O tempo todo. Podemos, e eu creio que podemos optar por meios mais coletivos da construção do conhecimento. Algo que a Márcia mencionou no início ao falar do vosso grupo de investigação, portanto formas coletivas de construção do conhecimento, incluindo nesse trabalho a partilha de emoções, a empatia e o cuidado. Incluindo neste trabalho conversas "inúteis". Tempo para o riso e para o choro, partilhados.

"Emoções", essa palavra interdita na academia. Porque é uma palavra sexuada. As emoções são atribuídas às mulheres, enquanto a razão aos homens pertence. Sabemos, ou eu suponho que sabemos, que a razão é também um conceito vazio. Que a razão é um instrumento retórico usado na divisão sexual do trabalho. Temos medo de usar "emoção" porque estamos a lutar por um lugar num espaço caracterizado pelo triunfo da razão.

E se não tivéssemos medo? Como diz a voz de Ana, ou de Maria, ou de Mariana, não lembro ao certo, no excerto de *Novas Cartas Portuguesas* que vos li há bocadinho, que é como quem diz há meia hora, "A liberdade hoje, Manas, é a persistência do riso de quem aguentá-lo pode sem esgarro."

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar.

Todo o conteúdo da ***NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais*** é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.

Primeira biografia do marquês de Pombal, de José de Mendonça (2025)

10.29073/naus.v8i2.1018

Recebido: 7 de outubro de 2025.
Publicado: 20 de dezembro de 2025.

Autor/a: Luiz Oliveira, Cátedra Marquês de Pombal, Brasil, luizeduardo@ufs.br.

Foi lançada em maio de 2025, pela editora Temas e Debates, a *Primeira biografia do marquês de Pombal*, de autoria atribuída a José Francisco Miguel António de Mendonça (1725–1808), reitor da Universidade reformada de Coimbra entre 1780 e 1785 e Cardeal-Patriarca de Lisboa a partir de 1786. A obra, que tem um total de 430 páginas, foi coordenada por Alícia Duhá Lose, paleógrafa e professora da Universidade Federal da Bahia, que, em parceira com o pesquisador Rafael Magalhães, transcreveu e fixou o texto, escrevendo também um exaustivo "Estudo Introdutório". O prefácio, muito esclarecedor a respeito do carácter complexo e controverso da ação política e do significado histórico do marquês de Pombal, é assinado pelos historiadores Pedro Calafate, Viriato Soromenho-Marques, ambos da Universidade de Lisboa, e José Eduardo Franco, da Universidade Aberta de Portugal, que dirigem o projeto de investigação e preparação da obra completa pombalina, através do projeto Pombalia (Referência PTDC/HAR-HIS/32197/2017).

Além do cuidado da edição e da bela capa que lhe serve de atrativo - que traz a reprodução do triplo retrato *Concordia Fratrum*, encontrado no teto do Palácio dos Marqueses em Oeiras, representando Sebastião José de Carvalho e Melo (1699–1782) e seus dois irmãos: Paulo António de Carvalho e Mendonça (1702–1770) e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701–1769) -, o livro tem, pelo menos, dois aspetos que o tornam muito especial: 1) foi escrito por um contemporâneo do marquês, e 2) foi finalizada ainda em vida do valido de D. José I (1714–1777). Como explicam Alícia Duhá Lose e Rafael Magalhães, no já referido "Estudo Introdutório", o texto foi composto entre o reinado de D. Maria I e D. Pedro III e os últimos anos da vida de Pombal, chegando até os nossos dias em três manuscritos: o *Códice 132* do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia, em Salvador, Brasil, sem título ou indicação de autoria; as *Memorias de El Rey Dom Jozé I*, documento depositado no Arquivo da Universidade de Coimbra, com dimensões e conteúdo semelhante ao *Códice 132* e autoria atribuída, por Jardim de Vilhena, em artigo de 1933, ao Cardeal-Patriarca de Lisboa José de Mendónça, isto é, D. José Francisco Miguel António de Mendonça (1725–1808); e a *Historia politica economica do reinado do S. Rey D. Jozé I*, encontrada na Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo, que foi produzido pelo mesmo *scriptor* do documento do Mosteiro de São Bento. Segundo os autores, o manuscrito da Universidade de Coimbra é o original, sendo o encontrado na USP a sua primeira cópia e o do Mosteiro de São Bento a segunda.

A obra, dividida em 86 capítulos, não apresenta uma estrutura linear ou cronológica, dando-nos a impressão de que seu autor escreveu aleatoriamente sobre episódios que vivenciou ou dos quais tomou conhecimento de forma privilegiada, ocorridos durante o reinado de D. José I (1750–1777). Contudo, a figura do rei, a quem são dedicados apenas três capítulos, sucumbe perante a emergência do grande protagonista da narrativa, o marquês de Pombal, cuja trajetória é narrada desde o seu nascimento até a sua ação governativa. Desse modo, embora seja difícil enquadrar o documento no gênero Memória, ou História, como sugerem os dois títulos dados em duas versões do documento, o título *Primeira biografia* é o mais pertinente para descrevê-lo, uma vez que seu foco principal é a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Com efeito, o primeiro capítulo trata, de modo resumido, do nascimento do valido de D. José, que o autor afirma ter ocorrido "na Vila de Sernancelhe, comarca de Pinhel, na província da Beira, a 13 e maio de 1699", diferentemente da maioria das biografias posteriores, que indicam Lisboa como sua cidade natal, onde foi batizado na freguesia de Nossa Senhora das Mercês (Serrão, 1982, p. 10), e de seus dois casamentos: o primeiro com D. Teresa de Noronha, em 1723, e o segundo com D. Leonor Ernestina de Daun, em 1745. O segundo, por sua vez, busca explicar o modo como se tornou secretário de Estado, depois de sua experiência como diplomata

em Londres e Viena durante o reinado de D. João V (1689–1750). Segundo o autor, para sua nomeação, muito concorreu a influência que tinha sua esposa com a rainha Maria Ana da Áustria (1683–1754), sua conterrânea.

O modo crítico com o qual o autor aborda a trajetória política de Pombal, bem como o período histórico em que se encontra quando escreve, já se deixa ver no longo título do capítulo terceiro: "De como Sebastião José se estabeleceu na privança adquirida com tantas contrariedades e o modo com que se conservou na posse de 26 anos e seis meses que esteve no poder, com tanta autoridade que mais parecia rei [do] que valido" (Mendonça, 2025, p. 86). Assim, a partir de então o leitor toma conhecimento de que a narrativa, embora seja contemporânea ao "biografado", coloca-se em retrospetiva, após a sua queda, pois, embora tenha nascido em 1725, D. José de Mendonça ordenou-se no ano do terremoto de Lisboa, 1755, e foi nomeado reitor da Universidade de Coimbra em 1780, tornando-se Patriarca de Lisboa em 1788, seis anos após a morte de Pombal. Contudo, tudo indica que, no momento da redação do presente capítulo, o valido de D. José ainda estava vivo, mas já sem poder, o que se pode observar na detalhada descrição física que faz do marquês, em que usa o tempo presente, além do advérbio de tempo "agora":

> É Sebastião José de estatura grande, de grossura proporcionada, largo e carregado de espaldas, cara comprida, cabelo loiro (suposto, que *agora* branco), a cabeça caída por diante e, por trás, alta; frente espaçosa, semblante agradável e respeitoso. De grande urbanidade política e agrado; de estudos profundíssimos, agradecido a benefícios em extremo, amigo da verdade, da retidão e da justiça; de uma eloquência sem igual, acompanhada de doutíssimas agudezas. A sua casa pobre para viver na corte e enriquecida pela sua economia, ordenados juntos aos de seus irmãos, como direi no Capítulo [-]. O ânimo se capitula ferino, conceito que não teria, se no seu ministério não sucederam tantas fatalidades, como adiante se verá. (Mendonça, 2025, p. 86 [grifo meu])

Como se vê, embora o autor lhe reconheça algumas qualidades, o uso do superlativo absoluto sintético recobre suas afirmações com uma fina camada de ironia: "estudos profundíssimos"; "doutíssimas agudezas". Ao contrapor a "casa pobre" da corte com a sua enriquecida economia, para a qual contribuíram os ordenados dos irmãos, fica sugerido que o marquês lucrou com certas fatalidades ocorridas durante a sua governação, como o terremoto de 1755, mas isso não significa dizer que seu protagonismo durante a tragédia, bem como na reforma política que promoveu e nas leis que promulgou, não seja devidamente enfatizado e valorizado, o que, de certa forma, justificaria a dureza de suas medidas, bem como o fato de seu "ânimo" se capitular "ferino". Assim, explica que o seu "valimento", bem como a sua "privança", sustenta-se sobre quatro "colunas": 1) afastar do rei e da corte todos aqueles que pudessem fazer sombra aos seus desígnios; 2) divulgar a sua ação para remediar o estado de calamidade em que estava o tesouro, com o que obteve a admiração do povo; 3) aumentar os lugares dos ministros togados, para com eles familiarizar-se, facilitando-lhe os despachos; e 4) pôr el-rei na desconfiança de todos, para que somente ele fosse consultado como conselheiro (Mendonça, 2025, p. 88).

Um aspeto destacado pelo "biógrafo", no capítulo quarto, dedicado aos cinco filhos de Pombal, é a habilidade que tinha o marquês de promover a sua família através de uma bem cuidada política de casamentos e influências, que garantiu posições de importância não somente para sua prole, mas também para seus irmãos. Um caso curioso foi o de seu filho caçula, que, contraindo matrimônio com a filha de D. Vicente de Sousa, em troca da nomeação deste para embaixador na França e de seu irmão, D. Francisco Inocêncio, para governador de Angola, acabou não o consumado, pois a consorte o destratava, por estar "em correspondência" com D. Augusto de Sousa, terceiro filho de D. Manuel de Sousa. Tomando conhecimento do fato, o ministro conseguiu anular o casamento, mandando a sua nora para o convento de Santa Joana e o seu filho para a Universidade, arranjando-lhe depois outro matrimônio, dessa vez com a filha de Nuno de Lorena (Mendonça, 2025, p. 91–92).

D. José de Mendonça tinha plena consciência do modo como Pombal cuidou de sua própria imagem (Oliveira; Franco, 2024), buscando eternizar-se apondo seu nome a uma multiplicidade de leis, embora suas medidas não sejam criticadas em seus fundamentos, mas louvadas, pelo incentivo e progresso civilizacional que promoveram, sustentando a "felicidade do Reino" em oito bases: "erário", exército", "arsenal e marinha", "comércio", "manufaturas e fábricas", "obras públicas", "lavouras, diamantes e quintos", e "universidades e estudos". Além

da "felicidade do Reino", Sebastião José teria cuidado também de sua felicidade pessoal, estabelecendo suas próprias colunas, ou "capiteis": "estátua", "expulsão dos jesuítas", "castigos de inconfidentes e de todos os delinquentes", "estabelecimento de leis", "extinções e criações de tribunais e juntas de fazenda", "Companhia de Comércio", "criaturas novamente levantadas e grandes e numerosos lugares", dentre outras coisas, como "separar da corte e dos lugares quem não fosse dos seus sentimentos" (Mendonça, 2025, p. 93).

No capítulo sexto, o autor trata da demissão que o marquês fez de seus cargos quando da morte de D. José, ressaltando a piedade e grandeza da rainha, que lhe concedeu licença para ir para Pombal conservando seu ordenado, além de fazer-lhe a mercê da comenda de S. Tiago de Lanhoso. Os capítulos seguintes (do sétimo ao vigésimo-primeiro) são mais burocráticos, pois em sua maior parte reproduzem listas ou relações das mercês e aquisições que o ministro e seus irmãos fizeram ou receberam de el-rei (capítulos 7.º e 9.º); dos títulos então criados e renovados (capítulo 10.º); dos secretários de Estado então nomeados (capítulo 11.º); dos gentis-homens da "Câmara dos veadores" criada por D. José e nomeada por D. Maria (capítulo 13.º); das pessoas propostas para embaixadores e ministros das cortes da Europa (capítulo 14.º), para cardeais e patriarca (capítulo 15º) e para os bispados (capítulo 16.º); dos tribunais da corte, bem como dos expedientes criados pelo ministro para debilitá-las (17.º); da estrutura e membros da Mesa Da Consciência e Ordens (capítulo 18.º); do Senado da Câmara e das "Estações a ele subordinadas" (capítulo 18.º); dos ministros riscados ou aposentados do Serviço Real (capítulo 19.º); dos ordenados estabelecidos para os tribunais da corte (capítulo 20.º) e dos ofícios e estações que foram extintos (capítulo 21.º). As exceções ficam por conta do capítulo oitavo, que trata do estado em que estava o reino quando da aclamação de D. José I, reproduzindo o discurso pombalino de que "o país era pouco cultivado, e em lugar de produzir os gêneros mais necessários para o sustento, se plantavam inúmeras vinhas e pomares" (Mendonça, 2025, p. 100), e do décimo-segundo, sobre a nomeação, deposição, degredo e restituição do secretário de Estado José de Seabra da Silva (1732–1813), em que se transcreve a carta de Martinho de Melo, da cidade da Bahia, datada de 1779, bem como os despachos que provocou, datados do ano seguinte.

A partir do capítulo 22.º, trata-se com mais detalhes da legislação pombalina, como as leis testamentárias, as conciliações de domínio útil, as instituições de morgado e o direito consuetudinário. Como já foi dito, o autor não se posiciona contra a política do ministro, pois a todo momento faz questão de frisar o proveito de tais leis para a "tranquilidade pública". A sua crítica, nesse sentido, tem um caráter pessoal, pois o que ele censura é a índole do marquês como político. Assim, são elogiadas muitas de suas reformas, como a do Hospital das Caldas, e as providências tomadas para evitar os abusos do foro, o que lhe dá ocasião para comentar, de maneira por vezes jocosa, os usos e costumes tidos como inovadores para o período, como o tratamento de Senhoria e Excelência para as mulheres e filhas em 1759. Outra medida celebrada pelo autor é a iniciativa de cessar a diferença que havia entre os que se consideravam puritanos, isto é, os "cristãos velhos", e os "cristãos novos".

Ainda nesse tema específico da nobilitação ou qualificação de certas classes de pessoas, o capítulo 32.º trata também dos "índios do Maranhão e outras partes", que não eram admitidos a honrarias ou benefícios por sua condição de "mulatos". Tal preconceito havia sido atacado pelas leis de 6 e 7 de junho de 1755, que devolveram a liberdade dos índios sobre suas pessoas, libertando-os da tutela dos padres jesuítas. No entanto, o autor faz uma afirmação ambígua, sugerindo a necessidade de sua mestiçagem, ou branqueamento, algo incentivado pela lei pombalina, pois afirma que enquanto os povos indígenas conservarem a sua cor, "há se ser odiosa a mistura". É nesse contexto que o D. José de Mendonça dedica um parágrafo ao que denomina "Mulatismo", enfatizando a importância do alvará de 16 de janeiro de 1776, que passou a considerar livres todos aqueles que descendessem de avós cativos[1]:

> Sempre em Portugal foram habilitados os pretos; sucede terem estes filhos de uma mulher branca ou uma preta de um branco. Deste misto nasce um de cor parda a que chamamos mulato, os quais e seus

[1] A abolição da escravatura e do tráfico de escravos em Portugal ocorreu com a lei de 15 de fevereiro de 1773.

> descendentes nunca se poderão habilitar, ficam impuros, sendo filhos de pais e avós puros. Os homens mais doutos nunca sofreram bem esta diferença, e não davam outra razão os que pugnaram por ela, mais do que assim estar determinado nos interrogatórios de todas as habilitações. (Mendonça, 2025, p. 186)

O mesmo tipo de preconceito, segundo o autor, ocorria com qualquer pessoa que viesse do Brasil e se estabelecesse em Lisboa, mesmo que tivesse dinheiro para comprar fazendas e edificar casas, pois sofreria o ódio da vizinhança como se "cristão-novo" fosse (Mendonça, 2025, p. 188). Da mesma forma, são vistas de forma positiva as leis sobre o arranco das vinhas e direito dos vinhos em Lisboa (capítulo 33.º); as que regulamentaram a Casa da Misericórdia (capítulo 34.º); e as providências do Trono para os recursos que lhe eram dirigidos (capítulo 35.º) e para a restauração do reino do Algarve (capítulo 36.º). Mesmo o anti jesuitismo, que se constitui como o ponto mais controverso das reformas pombalinas, é visto com simpatia, como comprova o capítulo 37.º, que trata das riquezas acumuladas nos conventos, mosteiros e irmandades, em prejuízo da Coroa e, portanto, do Estado. No capítulo trigésimo sétimo, o autor elenca as vilas e lugares criados em várias localidades, não somente nos Brasis, com a lei do Diretório, em 1757 e 1758, mas também no reino.

A partir do capítulo 39.º, contudo, denuncia-se a ambição do ministro e a corrupção envolvida na criação de novos impostos, como a Décima, instituída pelo alvará de 26 de setembro de 1762, e o Subsídio Literário, criado pela lei de 10 de novembro de 1772 para financiar o salário dos professores e mestres régios. Quanto a este segundo dispositivo legal, o autor afirma que o tributo foi marcado pela irregularidade, não significando um investimento na educação, uma vez que os poucos estabelecimentos criados, como o Colégio real dos Nobres e o de Mafra, não chegavam a promover o progresso dos estudos, ao contrário do que o ministro alardeava nos preâmbulos de suas peças legislativas:

> Podia muito bem o Marquês separar, das muitas quintas que possuíam os extintos jesuítas, as porções necessárias para este novo e utilíssimo estabelecimento. Se assim fizesse, deixaria de dar a tantos indivíduos as propriedades que vemos e, com tanto escândalo, admiramos. (Mendonça, 2025, p. 213)

Iniciativas como o estabelecimento do Depósito Público, objeto do capítulo 40.º, e a criação da Junta do Comércio, que possibilitou o estabelecimento de uma Aula do Comércio, tema do capítulo seguinte, são devidamente enaltecidas pelo autor, pela utilidade que proporcionavam, mas ao tratar das fábricas então criadas, são enfatizadas as práticas corruptas que acompanharam tais ações, uma vez que "o laborioso trabalho do seu ministério não lhe deixava tempo livre para poder averiguar os abusos, roubos e descaminhos" praticados pelas pessoas a quem o valido de D. José delegava poderes (Mendonça, 2025, p. 224). É também criticada a criação do lugar de Intendente da Polícia (capítulo 42.º), pois o povo não teria tirado dele nenhum proveito, uma vez que os crimes e assassinatos continuaram como antes.

O tema da corrupção é desenvolvido no capítulo 43.º, que trata da criação do Erário Régio e de suas arrecadações. Aqui, o autor afirma que uma das máximas do marquês era "fazer-se senhor de todo o dinheiro da Coroa e do comum do Reino" (Mendonça, 2025, p. 241). No caso da Real Mesa Censória, objeto do capítulo seguinte, não aponta nenhuma prática corrupta, mas afirma que os ministros que compunham tal conselho aprovaram e promulgaram todas as ideias do marquês de Pombal. As reformas dos estudos, por sua vez, são vistas com bons olhos, no que são reproduzidas as acusações anti jesuítas da legislação pombalina, afirmando-se que os estudos, sob a guarda dos inacianos, viviam em "decadência constante", até que foi publicado o *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), de Luís António "Verné" (1713–1792) e os padres da Congregação do Oratório passaram a compor Artes abreviadas em português, "à imitação de outros reinos" (Mendonça, 2025, p. 251).

Ao tratar da lei de 28 de junho de 1759, que reformou o ensino de Humanidades e institucionalizou a profissão docente (Oliveira, 2022), o autor trata da criação do lugar de Diretor dos Estudos e da figura do Principal D. Tomás de Almeida, que teria facilitado "a todos os que as podiam para ensinarem, já que tudo que recebiam eram o que lhes davam seus discípulos". Sua avaliação do bispo de Beja, Manuel do Cenáculo de Vilas-Boas (1724–1814),

por outro lado, é positiva, pois "tem tanto de douto, como de lisonjeiro" na presidência da Real Mesa Censória, que passou a cuidar dos estudos com o alvará de 5 de abril de 1768. São ainda comentados o alvará de 30 de setembro de 1770, que determinou que os professores de Gramática Latina instruíssem seus discípulos na língua portuguesa durante seis meses, e a lei de 6 de novembro de 1772, que criou as Escolas Menores, institucionalizando assim o ensino de Primeiras Letras em Portugal. Com relação ao Colégio Real dos Nobres, apesar de sua importância, por seu o primeiro estabelecimento dedicado a formar o "perfeito militar", afirma o autor que ele foi marcado pelo fracasso, pois, depois de nomeado o reitor e escolhidos os professores, "concorreram pouquíssimos colegiais" (Mendonça, 2025, p. 252–253).

O capítulo 45.º é dedicado ao episódio da Pastoral do bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação (1704–1779), que lhe rendeu a prisão, mas trata também das obras e autores proibidos, como Voltaire (1694–1778), do rompimento de Pombal com os oratorianos e da injustiça com que o ministro mandou prender e castigar todos os seus desafetos. São ainda transcritas as cartas de D. Miguel e do então conde de Oeiras e elencadas todas as pessoas presas. A criação e supressão de lugares e estabelecimentos são demoradamente tratados pelo autor nos capítulos 47.º, 48.º e 49. A reforma da Universidade de Coimbra, objeto do capítulo 50.º, é destacada e elogiada, embora se afirme que as novas regras não foram capazes de "arrancar" os lentes de suas velhas práticas pedagógicas (Mendonça, 2025, p. 272).

Do capítulo 51.º ao 58.º, o tema é o terremoto de 1755 e suas consequências e implicações, bem como as providências tomadas pelo ministro, os prédios públicos, igrejas e conventos que foram destruídos ou extintos, e finalmente os atos religiosos que se fizeram na ocasião. Do 59.º ao 62.º, o autor trata de um tópico da maior importância no período pombalino: a reorganização das milícias de terra e mar e a instituição das aulas e academias militares e de marinha, no reino e nas colônias. Nessa altura, são narradas as providências que foram tomadas em 1761, sobretudo com a declaração de guerra contra a França, depois das tentativas diplomáticas do reino português de impor a neutralidade, por conta da aliança inglesa, que deu motivos à invasão do exército franco-espanhol em Portugal, no ano seguinte (Oliveira, 2014). O autor fornece dados numéricos a respeito das tropas de infantaria, artilharia e marinha portuguesas em vários anos, de 1750 a 1767, incluindo os regimentos estrangeiros, os "voluntários reais" e os oficiais ingleses trazidos pelo conde de Lippe (1724–1777), isto é, Frederico Guilherme Ernesto de Eschaumburgo-Lipa, que pelo alvará de 15 de julho de 1763 tornou-se o responsável pela reorganização dos "Corpos da Milícia de Terra e Mar", tomando uma série de medidas voltadas para a instrução militar.

Os direitos e rendimentos da Fazenda Real são detalhadamente explicados no capítulo 63.º, que tem nada menos do que quatorze páginas. Os capítulos seguintes, 64.º e 65.º, referem-se, respetivamente, aos domínios portugueses na Ásia e na África, que são objeto de uma cuidadosa narrativa de seus principais acontecimentos e das personagens neles envolvidas. O episódio ocorrido em Odivelas em 1751, em que o boleeiro e os volantes de Francisco de Távora (1703–1759) e dos condes de S. Vicente e Atouguia intentaram tirar um preso da mão do juiz, é relatado no capítulo 66.º, que também traz a relação dos sentenciados à forca e dos réus - e rés - absoluto(a)s. O capítulo seguinte trata das prisões de Martinho Velho da Rocha Oldembergue, Diogo de Mendonça, António Freire de Andrade Encerrabodes e José Galvão de Lacerda em 1756, por conta do seu suposto envolvimento com a conspiração jesuítica, que se consolidou com o atentado cometido contra a real pessoa de Sua Majestade na noite de 3 de setembro de 1758, resultando na prisão e execução dos Távoras, objeto do capítulo 68.º. Embora não seja simpáticos aos inacianos, o autor repete o que tem ressaltado a historiografia a respeito do assunto: as medidas tomadas pelo ministro foram tirânicas e não respeitaram o devido rito processual, dando-lhe ocasião para executar sumariamente todos os acusados:

> Que os marqueses de Távora, depois de recolherem do vice-reinado da Índia, pediam o título de duque, não entra em dúvida; nem que a dificuldade que encontravam os tinham desgostosos; que a marquesa era dirigida do padre Gabriel Malagrida e que este era blasfemo contra o ministério, é certo; porém se o é que os mercúrios de Holanda escreveram naquele tempo, não sei. (Mendonça, 2025, p. 359)

Os inacianos continuam a ser o tema dos capítulos 69.º, 70.º e 71.º, que tratam do sequestro e aplicação de seus bens, episódio marcado pela corrupção, pois "os ministros e oficiais encarregados deles [dos sequestros] se encheram à proporção do seu apetite" (Mendonça, 2025, p. 365), bem como sobre o modo como a ordem foi extinta em 1773, pelo papa Clemente XIV (1705–1774). O ataque sofrido por D. José I na noite de 3 de setembro de 1758 não foi o único. Depois de mandar erigir um templo em homenagem à N. Sra. do Livramento, por ter sido salvo (capítulo 72.º), el-rei foi vítima de um novo insulto, cometido no dia 3 de dezembro de 1769, quando, saindo a cavalo, foi atacado por um certo João de Souza, que descarregou uma paulada na anca do seu cavalo, acertando em seguida o conde do Prado e Bartolomeu de Aranda. As perseguições e prisões arbitradas pelo marquês são tidas como exageradas, tanto no capítulo 74.º, que trata dos seus procedimentos contra os religiosos e seculares pela devoção das religiosas do Sacramento, quanto nos de número 75.º, 76.º, 77.º e 78.º, que descrevem as prisões que o ministro mandou fazer para os reclusos e presos de Estado, réus, presos e degredados.

A ereção da estátua equestre em homenagem a D. José I é objeto do capítulo 79.º, em que, curiosamente, o autor tece elogios ao rei nos mesmos termos em que são elogiadas as iniciativas da governação pombalina, uma vez que, como explica, as ações promovidas pelo ministro eram "aprovadas por el-rei":

> Ele ressuscitou as letras que tinham caído em abismos de ignorâncias; fez - que sem academias - houvesse uma instrução geralmente praticada, de que dão prova os muitos escritos deste reinado e os livros que se introduziram no reino, onde, há muitas vezes, maior número do que havia antes do ano de 1755. (Mendonça, 2025, p. 409–410)

O autor finaliza a sua narrativa voltando a enfatizar a crueldade do marquês, descrevendo, com detalhes, a crueldade da morte de João Batista Pele, em 1775, esquartejado na Junqueira por ter tentado assassinar o valido de D. José. Este, embora mal apareça no decorrer do livro, eclipsado pelo protagonismo do seu ministro, tem o perfil traçado no capítulo 81.º, que descreve sus jornadas, seu amor ao teatro, à ópera e aos jogos, bem como seu caso amoroso com a marquesinha de Távora, esposa e tia de Luís Bernardo, além de irmã do marquês Francisco de Assis Távora. Os nascimentos e casamentos são tema do capítulo 82.º. Os lutos que se mandaram tomar na corte, por sua vez, é o objeto do capítulo final.

Diante do exposto, podemos afirmar que a *Primeira biografia do marquês de Pombal* (Temas e Debates, 2025) estabelece pelo menos três pressupostos e padrões interpretativos que lastrearam as biografias e os estudos históricos sobre o período pombalino: em primeiro lugar, fixa o lugar do rei D. José I à sombra de Pombal, como no título de uma obra relativamente recente (Monteiro, 2006). Em segundo lugar, retrata a figura de Pombal como déspota tirânico, cuja ambição se sobrepunha até ao interesse do Reino, algo que, embora seja usual no reinado de D. Maria I (1734–1816), em que o discurso anti pombalino passou a ser sustentado pelo Estado, provocando uma grande quantidade de versos, peças de teatro e poemas épicos contra o deposto marquês (Brito, 1990), tornou-se paradigmático nas comemorações do centenário da morte do marquês, em 1882, com a publicação de *O perfil do Marquês de Pombal*, de Camilo Castelo Branco (1825–1890), que serviu de contraponto à glorificação pombalina promovida pela maçonaria portuguesa, fixando a imagem do ministro como um déspota sanguinário e opressor. Em terceiro lugar, finalmente, sugere que suas reformas do ensino, tão celebradas pela historiografia educacional portuguesa e brasileira, teve muitas falhas e foi marcada pela corrupção.

Assim, temos agora disponível uma obra importante não somente para os estudiosos do período pombalino, mas também para todos aqueles interessados na trajetória e na ação política deste que foi, sem qualquer sombra de dúvida, a figura política mais célebre da história de Portugal.

Referências

Branco, C. C. (1882). *Pefil do marquez de Pombal*. Clavel & Cia / L. Couto & Cia.

Brito, F. de. (1990). *Cantigas de escárnio e mal-dizer do marquês de Pombal, ou a crônica rimada da viradeira*. Porto: Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

Franco, J. E., & Oliveira, L. E. (2024). *O marquês de Pombal e a unificação do Brasil: pombalino, história e literatura*. Lisboa: Temas e Debates.

Mendonça, D. J. de. (2025). *Primeira biografia do marquês de Pombal*. Temas e Debates.

Monteiro, N. G. (2006). *José na sombra de Pombal*. Temas e Debates.

Oliveira, L. E., & Franco, J. E. (2025). Pombal e a criação do seu próprio mito: o caso da historiografia educacional. *Revista Fórum Identidades*, *40*(1), 167–181. https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/v40p167

Oliveira, L. E. (2014). *O mito de Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386–1986)*. Gradiva.

Oliveira, L. E. (Org.). (2022). *A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757–1827)* (2.ª ed.). Criação; Theya. https://editoracriacao.com.br/a-legislacao-pombalina-sobre-o-ensino-de-linguas-suas-implicacoes-na-educacao-brasileira1757-1827/

Serrão, J. V. (1982). *O marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista*. Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar.

Todo o conteúdo da ***NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais*** é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.

Diário de Luzia: Caminhos da Vida, Um Jornal, coordenação de Luísa Antunes Paolinelli e Ana Cristina Trindade (2023)

10.29073/naus.v8i2.1017

Recebido: 6 de outubro de 2025.
Publicado: 20 de dezembro de 2025.

Autor/a: Isabel Drumond Braga, Universidade de Lisboa, Portugal, isabeldrumondbraga@gmail.com.

De mochila presa às costas
Com dez quilos talvez mais
Tantas vezes fui à escola
Aprender coisas banais

Se algo existe nesta vida
Que algum saber requer
É a ciência de entender
Como pensa uma mulher

Tanto aprendi
Tanto aprendi
Nada sobre ti
Nada sobre ti

(Quatro e Meia, *Na Escola*, 2023)

Sevem os versos citados, que integram a canção *Na escola,* com letra e interpretação da banda *Os Quatro e Meia*[1], para introduzir o tema da escrita feminina, a propósito da publicação de *Diário de Luzia: caminhos da vida, um jornal*. Quer a canção quer o aparecimento da obra datam de 2023. A ligação não carece de explicações, uma vez que os textos refletem o posicionamento dos seus autores. Portanto, a partir do diário importa escrutinar algumas linhas do pensamento de Luísa ou Luzia, *nom de plume* da autora aqui em evidência.

Nos últimos anos, o estudo da escrita de autoria feminina tem ocupado a atenção de investigadores de diferentes áreas, o que permitiu pôr fim a ideias feitas e apressadas sobre o tema, em especial no que se refere aos séculos pretéritos. No caso concreto da escrita diarística, podemos afirmar que não abunda. Recordemos, contudo, as recentes publicações do *Diário de D. Eugénia de Mello Breyner da Camara (1873–1878)*[2] e dos *Diários,* de D. Maria Constança da Câmara, 7.ª marquesa de Fronteira[3]. Portanto, a edição de todo e qualquer exemplar desconhecido ou citado pontualmente é sempre um esforço que importa saudar e que beneficia quer a academia quer o leitor que tem interesse sobre o tema. Tanto mais que estes diários de autoria feminina estão recheados de alusões à política, à sociedade, à cultura e à vida quotidiana.

Diário de Luzia: caminhos da vida, um jornal foi dado à estampa em 2023, após uma cuidada leitura, transcrição e anotação (2244 notas) das Doutoras Luísa Antunes Paolinelli e Ana Cristina Trindade. A primeira é docente da Universidade da Madeira e tem publicado trabalhos nas áreas da literatura e da cultura, a segunda é investigadora do CLEPUL e do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta e tem-se dedicado, em especial, à história da Madeira. Trata-se de um volumoso documento que compreende os anos de 1902 a 1915, da autoria

[1] Veja-se Os Quatro e Meia, *Na Escola.* https://www.youtube.com/watch?v=yOJxwsvAiQY. Consultado em 3 de junho de 2025.
[2] *Diário de D. Eugénia de Mello Breyner da Câmara (1874–1878),* coordenação de Augusto do Amaral Cardoso Rebello de Andrade, Lisboa: Livraria Bizantina, 2021.
[3] D. Maria Constança da Câmara, 7.ª marquesa de Fronteira, *Diários,* estudo introdutório, fixação de texto e notas de Pedro Urbano, Lisboa: Caleidoscópio, 2022.

de Luísa Susana Grande de Freitas Lomelino (Portalegre, 15 de fevereiro de 1875 — Funchal, 10 de dezembro de 1945), que na sua obra literária usou o pseudónimo de Luzia.

Luísa de Freitas Lomelino foi redigindo o diário, o seu confidente mudo, entre os 27 e os 40 anos. Isto é, antes de se ter tornado uma escritora de sucesso, cuja carreira só teve início em 1920, com a publicação do livro intitulado *Os que se divertem: a comédia da vida.* Vários outros se seguiram, não obstante ter publicado o seu primeiro conto, "A lenda das estrelas", no *Correio da Manhã,* de 8 de janeiro de 1894[4]. À data da sua morte, o diário encontrava-se revisto, datilografado e pronto para ser publicado, o que não deixa de causar estranheza, uma vez que, por norma, um texto desta natureza constitui um repositório de pensamentos e opiniões íntimos, em princípio não destinado à divulgação, até porque, o registo de apreciações e juízos críticos sobre as pessoas que fazem parte do círculo social ou profissional do autor nem sempre é isento de palavras duras. Talvez por isso mesmo, manteve-se inédito.

Os anos cobertos pela escrita do diário foram, como seria de esperar, pautados por momentos de alegria. Mas, foram, em particular, marcados por dor e sofrimento físico e psíquico. Ciclicamente, os fantasmas do passado e do presente assolavam e assoberbavam Luísa. Destaquem-se a orfandade materna, uma vez que a mãe falecera de parto; a perda do pai, vítima de tuberculose, quando contava apenas nove anos; e a morte da irmã, na idade adulta. Estas perdas, bem como a de alguns amigos, mas em especial, os desaparecimentos de membros da família mais chegada, claramente, nunca foram ultrapassados. Luísa viveu constantemente entre a raiva e a depressão, longe da aceitação, a suposta última fase do luto. Em 5 de novembro de 1908, escreveu: "A minha vida de criança e de rapariga não volta mais. Já a morte levou quase todos os que gostaram de mim e de quem eu gostei. Foi como se, num jardim — um lindo jardim! — devastado por um vendaval, só uma árvore ficasse esquecida, abandonada…" (pp. 126–127).

O casamento, aos 21 anos, com um primo, Francisco Vasconcelos do Couto Cardoso, acabou em divórcio, em 1914. A união e o seu fim foram também motivos de dor. Recorde-se que a I República, ao promulgar a lei de 3 de novembro de 1910, conseguiu a separação entre o Estado e a Igreja promovendo a obrigatoriedade do casamento civil e a permissão do divórcio. Entrava-se num processo de laicização, com o casamento a abandonar o aspeto sacramental e a enveredar pelo estabelecimento de um contrato, o qual poderia ser desfeito por mútuo consentimento ou de forma litigiosa. Era o culminar de um longo debate que se iniciara na segunda metade do século XIX, com a participação de algumas mulheres[5]. Luísa não se entendia com o marido, mas preferia a separação judicial ao divórcio (pp. 301, 330). Antes ainda do fim da união, em 10 de maio de 1904, ao assistir a um enlace, não deixou de refletir sobre o seu e confidenciou: "Lembrei-me do meu casamento, para onde me atirei como empurrada, estonteada, numa parva *insouciance*, ignorando tudo da vida, sem um beijo, uma lágrima, um conselho que me protegessem, cheia de confiança na minha boa vontade, no meu grande desejo de dar felicidade, pensando que ia ter um lar, um companheiro, filhos que me consolassem de não ter conhecido mãe! Tanta inconsciência e tanto abandono, meu Deus!" (pp. 68–69).

As perdas dos que lhe eram queridos e o fracasso matrimonial conduziram Luísa a um cansaço constante, a um desânimo generalizado, a uma significativa solidão, não obstante nunca lhe faltar gente por perto; e, em última instância, à depressão e a pensamentos suicidas. Em 20 de junho de 1904, após ter perdido a sua amada cadela Rilka, escreveu: "Parece que tudo cai, tudo morre, em volta de mim! Entretanto, a neurastenia avança, aumenta cada dia… Só sinto paz, lembrando-me do revólver, que tenho aqui mesmo, dentro da secretária, em que escrevo, porque ele me dá a certeza do *fim de tudo*, quando eu quiser, quando eu não puder mais!" (p. 78).

---

[4] Cláudia Sofia Nunes, "Luzia (Luísa Susana Grande de Freitas Lomelino), *Aprender Madeira*. https://aprenderamadeira.net/article/luzia-luisa-susana-grande-de-freitas-lomelino. Consultado em 04 de outubro de 2024.

[5] Fernando Catroga, "A laicização do casamento e o feminismo republicano", *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspetivas actuais: actas do colóquio*, vol. 1, Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986, pp. 135–152; Karine Coelho, "Divórcio", *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX).* coord. de António Ferreira de Sousa, Ilda Soares de Abreu, Maria Emília Stone, Lisboa: Horizonte, 2005, pp. 276–282.

Paralelamente a estes problemas, há que considerar que a autora foi, socialmente, uma mulher bem-nascida e bem casada. Oriunda de uma família com posses, cujo pai era alentejano e a mãe madeirense, os primeiros anos de Luísa foram passados em Portalegre, depois no Funchal, e em concreto na Quinta das Cruzes, então pertencente à família materna, após ter estudado em Lisboa, nas Salesas, com as quais nunca perdeu o contacto nem o afeto (pp. 222, 317). Ao casar-se, instalou-se no solar de Nossa Senhora da Piedade, no Jardim do Mar (Calheta). Do ponto de vista da geografia, a autora não ficou confinada na ilha. Todos os anos, dividiu o seu tempo entre a Madeira, Lisboa, o Monte Estoril e Paris. Se nunca esqueceu Portalegre, a sua opção para viver e morrer recaiu na sua amada ilha.

Beneficiando de meios económicos e com uma cultura sólida em português, francês, inglês, literatura, especialmente portuguesa e francesa, Luísa tinha uma assumida fixação pelo século XVIII francês, designadamente pela história, pela moda e pela literatura. E uma das linhas de leitura deste diário pode ser exatamente, o conhecimento dos muitos autores citados por Luísa ao longo do texto, nas suas versões originais. Sem esquecer que também se correspondia com Fernanda de Castro abordando frequentemente o tema[6]. Além de ler, dedicava-se a outras atividades. Em 30 de março de 1903, definiu o seu programa de vida no Jardim do Mar: "Levanto-me às nove horas. Até ao meio-dia, ocupo-me do *ménage.* Segue-se o almoço e, depois dele, umas horas de delicioso sossego, lendo ou escrevendo. Às três, vem uma pequena que ensino a ler, o que me cansa e aborrece um pouco. Às quatro, chá, com pão escuro e bolo do caco" (p. 43). Em viagem, a rotina era bem diferente, com a frequência de parques, jardins, teatros e uma intensa sociabilidade à volta dos chás e de outras refeições nos mais variados estabelecimentos. Por exemplo, em Lisboa: Café Martinho, Hotel de Itália, Padaria Broomfield, Parque do Pimenta, Rendez-vous des Gourmets; na Madeira: Hotel Reid; em Sintra: Hotel Lawrence; em Paris: Armenonville, Café de la Paix, Grand Vatel, Volney, hotéis Carlton, Ritz e Trianon Palace.

Além de tomar chá com as pessoas das suas relações, nestes estabelecimentos luxuosos, também o tomava em casas particulares, tendo sido sempre muito reservada acerca destas refeições. Mesmo assim, em 6 de maio de 1910, na Madeira, referiu um chá elegante, "concorrido por todas as condessas e viscondessas de que dispomos", que a aborreceu "Levantei-me, farta de tantos morangos *à la crême*, tantos *cakes* enfeitados de cor-de-rosa…" (p. 197); em 10 de abril, igualmente no Funchal, o chá musical foi descrito como um comício, salvando-se a boa mesa "comeram-se torradas, *sandwiches* e deliciosos bolos entre suspiros" (p. 201). No Monte Palace, em 8 de agosto do mesmo ano, Luísa saudou "ótimas as torradas, deliciosos os *scones*" (p. 214). Em Lisboa, em 20 de janeiro de 1911, na Broomfield, um dos últimos redutos "de elegância na republicana Lisboa" referiu os *muffins* e os *scones* (p. 228), enquanto em 11 de maio de 1913, em casa de Mrs. Bulteel, no Funchal, o chá fora "uma maçada inglesa, com ótimos bolos e bonitas *toilettes*" (p. 282).

Neste bulício, os jantares a favor de determinadas associações beneficentes também marcavam presença. Por exemplo, em 6 de abril de 1910, um, na Quinta Vigia, fora a favor da Sociedade Protetora dos Animais (p. 197), enquanto em 29 de maio de 1913, Luísa esteve presente num concerto a favor do lactário do Funchal (287). Recorde-se que, em Lisboa, a Sociedade Protetora dos Animais foi fundada em 1875, à semelhança de outras congéneres europeias, tendo resultado do nascimento de uma nova sensibilidade que norteava a relação entre pessoas e bichos. A do Funchal fora criada em 1897, com a designação de Sociedade Protetora dos Animais Domésticos[7]. Por seu lado, o Lactário era uma das designações da Assistência a Crianças Fracas, uma instituição fundada em 1908, por Maria Eugénia da Câmara Leme Homem de Vasconcelos (Canavial) (1863–1945) que, em 1925, foi confiada à Congregação da Apresentação de Maria, acabada de se instalar no Funchal, a instâncias de

[6] *Cartas de Luzia para Fernanda de Castro e António Ferro,* coordenação de Luísa Antunes Paolinelli e Ana Cristina Trindade, Lisboa: Edições Colibri, 2024.
[7] Paulo Drumond Braga, "Nascimento e afirmação de uma instituição portuguesa: a Sociedade Protetora dos Animais (1875–1890)", *História em Revista,* vol. 30, n.º 1, 2925, pp. 73–87.

Leontina Ana de Ornellas Vasconcelos, ou irmã Maria da Santíssima Trindade (1893–1974). Assim se constituiu o alicerce da Província Portuguesa da Apresentação de Maria[8].

Momentos de lazer, mais informais eram os piqueniques, aparentemente pouco apreciados por Luísa. Em 22 de julho de 1910, compareceu a um na Quinta Santa Ana, tendo-o considerado, talvez pelas companhias, "a mais colossal maçada que possas imaginar!" (p. 210). Em 19 de maio de 1913, uma viscondessa combinava um outro (p. 286), o que não lhe suscitou interesse; e, em 27 de julho de 1914, desta feita, em Lisboa, acrescentou ao seu diário uma referência pouco abonatória sobre o assunto: várias senhoras "enfeitadas, arrebicadas, perfumadas, uma embaixada de futilidade que veraneia no Monte Palace", tinham-na convidado para chá, bridge e ténis, levando-a a comentar que "só falaram de festas, de *pic-nics*, de *flirts*, de *toilettes*…" (p. 367).

Em Lisboa e em Paris, as compras de vestuário e adereços faziam parte do quotidiano, sendo referidas, entre outros estabelecimentos, na capital portuguesa: os chapéus das casas Mimoso e Pinto, os *tailleurs,* do Amieiro; e, em Paris, as lojas Bon Marché, Chez Blanche, Galeries Lafayette, Leconte, Lewis e Maison Ory. Os hotéis, onde pernoitou foram igualmente objeto de referência. Em Lisboa, gostava de se instalar no Borges, tendo passado também pelo Durand, pelo Central e pelo Inglaterra. No Monte Estoril, o Hotel de Itália, era muitas vezes escolhido; já em Paris, a opção recaía no Hotel Stella, frequentado pela sociedade madeirense, ao ponto de Luísa ter afirmado ser o Madeira em Paris, inspirando-se na loja de moda Paris em Lisboa (p. 239). Uma saída da capital francesa levou-a a Bourboule, onde se instalou no Médicis Palace Hotel.

Frequentar a sociedade, a da Madeira e a de Lisboa, significava um constante saltitar entre casas, hotéis, festas e chás, sem esquecer toda uma preparação prévia que passava pela compra de vestidos e chapéus. Luísa foi parca em palavras acerca de parte deste quotidiano. Adquiria os seus bens nas capitais portuguesa e francesa e pontualmente na Madeira, mas nunca se deteve em alargadas considerações. Mesmo assim, em 27 de junho de 1908, considerou: "O que me aborreci esta tarde, provando uns eternos vestidos que jamais se acabarão, porque lhes falta sempre alguma coisa que me esqueço de comprar!... Depois, o meu espírito garoto divertiu-se como se tivesse quinze anos, porque a Rimboeuf me enfeitou um chapéu… de trás para diante!... Eis o que três anos de Madeira fizeram de uma elegante modista francesa!" (p. 108).

O diário aparece também como uma fonte para o conhecimento das quintas madeirenses, nas mãos de titulares ou de endinheirados de fresca data, sempre ridicularizados pela autora, que os chamava de *parvenus* (p. 284). Efetivamente, quer no diário quer em outros textos posteriores, Luísa nunca lhes poupou comentários sarcásticos. Por exemplo, em *Os que se divertem: a comédia da vida* (1920) dedicou-lhe algumas páginas em vários momentos, mormente em "A educação de Mariquinhas" e em "Chá das novas-ricas", ridicularizando o aspeto, o linguajar, o exibicionismo e os gastos[9], e em *Cartas de uma vagabunda* (1923) comentou: "ignoro se aquele doce mandamento de Deus: amarás o teu próximo como a ti mesmo, inclui os novos-ricos. É de esperar que não. Eu jamais poderia segui-lo. Odeio a espécie. Pela injustiça monstruosa que representa em face dos que morrem de fome e, mais ainda, parece-me pela sua deselegância física e moral. Tornam o mundo mais feio. E depois são como as nódoas de gordura, alastram…"[10].

Voltando às quintas, ao longo das páginas, Luísa, que frequentava diversas destas propriedades, ia-as referindo, designadamente Esperança, Nogueira (que habitava), da Palmeira, Pavão, Santa Ana, São Roque, Stanford e Vigia. A Quinta das Cruzes, que lhe era particularmente querida, uma vez que pertencera aos avós, foi objeto de menção, por exemplo, em 16 de setembro de 1903: "Esta tarde, nas Cruzes, mais do que nunca se apoderou de

---

[8] Origem da Escola — Escola Maria Eugénia de Canavial. https://www.lactario.pt/index.php/sobrenos/origem-escola. Consultado em 08-10-2024. Sobre o lactário, veja-se Isabel Drumond Braga, "O lactário do Funchal: origem e funcionamento (1908–1930)", *Congresso Internacional Educação, Solidariedade e Evangelização: da Europa para a Madeira, da Madeira para o Mundo: 100 Anos da chegada das Irmãs da Apresentação de Maria à Madeira*, Funchal, 7–11 de julho de 2025.

[9] Luzia, *Os que se divertem: a comédia da vida,* Funchal: Imprensa Académica, 2018, pp. 71–77 e 149–158.

[10] Luzia, *Cartas de uma vagabunda,* Lisboa, Porto, Viseu e Aveiro: Edições Esgotadas, 2025, p. 80. Na p. 79, a autora teceu outros comentários igualmente depreciativos.

mim a saudade, a nostalgia dos anos ali vividos. Desejei fugir, deixar a casa tão mudada, que mal a reconheço, refugiar-me na quinta que conserva toda a sua alma antiga, esconder-me entre o cerrado arvoredo, ouvir a melancólica voz do vento, embebedar-me de solidão, de tristeza e chorar, chorar sem fim, sobre a infelicidade dos meus e sobre a minha infelicidade…" (p. 60).

As queixas constantes sobre tristeza, solidão e desamparo chegaram a motivar uma ida a uma profissional da magia, em Lisboa. Em 25 de julho de 1904, Luísa registou no seu diário, admitindo ter tido vergonha, mas também desvalorizando a situação: "Fui hoje, depois das dez horas da noite, consultar uma… *feiticeira*, que mora num sítio duvidoso, para os lados do Carmo. O que pensariam se me vissem? Mas o que pode pensar-se de uma pobre *moumoutte* escanzelada e triste? E depois… que me importa, que me importa?! *Je m'en fiche…je m'en trifiche*, de tudo e de todos" (p. 83). Nos antípodas deste comportamento, poderemos encontrar as suas reflexões sobre o sentido da fé. Em 26 de julho de 1908, entendeu: "Ter fé é ter a melhor companhia, única que nunca nos desampara, nunca se desilude e impacienta com os nossos defeitos, torna quase doces as nossas lágrimas… É uma das tais janelas abertas para o céu, para a felicidade futura! Ah! Como eu queria que voltasse essa bendita fé" (p. 112).

A perdição de Luísa era o jogo. O *bridge* ocupava o seu tempo e delapidava o seu património. Tinha consciência do problema, mas não resistia. Jogava, jogava, jogava e pedia, perdia, perdia. Em alguns momentos, acabou em apuros. Mesmo assim, o escape, nem sempre a satisfazia. Em 14 de agosto de 1903, desabafou: "De mal para pior… Tudo se junta, até aflições de dinheiro. Vendi algumas joias porque estava sem vintém. Os amigos do F. por um lado, o meu *bluff* por outro, tudo levam! Devia deixar de jogar. Mas custa-me tanto. É a minha única distração, é o meu *ópio*!" (p. 55). Em 26 de janeiro de 1908, voltou ao assunto: "*Bridge* na Quinta de Santa Luzia. Oh! Quanto me aborreci! Os *bridges* ingleses, que dantes eram divertidos, tornaram-se agora tão secantes! Só me sentia bem, olhando para as flores que, numa profusão de sonho, enchiam as mesas, e para o vestido de renda branca da Blandy, um *exquis*, elegantíssimo vestido, um vestido poema!... (p. 101). Ou ainda, em 3 de abril de 1908, nova confidência: "Atirei-me ao jogo como quem se suicida, como quem toma morfina… E nem ele conseguiu distrair-me, não cessei de desejar o fim da festa. Como eu teria sofrido menos se passasse a tarde em casa, com os meus livros e os meus cães!" (p. 105). E os exemplos poderiam continuar.

Os gastos no jogo e em outros luxos, em contraste com a pobreza que a rodeava, envergonhavam-na. Em 27 de outubro de 1908, não se conteve "Pensei nos meus trezentos mil réis perdidos estupidamente no jogo *bluff* do Monte, no meu vestido de Paris que custou quatrocentos francos, nas meias de seda que mandei vir de Lisboa e achei-me odiosa, achei odioso, cheio de injustiça, o mundo. Porque permite Deus que tantos atirem o dinheiro pela janela fora, enquanto outros têm fome?" (pp. 121–122). Em 30 de setembro de 1913, a propósito de um capricho, Luísa refletiu, de novo, acerca da pobreza: "Fui ao … prego! — A tua amiga, decididamente, quer conhecer tudo! — Pensei que custasse muito essa visita e afinal custou-me tão pouco! Lá ficou o meu lindo broche de esmeraldas e diamantes. *Forever*? Espero que não. Confrangeu-se-me a alma diante de tanta miséria que tive de acotovelar. Todos que encontrei iam decerto, numa grande aflição, numa grande necessidade, empenhar alguma pobre coisa, para o pão de cada dia. Só eu, com o meu *tailleur* novo — outro *tailleur* de sarja azul escura que fiz no Amieiro — bem calçada, bem *chapeautée,* ia empenhar uma joia rica, porque o dinheiro que esperava da Madeira, para a minha viagem a Paris, não chegou […] e… o meu capricho não admite mais demora… Deus sabe se um dia virá em que farei de novo, a triste e vergonhosa peregrinação, se, em vez dessa joia que me rendeu dois contos, eu terei de sacrificar qualquer pequena, humilde coisa, com que compre um bocado de pão para matar a fome…Deus sabe" (p. 311).

Enquanto a escrita do diário durou ocorreu uma reviravolta política da maior relevância: a implantação da república, em 5 de outubro de 1910. Luísa referiu pela primeira vez a nova realidade em 14 de novembro: "A malvada república tem tudo por si, até o tempo mais lindo, mais luminoso! […] Eu que detesto a república, por tradição, por antipatia, por…*parti pris* — talvez que sobretudo por *parti pris*! — compreendo, entretanto, a alegria do povo, e nunca achei Lisboa tão pitoresca! […] Respira-se uma atmosfera de combate e de triunfo, que fustiga os nervos. Todos esperam, para Portugal, um glorioso amanhã" (p. 221). No mês seguinte, já eram

evidentes, os chamados vira casacas. Deles escreveu Luísa, "Ah! Que tristeza fazem, ou pelo menos *me* fazem, estes senhores — tantos! — que pensam de uma maneira e falam de outra! Como o grande rei D. Carlos os conhecia bem!" (p. 223).

Na Madeira, as autoridades republicanas deram continuidade às receções do período da monarquia. Mas, em 4 de julho de 1913, Luísa fez comentários implacáveis ao que assistiu: "*Garden party* do governador [major Sá Cardoso]. Tive a sensação de que assistia pela primeira vez a uma festa republicana. E…não gostei! É que estamos longe das receções de João Prezado, tão finas, da sua…sobriedade política, desse delicioso não se perceber em que regímen vivíamos e ter quase a ilusão de que a velha, a querida monarquia, com as suas boas maneiras, os seus defeitos tão confortáveis, o seu tão doce…*deixa andar, corra o marfim,* não cessara de existir. Agora, bom Deus, não restam dúvidas. Estamos na era democrática do Sr. Afonso Costa […] que o digam as horríveis bandeirinhas, que guarneciam as mesas do chá, onde os bolos eram encarnados e verdes também — uma deliciosa profusão de guloseimas, que parecia ter vindo de algum convento, no tempo do Senhor D. João V e eram feitos por S. Ex.ª, — informação da viscondessa de V. […]. Pois não me sentia eu, a anarquista! E invejei Leais, Acciaiuolis, Torres Belas, todas as que não foram, as que teimaram na sua fidelidade ao passado. — Ridículas, *snobs* — disse-me alguém. Talvez… em todo o caso…menos reles — perfeitamente — reles — do que nós, as que comemos o bolo encarnado e verde […]. A Vigia não é lugar para heróis da Rotunda, é um palácio encantado que espera a sua princesa…" (pp. 293–295).

As alterações políticas deram lugar a vivências e problemas comentados por Luísa. Um deles, referiu-se à chamada questão congregacionista. Após a proibição das ordens religiosas, em 1834, o governo acabou por aceitar, em 1857, as Irmãs da Caridade, que foram expulsas cinco anos depois, no meio de um debate entre adeptos da secularização e da laicização das instituições. Oficialmente, as ordens religiosas foram legalizadas em 1901 (decreto de Hintze Ribeiro), mas essa legislação foi revogada em 1910, com a República. Em 14 de novembro de 1910, Luísa referiu-se ao problema, com simpatia: "*Honra às vencidas.* As pobres Irmãs da Caridade e freiras, despojadas de tudo em nome do Amor e da Fraternidade — têm sido verdadeiras heroínas. Contam-se delas atos da mais sublime coragem — qualidade que anda tão esquecida nos homens! — Mas o que acho mais admirável ainda, é a serenidade, a resignação com que aceitaram tudo" (p. 222).

Outro ataque notado por Luísa foi o que os republicanos perpetraram à celebração do Natal. Em 12 de dezembro de 1910, considerou: "Os republicanos quiseram matar o Natal…Bem entendido, não conseguiram. Não se mata o que é eterno. Podem chamá-lo 'dia da família', mascará-lo de festa cívica, para nós será sempre a doce festa que celebra o Deus Menino" (p. 226). Dois anos depois, em 24 de dezembro, de novo no Hotel Borges, houve lugar para recordar com nostalgia as celebrações natalícias da infância: "A minha vida de criança, uma alegre árvore de Natal nas Cruzes, as vésperas da Festa no meu querido Alentejo, a missa do galo em noites frigidíssimas, depois o conchego, a alegria de roda da braseira, comendo as primeiras filhós! Como tudo vai longe! Todos mortos! Todos dispersos… Só eu fiquei, sem saber porque me deixaram, inútil, abandonada!" (pp. 258–259).

Entre as relações de Lisboa, Luísa contou com a amizade, de entre outros, dos duques de Palmela, dos condes de Sabugosa e da escritora Maria Amália Vaz de Carvalho (1847–1921) (pp. 263, 270, 305, 335, 348). Aparentemente o apareço era mútuo e dela escreveu Luísa, em 18 de fevereiro de 1914: "Orgulho-me de ter sabido, ter podido inspirar uma tão grande afeição àquela mulher superior e encantadora — as duas coisas nem sempre vão juntas, conheço bastantes pessoas que a superioridade torna perfeitamente insuportáveis e também as conheço encantadoras, cujo fundo intelectual e moral é o que há de mais inferior" (p. 335). Maria Amália foi uma das senhoras que mais incentivou Luísa a dedicar-se à escrita, o que veio a acontecer, após ter abandonado o diário, como se referiu anteriormente. Em 22 de julho de 1914, chegou a confidenciar que gostaria de escrever a História da Sociedade Madeirense no século XX (p. 348), o que, na verdade, já concretizara no diário e continuou nas suas obras ficcionais, sob outros títulos. Outras amizades não referidas no diário também se conhecem, pensemos em Fernanda de Castro, Teresa Leitão de Barros e António Ferro.

Por tudo isto e pelo muito que o diário encerra, torna-se claro que estamos perante uma importante fonte, que possibilita múltiplas linhas de leitura. Concluímos com uma frase da autoria das responsáveis pela presente edição: "o diário que escrevia no Jardim do Mar, no Funchal, em Paris, em Lisboa é estratégia de sobrevivência perante uma vida que não a satisfazia plenamente, um momento de confissão sem vergonhas e julgamentos, uma etapa de conhecimento e de cura e também de resistência, de raciocínio, mas é igualmente testemunha do seu gosto pela escrita" (p. 21).

Referências

Paolinelli, L. A., & Trindande, A. C. (Coord.) (2023). *Diário de Luzia: Caminhos da Vida, Um Jornal*. Livros Horizonte.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar.

Todo o conteúdo da ***NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais*** é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.

Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais

Cultivando conhecimento